

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

VITOR DE LIMA

**OS ELEMENTOS DA CATEGORIA TRABALHO EM MARX NO  
LIVRO 1 DE O CAPITAL:  
alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e  
autodeterminado**

**SANTOS  
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**

VITOR DE LIMA

**OS ELEMENTOS DA CATEGORIA TRABALHO EM MARX NO  
LIVRO 1 DE O CAPITAL:  
alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e  
autodeterminado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais.

Linha de Pesquisa 2:  
Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Maria França Mazzei Nogueira.

**SANTOS  
2022**

**Catálogo na Publicação**  
**Serviço de Biblioteca e Documentação da Unifesp / Campus Baixada Santista.**

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732e Lima, Vitor de.  
Os elementos da categoria trabalho em Marx no Livro 1 de O Capital: alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e autodeterminado.. / Vitor de Lima; Orientadora Claudia Maria França Mazzei Nogueira. -- Santos, 2022.  
132 p. ; 30cm

Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2022.

1. Categoria Trabalho. 2. Serviço Social. 3. Karl Marx . 4. O Capital. 5. Trabalho Livre . I. Nogueira, Claudia Maria França Mazzei , Orient. II. Título.

CDD 361.3

**VITOR DE LIMA**

**OS ELEMENTOS DA CATEGORIA TRABALHO EM MARX NO  
LIVRO 1 DE O CAPITAL:  
alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e  
autodeterminado**

Dissertação de mestrado vinculado ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, sob a orientação da Profa. Dra. Claudia Maria França Mazzei Nogueira.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Claudia Maria França Mazzei Nogueira (UNIFESP)

---

Prof. Dr. José Fernando Siqueira da Silva (UNESP/UNIFESP)

---

Prof. Dr. Caio Sgarbi Antunes (UFG)

---

Prof. Dr. Ricardo Lara (UFSC)

## AGRADECIMENTOS

Nada que o ser humano materializa é resultado isolado de sua própria ação. Desta forma, essa dissertação não seria possível sem essas pessoas que vou citar e entre tantas outras que são fundamentais, mas que muitas vezes não percebemos sua importância. Por isso que a luta é sempre coletiva.

Agradeço a minha grande orientadora Claudia, pela caminhada da dissertação e leituras no NETeG, e agradeço as professoras do PPGSSPS.

Agradeço a Banca de Qualificação e Defesa, Caio e José Fernando, pelos ótimos apontamentos.

Agradeço a Banca de Defesa Ricardo e Joana, por aceitar o desafio.

Agradeço a minha família, Hermínio, Thays, Samuel, Caio, Nádia, Sidney, e especialmente Regina e muito especialmente pelo espelho, Regiane.

Agradeço aos amigos e amigas da dissertação, Francis, Celso, Renata, Vanessa, Maurício, Crau, Aline, Vitor, David, Bruno, Paulo Artur, especialmente Paulo Inácio, Júlia, muito agradecido, Luize.

Agradeço aos amigos e amigas de orientação e NETeG, Maju, Guilherme, Letícia, Bárbara, Cristopher.

Agradeço aos colegas, amigas e amigos das escolas (Casper, Walter, Leão, Luiza e Estanislau) em que passei nestes últimos anos, em especial Juliana, Marcia, Karol, Lucia.

Agradeço aos colegas e amigos de oposição no sindicato, que me ensinaram a materializar esse texto, em especial Val e Roberto.

Agradeço aos estudantes das escolas em que lecionei, que me fizeram refletir o tema desta dissertação, para entender a realidade concreta.

E um grande agradecimento especial para a Patrícia, por me criticar e acordar sempre que necessário.

*In memoriam* Mariane Godoy de Lima, mulher, mãe e classe trabalhadora

## RESUMO

Esta dissertação parte da compreensão da categoria trabalho em Karl Marx no Livro 1 de O Capital, para que possamos encontrar elementos que norteiam o trabalho livre, pleno e autodeterminado como atividade vital de potencial emancipador. Esta pesquisa utiliza a teoria social de Marx e sua base histórica-ontológica, materialista e dialética, tal como a reprodução mental dos processos materiais concretamente fincados em determinada realidade social. Sendo a categoria trabalho fundante da sociabilidade humana, esta pesquisa norteia-se pela categoria da totalidade para compreender a unidade de complexos exposta no Livro 1 de O Capital. Para encontrar esses elementos, partimos das seguintes categorias: o processo de trabalho, o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria, a divisão social do trabalho e o trabalho social, processo de troca e circulação simples, a relação social de produção, e por fim, a acumulação primitiva e o trabalho livre. Com isso, busca-se entender o que seria a categoria trabalho em Marx e como esta se torna algo que humaniza o ser humano, numa perspectiva de sua libertação e emancipação. Sendo isso fundamental para compreender as bases teóricas do Serviço Social e para orientar as ações profissionais dos e das assistentes sociais.

**Palavras-chave:** Serviço Social; categoria trabalho; Karl Marx; O Capital.

## RESUMEN

Esta disertación parte de la comprensión de la categoría trabajo en Carlos Marx en el Libro 1 de El Capital, de modo que podamos encontrar elementos que orienten el trabajo libre, pleno y autodeterminado como actividad vital con potencial emancipador. Esta investigación utiliza la teoría social de Marx y su fundamento histórico-ontológico, materialista y dialéctico, así como la reproducción mental de procesos materiales concretamente enraizados en una determinada realidad social. Siendo la categoría trabajo el fundamento de la sociabilidad humana, esta investigación se orienta por la categoría de totalidad para comprender la unidad de los complejos expuesta en el Libro 1 de El Capital. Para encontrar estos elementos, empezamos de las siguientes categorías: el proceso de trabajo, el doble carácter del trabajo representado en la mercancía, la división social del trabajo y el trabajo social, el proceso de intercambio y circulación simple, la relación social de producción, y finalmente, acumulación primitiva y trabajo libre. Con esto, buscamos comprender cuál sería la categoría trabajo en Marx y cómo se convierte en algo que humaniza al ser humano, en una perspectiva de su liberación y emancipación. Siendo esto fundamental para comprender las bases teóricas del Trabajo Social y orientar el actuar profesional de los trabajadores sociales.

**Palabras-clave:** Trabajo Social; categoría trabajo; Carlos Marx; El Capital.

## SUMÁRIO

<b>MEMORIAL.....</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>PARTE I.....</b>	<b>10</b>
1. Serviço Social e categoria trabalho .....	10
2. A história de Karl Marx.....	24
3. O Livro 1 de O Capital .....	39
<b>PARTE II .....</b>	<b>54</b>
4. Introdução de 1857-1858.....	54
5. <b>A categoria trabalho no Livro 1 de O Capital: alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e autodeterminado.....</b>	<b>64</b>
5.1 Processo de trabalho .....	64
5.2 Mercadoria (O duplo caráter do trabalho) .....	71
5.3 Divisão social do trabalho e trabalho social .....	81
5.4 Processo de troca e circulação simples.....	95
5.5 Relação social de produção.....	105
5.6 Acumulação primitiva e trabalho livre .....	118
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>130</b>

## MEMORIAL

Sou Vitor, tenho 32 anos, nasci na cidade de Socorro, interior de São Paulo, região que é determinada pela produção agrícola e confecções de malhas. Comecei a estudar a categoria trabalho quando me dei conta que esta categoria estava presente em todos os aspectos da minha vida.

Sou filho de uma mãe costureira, que veio de uma família de zona rural, em que o sustento de sua família vinha da terra, na qual meu avô produzia. Desde criança ela vendia os produtos, produzidos pelo meu avô, em uma cesta, de porta em porta pela cidade. Quando adolescente, ela começou a ter contato com a produção de malhas da região, e começou a fiar tricô em casa para as confecções da cidade. Aos dezoito anos, casou-se com meu pai, teve três filhos, e junto com este começa a investir suas economias em uma pequena produção de malha. Não deu certo e, endividados se divorciam. Meu avô materno morre, deixando de herança para a minha mãe e seus cinco irmãos, aquela terra onde meu avô tirava seu sustento. A pequena parte que ficou para minha mãe, se esfacela para pagar as dívidas de sua pequena confecção.

Assim, quando ela se viu sem condição de ter uma terra para tirar seu sustento e de seus três filhos, teve que vender sua força de trabalho para sua irmã mais velha, que aplicava capital em uma confecção de roupas para bebês. Porém, como minha mãe além de não ter trabalho, também não tinha moradia, foi morar em uma casa cedida por minha tia, dentro desta confecção. Com isso, além de vender sua força de trabalho em troca de salário, para sua irmã, na produção de roupas para bebês, também trocava seu trabalho por moradia e tinha a função de todas as manhãs abrir a confecção para a entrada dos demais trabalhadores e trabalhadoras. Sendo essa sua condição até os dias de hoje.

Como filho de proletariado, meu destino já estava traçado para a produção, passei minha infância brincando com objetos de confecção, como cone de linha, fita de roupa, botão de camisa, caixa de papelão e outros objetos. Na adolescência fui obrigado a trabalhar nesta confecção de minha tia, porém, não encontrava sentido nesta forma de trabalho, e acabei indo buscar um salário maior em outra malharia. Então, aos dezesseis anos, troquei a malharia da minha tia por uma em que eu fosse ganhar um maior salário. Só que, pela inocência, não compreendia que esta outra malharia, embora com um salário maior, tinha piores condições de trabalho. Assim, com dezesseis anos, cumpria uma jornada de trabalho noturno (das 23:00 até às 7:00) e ia para a escola das 19 horas às 22h45, com um trânsito de 15 minutos para chegar na fábrica para trabalhar.

Esse processo de trabalho foi determinante em minha vida para que eu buscasse outra forma de satisfazer minhas necessidades da vida material. Essa experiência no processo de produção fez com que as teorias de Marx estivessem sempre ilustradas em minha cabeça, essencialmente a categoria trabalho, que até este momento da minha vida, não tinha compreensão, porém, devido a essas vivências, isso depois me possibilitou estudando a entender melhor a categoria trabalho e as ideias de Marx.

E ao terminar o ensino médio, com mais faltas do que presenças, fui ludibriado pelo sonho de me graduar em uma faculdade privada de péssima qualidade, na qual cursei filosofia. Com isso, possuí a junção perfeita dá má formação, entre um ensino médio noturno mal feito e uma faculdade particular de filosofia de péssima qualidade, que visava a mercantilização da educação. Mas foi essa graduação na faculdade de filosofia me possibilitou a saída do mundo privado da produção para o serviço público, pois começo a lecionar na rede estadual na cidade de Bragança Paulista-SP, no ano de 2008. E ao lá chegar com minha má formação, percebi o quanto era necessário buscar uma formação melhor, para eu ser um servidor melhor e oferecer uma educação com qualidade para os estudantes que eu lecionava.

Com isso, fui prestar o vestibular de pedagogia na UNESP, para melhor entender como funcionava a educação. Porém, ao cursar um ano de pedagogia na UNESP de Presidente Prudente-SP, vi que para compreender melhor a educação, devemos compreender melhor a sociedade, e assim, resolvi transferir o curso de pedagogia para o curso de Serviço Social na UNESP de Franca-SP.

Na UNESP de Franca, residi na moradia universitária, lugar que me proporcionou um maior contato com as lutas do movimento estudantil. E frequentava o Grupo de Estudos Filosofia, Arte e Política (FIAPO), coordenado pelo professor Gustavo José de Toledo Pedroso. Quando me formei em Serviço Social tive uma rápida passagem como assistente social na cidade de Aquidauana-MS, em um CREAS. Porém, logo passei no concurso para professor da rede estadual de São Paulo e voltei a lecionar. Escolho a região da baixada santista para lecionar, por ter a UNIFESP e a possibilidade de prestar mestrado em Serviço Social e Política Social.

Ao voltar a lecionar, devido a todo o processo de formação que tive na graduação em Serviço Social, a primeira coisa que faço é me sindicalizar, e me torno representante sindical da minha unidade escolar. Esta militância no sindicato me proporcionou a militância em partido político também. Assim, com a prática profissional e a militância, sentia a necessidade de melhor teorizar minha ação profissional. Tomo o contato com o NETeG/UNIFESP – Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero, grupo de pesquisa coordenado pela professora Claudia Mazzei Nogueira, no qual fui muito bem acolhido, mesmo ainda não sendo estudante da

UNIFESP (na época em que comecei a frequentar o núcleo). E o meu primeiro contato com o núcleo foi na época em que o grupo, de forma coletiva, estava realizando as leituras do Livro 1 de O Capital, especificamente o capítulo 1. Ao me deparar com essas leituras encontrei a fundamentação teórica necessária que procurava para minha atuação profissional e militância.

Assim, prestei este mestrado indicando a professora Claudia como orientadora, para buscar compreender melhor a categoria trabalho nesta obra e facilitar a leitura para outras pessoas, tendo como norte a compreensão da luta contra a exploração da classe que vive do trabalho, sendo eu pertencente desta classe também.

Qualificação 19/01/2021

Como a sociedade está sempre em movimento, entre a qualificação deste trabalho e a defesa apresentada neste momento, muita coisa se passou em minha vida, e muitas dessas coisas devido à crise pandêmica.

Após a qualificação, começo a frequentar de forma virtual o Grupo de Estudos Capital e Teoria do Valor, que possui entre seus coordenadores o professor Caio Antunes. Porém, participo de poucos encontros, pois com o avanço da “segunda onda” da COVID-19 e o descaso do governo vigente, tenho a vida afetada, juntamente com vários brasileiros e brasileiras, pois minha irmã mais velha, na qual não pode deixar de ir ao trabalho de forma presencial, por trabalhar num serviço essencial de transporte público, é contaminada pelo coronavírus. Ao ser contaminada, minha mãe quis ficar mais próxima dela para ajudá-la a se tratar da doença, mas minha irmã não resiste, e ao ser internada vem a óbito. Minha mãe se contamina e também é internada, ficando quarenta dias no hospital. Ao sair do hospital minha mãe não tem mobilidade do corpo, tendo que ficar acamada, com sonda urinária e respirando por tubo de oxigênio. Em meio a esse processo também me contamina, fico muito mal e com muitas dores, pois na época não estava vacinando minha faixa de idade, sendo maiores os efeitos da doença, e ficando afastado do trabalho por quinze dias.

Isto fez com que minha vida desse uma virada, na qual juntamente com minha companheira, mudo da cidade de Santos-SP e vou morar próximo de minha mãe na cidade de Socorro-SP para os cuidados desta devido a situação em que se encontrava. Neste processo minha mãe fica alguns meses sem conseguir receber o benefício do INSS. Devido a isso, para conseguir captar mais renda, além de trabalhar como professor da rede estadual, começo a trabalhar como assistente social da Secretaria de Educação da cidade de Toledo-MG, tendo um ciclo de trabalho em que morava na cidade de Socorro-SP, lecionava na cidade de Pinhazinho-SP e acabava o dia como assistente social na cidade de Toledo-MG. Este era o ciclo de trabalho

até o final de 2021, além de acompanhar a recuperação de minha mãe. E neste ano de 2022, a escola que estou lecionando se torna de tempo integral, fazendo com que eu abra mão de ser assistente social, pois tenho a função de coordenador de área nessa escola, tendo uma maior jornada de trabalho. Entre outros problemas também ocorre a separação com minha grande companheira. Sendo uma situação difícil.

Assim, devido a todos esses imprevistos atrapalha a continuidade da pesquisa, tendo que prorrogar a defesa desta dissertação.

Defesa 18/04/2022

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa buscamos entender a categoria trabalho como atividade vital de potencial emancipador no Livro 1 de O Capital de Karl Marx. Ao longo de minha própria formação em Serviço Social tive dificuldade nesta compreensão, muitas vezes causadas por textos que continham uma má formulação da categoria trabalho em Marx ou pela falta de leitura do próprio autor, me deixando confuso em relação ao tema. Assim, buscaremos neste estudo como compreender e facilitar o entendimento para outros do que seria a categoria trabalho em Marx no Livro 1 de O Capital, com as seguintes questões: O que é a categoria trabalho em Marx? Como o trabalho humaniza o ser humano? Como o trabalho pode ser atividade vital de potencial emancipador? Qual a relevância da compreensão da categoria trabalho para o Serviço Social?

Ao nos depararmos com essas questões, buscamos elementos deste entendimento na obra O Capital, Livro 1, em que o próprio autor nos oferece indícios do movimento da categoria trabalho em um processo de formação humana e atividade vital com potencial emancipatório. Algo essencial para a formação dos e das assistentes sociais em seu ser acadêmico e profissional. Embora o objeto de estudo de Marx no Livro 1 de O Capital não seja a categoria trabalho, e sim o processo de produção do capital. Porém, neste livro o autor nos traz vários elementos para entendermos a categoria trabalho. E a escolha do Livro 1 ocorre para o melhor recorte da pesquisa, por se tratar de um livro em que Marx possibilitou sua conclusão em vida e nos deixou vários elementos para compreender a categoria trabalho. Visto que o autor possui muitas obras de relevância, mas fizemos a opção por nos debruçarmos no Livro 1 por conta da necessidade de recorte imposta pela restrição de tempo de um mestrado.

Entendemos, contudo, que não é possível nos restringirmos apenas ao Livro 1 para uma adequada compreensão inclusive da categoria trabalho. Continuaremos nossos estudos, ampliando o escopo de obras marxianas, em estudos futuros.

Portanto, nesta pesquisa vamos nos ater em buscar elementos de um trabalho que humaniza o ser social, e não o trabalho que explora a força de trabalho e autovaloriza o capital, elementos para compreender o trabalho livre, pleno e autodeterminado para uma perspectiva de uma atividade vital com potencial emancipatório. Embora Marx não esteja falando desta forma de trabalho propriamente, nos traz vários elementos sobre essa questão. Assim, buscamos entender as categorias que nos possibilitam um aprofundamento na compreensão da categoria trabalho com aspectos para o trabalho como forma essencial da vida humana, em que consiste num sentido e na própria humanização do ser social. Sendo que se o trabalho que estrutura o

capital, desestrutura a humanidade; busquemos encontrar o trabalho que estrutura a humanidade e desestrutura o capital.

Nesta dissertação buscamos analisar o Livro 1 de O Capital para identificar os elementos da categoria trabalho em Marx, pois nessa obra o autor reflete sobre o que é a exploração do trabalho no modo de produção capitalista, tendo como fio condutor a categoria trabalho e como ocorre a exploração da força de trabalho. Chegando-se na conclusão de que, para existir capital tem que existir trabalho, ou seja, relação capital/trabalho, pois o capital se alimenta de força de trabalho para realizar sua valorização. Como Marx identifica:

Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista (MARX, 2017, p. 307).

Por isso, nesta dissertação, nos restringiremos ao Livro 1 de O Capital, utilizando como método de análise a dialética, que observa a realidade concreta e a reconstrução dela como expressão mental de assuntos reais-materiais, tendo a categoria da totalidade como referência insubstituível, para compreender os elementos do modo de produção capitalista e encontrar sua contradição. E, com isso, entender o que seria uma sociedade para além das formas do capitalismo, pois se a luta da classe trabalhadora é contra a exploração do trabalho, o que seria o trabalho então? Assim, nos atentaremos aos capítulos da obra em que Marx faz alguns apontamentos para as formas de trabalho, modos de sociedades, e categorias ligadas ao trabalho em geral. Buscamos encontrar os elementos da categoria trabalho como potencial emancipatório para uma formação humana. Para que possamos ver as contradições destas categorias e compreender o modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho explorado, para buscar formas de trabalho associado e livre em uma perspectiva da superação do trabalho explorado, e compreender apontamentos de Marx para o trabalho livre, pleno e autodeterminado.

A pesquisa se divide em duas partes. Na primeira parte buscamos um panorama para entender a necessidade de estudar a categoria trabalho no Livro 1 de O Capital e a importância para os fundamentos do Serviço Social. Depois, compreender a própria história do autor e em seguida compreender a história da obra.

Na segunda parte trazemos as ideias de Karl Marx, analisamos elementos do Livro 1 de O Capital nos quais o autor nos oferece alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e autodeterminado perante o entendimento das categorias processo de trabalho, mercadoria, divisão social do trabalho, trabalho social, processo de troca, circulação simples, relação social de produção, acumulação primitiva e trabalho livre. Assim, com essa análise categorial podemos apontar no Livro 1 de O Capital alguns elementos de um trabalho livre, pleno e autodeterminado como atividade vital de potencial emancipador.

## PARTE I

### 1. Serviço Social e categoria trabalho

Nesta dissertação buscamos encontrar os elementos da categoria trabalho como atividade vital de potencial emancipatório na obra *O Capital* Livro 1, utilizando a teoria social de Marx e sua base histórica-ontológica, materialista e dialética, como a reprodução mental dos processos materiais concretamente fincados em determinada realidade. Sendo a categoria trabalho como fundante da sociabilidade humana, esta pesquisa se norteia pela categoria da totalidade, para compreender a unidade de complexos exposta na obra. (MARX, 2008; LUKÁCS, 2013; KOSIK, 1976).

A pesquisa realizada parte da compreensão da categoria trabalho na obra *O Capital* de Marx, em que o autor nos infere elementos de um trabalho livre, pleno e autodeterminado, pois, o estudo da categoria trabalho se torna essencial para a fundamentação teórica e prática do Serviço Social.

No final da década de 1970 e na década de 1980, surgiram várias teorias que defendiam o fim da centralidade do trabalho, devido ao avanço tecnológico que estava ocorrendo nos últimos tempos. Autores como André Gorz e Clauss Offe, defendiam que a categoria trabalho deixou de ser a categoria fundamental da sociabilidade. Assim, negavam a compressão de Marx, em que apresentava a categoria trabalho como a mediação entre o ser humano e a natureza na produção e reprodução da vida social. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 45).

Em relação a esse processo, Ricardo Antunes (2006) nos mostra a centralidade da categoria trabalho no mundo capitalista contemporâneo e como a classe trabalhadora vem se transformando. O autor observa como a reestruturação produtiva do capital, que se apresenta na década de 1980, nos países de capitalismo avançado, intensifica-se no mundo do trabalho. Isso afetou a forma de ser da “classe-que-vive-do-trabalho”. O salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o mundo produtivo. Sendo o fordismo e o taylorismo não somente os únicos processos produtivos desta nova época, evidencia-se agora a força da experiência japonesa do toyotismo, em que o processo de produção em série, que visa o estoque de mercadoria, vão sendo substituídos pela flexibilização da produção, tendo um controle de qualidade para evitar desperdícios e gastos. Com isso, essa reestruturação produtiva mescla ou substitui o padrão fordista dominante no Estado de bem-estar social, pela flexibilização da produção apresentada pelo toyotismo.

Por conseguinte, o mundo produtivo, desde a reestruturação produtiva, apresenta um sentido multiforme, no qual a força de trabalho mundial vem sofrendo aspectos da informalização e o aumento da precarização do trabalho. E, por outro lado, uma tendência de sinais de maior intelectualização do trabalho, como os que advêm de impactos tecnológico-informacional-digital que vem ocorrendo. (ANTUNES, 2006).

Devido a isso, nestas épocas surgiram diversos debates acerca da categoria trabalho, momento em que o capital passava por uma reestruturação produtiva. Um pensamento que surge desta reestruturação produtiva do capital foi o “pós-moderno”, em que seus teóricos acompanhavam e defendiam as teorias do “fim do trabalho”. Essas ideias permearam os espaços acadêmicos nas ciências sociais e humanas, tornando-se uma “ideologia” “pós-moderna”, que pretendia romper com as ideias clássicas da modernidade. Essas ideias “pós-modernas” defendiam que:

Os lugares são compreendidos na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-tempo como estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, mas um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem que representam jogos do pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a realidade sócio-histórica.

O pensamento “pós-moderno” com a preocupação de explicar e justificar as mudanças da sociedade contemporânea – sob as determinações da ordem do capital – prioriza os aspectos singulares das relações sociais, realçando o efêmero, o descontínuo e o fragmentário, o que, em última instância, implica separar o indivíduo da classe social e, por conseguinte, da perspectiva da emancipação humana. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 45).

Neste contexto o Serviço Social, em seu debate acadêmico da profissão, defendeu uma perspectiva de oposição perante essa onda “pós-moderna” nas ciências sociais e humanas.

Assim, os assistentes sociais não sucumbiram às teses do “fim da história” e “fim do trabalho”, buscaram, ensejados pelos seus órgãos representativos: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), fortalecer o debate em torno das principais questões que envolvem as determinações sociais fundamentando-se nos marcos da teoria social crítica. Claro que não se pode negar que sofremos influências e adesão, por alguns profissionais, do pensamento “pós-moderno”, mas o que queremos reforçar é que, ainda de forma hegemônica e não hegemônica, a perspectiva crítica, fundamentada na tradição marxista, é o principal embasamento teórico buscado pelos assistentes sociais. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 46).

Devido às transformações do mundo do trabalho entre as décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social se debruçou sobre esta temática e observou o mundo do trabalho como algo central para a produção e reprodução da vida material. É essencial aos estudos dos profissionais do Serviço Social compreender a relação capital *versus* trabalho, que vem sendo investigada e exercendo um amplo debate desde o “movimento de reconceituação” da profissão. (LARA, 2008).

Segundo Ricardo Lara (2008), desde 1990 as pesquisas de programas de pós-graduação em Serviço Social produzem conhecimentos relevantes em relação ao mundo trabalho. Tendo esse autor realizado uma pesquisa sobre os materiais publicados entre 1996 e 2006 das principais revistas científicas do Serviço Social em relação ao mundo do trabalho, para compreender o entendimento dos assistentes sociais sobre o mundo do trabalho. O autor observa que a categoria profissional de assistente social nega as teorias do “fim do trabalho”. E busca compreender os pensadores que teorizam a categoria trabalho.

A temática *trabalho* surge como o principal mote para intelecção de mundo do Serviço Social nas décadas de 1990 a 2000. Os assistentes sociais procuram aprofundar seus estudos em autores clássicos como Marx, Engels, Lukács e, a partir de tal aproximação, os profissionais esforçam-se, a nosso ver, com sucesso na compreensão da *ontologia do ser social*, ou seja, dos *modos de ser e condições de existência do homem*. As categorias da realidade social passam a ser apreendidas como *formas de ser e existir do ser social* e, portanto, nas manifestações da vida social, o trabalho é entendido como a categoria fundante da sociabilidade. (LARA, 2008, p. 243).

Com isso, principalmente nos anos 1990, as pesquisas de mestrado e de doutorado, realizadas por assistentes sociais, se desenvolveram com temas que perpassaram pelas configurações do mundo do trabalho em suas análises de estudo. Tendo presente nos cursos de graduação em Serviço Social a centralidade do trabalho em suas diretrizes curriculares, pois a profissão quando toma a “questão social” como objeto de pesquisa e intervenção para produção de conhecimento, fica explícito seu posicionamento frente às teorias das ciências sociais e humanas. Assim, a categoria trabalho é central na proposta acadêmica para formação profissional dos e das assistentes sociais, e também, isto é central no Código de Ética da profissão e na compreensão das relações sociais no modo de produção atual. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 47).

As alterações nas relações sociais, isto é, na “questão social”, cobram dos assistentes sociais novos patamares para compreensão da sociedade. O Serviço Social, por ser uma profissão interventiva, tem seu modo de existir

unido diretamente às manifestações da vida social, as quais se assentam nas diferentes construções históricas. Dessa forma, a aproximação de um saber crítico sobre a realidade social colocou, portanto, a categoria trabalho como principal mote para a intelectualização do mundo do Serviço Social nas décadas de 1990 a 2000. Os assistentes sociais procuram aprofundar seus estudos em autores clássicos, como Marx, Lukács, Lênin, Gramsci e, a partir de tal aproximação, os profissionais esforçam-se, a nosso ver, com probidade teórica, para a compreensão do mundo do trabalho e suas relações com o Serviço Social. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 47).

Já as pesquisas realizadas no Serviço Social, entre 2007 a 2010, mostram a presença da categoria trabalho em suas dissertações e teses elaboradas, porém, algumas pesquisas possuem uma compreensão distorcida da categoria trabalho. Esses equívocos teóricos ocorrem por pesquisadores e pesquisadoras que não apreendem a categoria em sua totalidade e não observam as determinações e as mediações com a exploração da força de trabalho. E, muitas vezes, esses pesquisadores e pesquisadoras, assistentes sociais, desconhecem a direção estratégica coletiva da profissão, que é presente na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 49).

Desta forma, é fundamental e necessária a apreensão de forma complexa da categoria trabalho, para a ação profissional dos e das assistentes sociais e seus enfrentamentos coletivos das refrações, das manifestações, e das expressões da “questão social”, em que busca outra forma de sociabilidade.

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social do trabalho, depara-se cotidianamente com as manifestações concretas do mundo do trabalho. Por exemplo, a “questão social” e suas expressões – saúde do trabalhador, pobreza, habitação, desemprego e desigualdade de direitos – campos de intervenções do assistente social, são produzidas pela relação conflituosa entre capital *versus* trabalho que surgem as expressões da “questão social”, reafirmando o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, por meio de suas formas de ação com as políticas, os programas e os projetos sociais.

Enfim, considera-se que a categoria trabalho (mundo do trabalho) é central e está afirmada, no interior do Serviço Social, não simplesmente pela posição teórica e política dos assistentes sociais, mas, acima de tudo, pela concretude histórica em que vivemos e com a qual nos defrontamos cotidianamente, recheada de relações sociais emergentes de uma sociabilidade, na qual o trabalho está subsumido ao capital e orienta as formas de exploração da força de trabalho, resultando na produção contraditória e crescente de pobreza e riqueza.

Acreditar na centralidade do trabalho não é crer em nenhuma doutrina ou dogma, mas é, antes de tudo, simultaneamente, comprometer-se em produzir um saber que descortine os horizontes vivos, concretos, históricos e possíveis de rupturas. Ruptura tão necessária para o almejado processo de emancipação político-social e humana. Portanto, o mundo do trabalho, como preocupação de estudos e pesquisas é ponto de partida para embasar o exercício e a

formação profissional do Serviço Social, sendo um avanço que proporciona aos alunos e assistentes sociais uma compreensão concreta da processualidade social contemporânea. (NOGUEIRA; LARA; SILVA, 2021, p. 50).

As ações profissionais de investigação e intervenção dos e das assistentes sociais estão diretamente ligadas às contradições entre capital e trabalho, em que a base do objeto de estudo do Serviço Social consiste em entender a “questão social” e intervir em suas expressões. Em relação a que a categoria trabalho e o mundo do trabalho se tornam fundamentais para teorizar e intervir nas relações de sociabilidade contemporânea.

Assim, esta pesquisa mostra seu posicionamento e contribuição para o desenvolvimento da profissão do Serviço Social, que tem a categoria trabalho como central em sua teoria e ação profissional. Portanto, esta dissertação busca apreender a categoria trabalho como atividade vital de potencial emancipatório na obra *O Capital*, Livro 1, de Marx, na qual o pensador alemão compreende o trabalho enquanto livre, pleno e autodeterminado, pois, isto se torna essencial para entendermos quais os caminhos para outra forma de sociabilidade. Mas o que seria esse trabalho livre, pleno e autodeterminado e qual a centralidade da categoria trabalho?

Para explicar essas indagações, Ricardo Antunes expõe o debate contra as teses do “fim do trabalho” e nos mostra elementos da centralidade da categoria trabalho, escrevendo vários livros para ilustrar estas questões. Entre esses livros está *Os Sentidos do Trabalho*, no qual busca encontrar a contradição da categoria trabalho frente ao sistema de metabolismo social do capital.

Segundo Ricardo Antunes, bilhões de homens e mulheres dependem de seu trabalho para sobreviver, e essas formas de trabalho se encontram em situações cada vez mais instáveis e precárias, com direitos corroídos. Em que a maquinaria mais automatizada vem gerando um contingente maior de desempregados, que expulsa trabalhadores e trabalhadoras do mundo produtivo, no qual gera valor em seus trabalhos estáveis e formalizados e, em contrapartida, recria formas de trabalho na informalidade e na precariedade, para gerar mais-valor. Assim, formando uma força sobrança cada vez maior e as pessoas assalariadas com seus salários cada vez mais reduzidos. (ANTUNES, 2009, p. 11).

Ricardo Antunes argumenta contra as teses do “fim do trabalho”, e nos mostra que a luta pela sobrevivência faz o trabalho ser central na vida do ser humano: “o *trabalho* é, em si e por si, uma *atividade vital*”. (ANTUNES, 2009, p. 12).

Com isso, o sociólogo, ao sintetizar seu livro, deixa nítido que:

[...] se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Isso, porque, como está longamente desenvolvido nas páginas deste livro, o *sentido do trabalho* que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital. (ANTUNES, 2009, p. 12).

Ricardo Antunes apresenta o trabalho humano em seu duplo aspecto, o trabalho que solidifica as estruturas do modo de produção capitalista como trabalho explorado e alienado, em que desumaniza o ser humano. E o trabalho que possui um caráter de potencial emancipatório, cujo sentido é a própria humanização do ser social. Sendo o estudo da categoria trabalho central para a sociabilidade do século XXI, pois para o sociólogo brasileiro, o desafio é a busca em dar sentido ao trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 12).

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho *seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo*. Na busca de uma vida cheia de sentido, *a arte, a poesia, a pintura, a literatura, a música, o momento de criação, o tempo de liberdade*, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna *autodeterminado, autônomo e livre*, e por isso *dotado de sentido*, será também (e decisivamente) por meio da *arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do uso autônomo do tempo livre e da liberdade* que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 2009, p. 143).

Portanto, para o autor, as conexões entre trabalho e liberdade ocorrem devido à busca do ser humano, pelo seu trabalho, em uma vida carregada de sentido, pois o trabalho é a categoria que humaniza homens e mulheres, criando-se condições para a liberdade humana na história. (ANTUNES, 2009, p. 143).

Com isso, Ricardo Antunes aponta que, para Marx e Lukács, o trabalho, no seu sentido mais simples e abstrato, é aquele que cria valor de uso, porém, cada ato para a realização do trabalho possui uma consciência de uma ação subjetiva no interior do metabolismo social entre ser humano e natureza, para dar respostas à vida e suas necessidades. A liberdade se constitui nessa ação consciente perante formas mais complexas de organização social, ou seja, a ação consciente é uma atividade orientada para um fim no processo de trabalho, em que realiza um objeto útil. Assim, a liberdade está no interior do próprio processo de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 144).

Deste modo, Ricardo Antunes traz o debate do trabalho como fundamento originário do ser social. Em que, no ato laborativo, os seres sociais criam uma “segunda natureza”. Pelo

trabalho, num processo de autoatividade e autocontrole, os seres se produzem a si mesmos, em que o ser social salta de sua origem natural de instintos para um gênero humano, no qual produz e reproduz sua própria existência material, adquirindo uma consciência como algo necessário para a efetivação de sua liberdade. Sendo o trabalho categoria originária, permite a mediação entre ser humano e natureza, faz com que este ser animal tenha um salto ontológico para se tornar um ser social. Assim, o sociólogo brasileiro, identifica que o trabalho transforma a própria “natureza humana”. (ANTUNES, 2009, p. 145).

Portanto, ao se referir ao trabalho como potencial emancipatório, Ricardo Antunes (2009, p. 166) nos aponta para este trabalho em sua dimensão concreta, no qual cria valores de uso para a atividade vital do ser humano. Na forma societal emancipada, os trabalhadores e as trabalhadoras, se desenvolvem em associação livre com autoatividade, plena autonomia e domínio da ação laborativa para criar condições de liberdade.

Quando o ser humano, de forma associada livre, domina a esfera do trabalho para a sua reprodução, isto resulta, fora da esfera do trabalho, em uma vida livre e autônoma, em que seu tempo livre seja efetivo e real. Com isso, o trabalho se torna elementar para as experiências da vida cotidiana. Sendo, a vida cotidiana, a relação entre o mundo da materialidade e a vida humana, pois expressam formas imediatas dos modos econômicos-particulares, em que o ser humano executa ações para as tarefas de sua existência social. Isso consiste no ponto de partida para o processo de humanização. (ANTUNES, 2009, p. 168).

Desta forma, Ricardo Antunes nos traz indicações de um debate na sociedade contemporânea, as conexões entre “tempo de trabalho” e “tempo livre”. Partindo da compreensão sobre a liberdade, em que o ser humano se organiza em forma de associação livre, que possuem a consciência para regular a relação entre ser humano e natureza, pois quando a produção é controlada coletivamente e planejada, gera um menor dispêndio de energia de trabalho e condições melhores com a natureza. Mas isso somente pode acontecer com a redução da jornada de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 172).

Desde a consolidação do modo de produção capitalista, a principal reivindicação da classe trabalhadora no mundo do trabalho é a redução da jornada de trabalho. Essa reivindicação é essencial na sociedade atual para combater o desemprego estrutural. Isso permite que a redução da jornada de trabalho seja algo imediato na vida cotidiana, para entendermos a importância do “tempo de trabalho”, ou seja, compreendermos o autocontrole do tempo de trabalho e seu sentido fora do trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 172).

Portanto, a redução do tempo de trabalho, combate das formas de opressão e exploração do trabalho, tanto no mundo produtivo ou fora dele. Ao reduzir a jornada de trabalho, não se

reduz o tempo de trabalho, pois se reduzir a jornada de trabalho, este tempo continua sendo intensificado. Com isso, a luta pela redução da jornada de trabalho, da classe trabalhadora, se faz na busca por formas de controle do seu tempo de trabalho. (ANTUNES, 2009, p. 173).

Deste modo, Ricardo Antunes (2009, p. 174), indica que para termos uma vida de sentido fora da esfera do trabalho, necessitamos ter uma vida de sentido dentro do trabalho, pois se a realização do trabalho não tem sentido, também não haverá sentido na vida fora da esfera do trabalho. Diante disso, a vida laborativa é um todo dentro e fora da esfera do trabalho.

Neste processo, a lógica do capital invade o “tempo livre”, fazendo o sujeito reproduzir essa lógica do capital fora da esfera do trabalho, na qual esse sujeito coletivo abandona as formas de ação contra o capital. Porque, quanto menor o tempo livre da classe trabalhadora, menor será sua resistência frente aos mecanismos do capital. (ANTUNES, 2009, p. 174).

Em síntese, para Ricardo Antunes, é necessário que o ser humano encontra uma “vida cheia de sentido”. E o trabalho como atividade vital torna-se autodeterminado, em que a sociabilidade entre homens e mulheres se transforme em seres livremente associados, com tempo ócio para pensar e criar, numa forma de sociabilidade em que haja relações entre liberdade e necessidade para o ser social estar em constante humanização e emancipação. (ANTUNES, 2009, p. 175).

Através destas afirmações, o sociólogo brasileiro indica considerações para a luta da classe trabalhadora: primeiro, “a luta pela redução da jornada ou tempo de trabalho” e segundo, “o direito ao trabalho”. (ANTUNES, 2009, p. 175).

Desse modo, a luta imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, em vez de serem tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho – ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital – convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação. (ANTUNES, 2009, p. 176).

Sendo assim, Ricardo Antunes busca fundamentos para um novo sistema de metabolismo social, ou seja, um modo de produção e reprodução de uma vida de sentido, em que o trabalho seja atividade autodeterminada com o tempo socialmente necessário para a produção de valores de uso. (ANTUNES, 2009, p. 177).

Para isso, o sociólogo nos aponta dois princípios para uma nova forma de sociabilidade:

Os princípios constitutivos centrais dessa nova vida serão encontrados ao se erigir um sistema societal em que: 1) *o sentido da sociedade seja voltado exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais*; 2) *o exercício do trabalho se torne sinônimo de autoatividade, atividade livre, baseada no tempo disponível*. (ANTUNES, 2009, p. 177).

O sociólogo brasileiro observa que no sistema metabólico do capital, o valor de uso foi submetido ao valor de troca para atender as necessidades do capital, em que o trabalho passa a ser “trabalho assalariado e fetichizado”. (ANTUNES, 2009, p. 178).

Com isso, o processo de trabalho da classe trabalhadora não é para suas necessidades, mas para a autorreprodução do capital. É fundamental que os dois princípios apontados por Ricardo Antunes se tornem um horizonte de transformação para a “classe-que-vive-do-trabalho” na sociedade contemporânea.

E para aprofundar a questão da centralidade da categoria trabalho, um autor fundamental é Lukács, em sua obra *Ontologia do Ser Social*, que é possível identificar a utilização de todas as categorias marxianas em suas análises, pois o filósofo busca compreender os elementos ontológicos do ser social. A ontologia de Lukács desenvolve a questão de como ocorre o salto ontológico do ser humano, em que se dá a passagem do ser orgânico ao ser social. E para isso, o filósofo húngaro compreende os elementos da categoria trabalho, pois entende o trabalho como protoforma do ser social.

Segundo Lukács (2013), para entender as categorias específicas do ser social em seu desenvolvimento, devemos começar pela compreensão do que é trabalho. Sendo essa categoria trabalho tem seu caráter complexo em sua compreensão na constituição global do nível de ser, tendo o ser social categorias imbricadas para o seu entendimento, como o caso das categorias: trabalho, linguagem, cooperação e divisão do trabalho, que surgem das relações da consciência com a realidade. Por isso, o filósofo húngaro afirma que as categorias se não forem compreendidas em sua totalidade, não se entenderá toda a complexidade do ser social.

Lukács (2013) recorre ao método marxiano que contém duas vias, que consiste em decompor pela via analítico-abstrativa, o complexo do ser, e após essa decomposição, retornar e avançar de forma sintética no complexo do ser social para compreender sua totalidade real, chegando-se a contribuições metodológicas determinadas. Para o autor húngaro, o ser social faz parte da vida orgânica, que ao utilizar um instrumento para manipular a natureza, constitui o mundo inorgânico. Sendo, o caráter histórico do ser social que impede a reconstrução da transição da vida orgânica para a sociabilidade. Assim, torna-se difícil obter um conhecimento direto e preciso da transformação do ser orgânico em ser social.

Devido a isso, o método marxiano (propriamente de Marx) aponta para pressupostos desta compreensão de desenvolvimento do ser social, como por exemplo, “a anatomia do ser humano que fornece o entendimento para a anatomia do macaco”, sendo o estágio complexo a chave para compreender o estágio primitivo, para assim poder ser reconstituído, pois podemos encontrar tendências para esse desenvolvimento do ser. Temos aproximações do desenvolvimento do ser social devido às escavações, que nos mostram várias etapas intermediárias da perspectiva anatômica-fisiológico, e nas construções de ferramentas do ser humano das várias formas de sociedade. (LUKÁCS, 2013).

Essa transição se trata de um salto ontológico necessário de um nível de ser, para outro qualitativamente diferente. O salto ontológico do animal para o ser humano, não pode ser explicado sem entender as propriedades do ser social. Sendo o animal um ser que não produz ferramentas para modificar a natureza. Porém, Lukács (2013) observa que a essência do trabalho humano consiste em um fator semelhante ao dos animais, como, a luta pela existência e seus estágios são produto de sua autoatividade, e o ser humano foi a única espécie que teve um salto para o trabalho.

Deste modo, Lukács se questiona sobre o “complexo concreto da sociabilidade como forma de ser” e indaga que esse complexo possui no trabalho a categoria central no salto da gênese do ser social, pois as outras categorias dessa forma de ser têm caráter puramente social, que já se desdobram do ser social constituído. Assim, a dimensão ontológica da categoria trabalho é a mediação entre ser humano e natureza, de forma orgânica ou de forma inorgânica (ferramentas, matéria-prima, objeto de trabalho). Isso é fundamental para a transição do ser biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013).

Desta forma, ao citar Marx, Lukács (2013) salienta que o trabalho útil é a condição da existência do ser humano presente em todas as formas sociais, ou seja, o trabalho útil é o metabolismo entre o ser humano e a natureza, no qual produz um valor de uso. O valor de uso é o produto do trabalho humano de forma útil para a reprodução da sua própria existência. Portanto, no trabalho está contida as determinações da essência do ser social, sendo o trabalho fenômeno originário do ser social. Com isso, a análise do trabalho possui as determinações para compreender os traços essenciais do ser social. Porém, o trabalho entendido de forma isolada é uma abstração, pois o trabalho está relacionado com a sociabilidade que está conectada com a divisão do trabalho, a linguagem e outras categorias.

Deste modo, Lukács, para começar a pensar a categoria trabalho, se apoia nas ideias de Marx, nas quais o processo de trabalho ao realizar seu objetivo final, parte de uma prévia-

ideação para um processo de objetivação. O filósofo húngaro vai denominar de “pôr teleológico”. Então, o que seria essa teleologia?

Lukács observa o trabalho como protoforma do ser social, como categoria fundamental para existência da reprodução material deste ser. Sendo este agir do trabalho um “pôr teleológico”, que o pensador húngaro separa entre a posição teleológica primária, que se relaciona diretamente com o trabalho fundante do ser, e a posição teleológica secundária, que se relaciona com a consciência coletiva do grupo, como no caso da cultura. Dando margem para formas mais desenvolvidas da práxis social. Para sintetizar a práxis social em Lukács, Nogueira aponta:

Portanto, a práxis é a forma consciente do ser social no processo de transformação da prévia-ideação em objetivação. Como já apontamos anteriormente, sendo o momento de prévia-ideação, o planejamento que antecede e dá rumo à ação, ou seja, o resultado é idealizado antes de ser constituído realmente, e apesar de esse momento ser rico em abstração, ele exerce uma força material, real na determinação do ato social, além de ser fundamental no estabelecimento da práxis social. (NOGUEIRA, 2011, p.135).

Para compreender o trabalho de forma concreta, Lukács em sua obra *Ontologia do Ser Social II*, na parte O trabalho, busca entender o trabalho como modelo da práxis social. Mas como é isso? Ao argumentar sobre o caráter do trabalho, parte do entendimento deste trabalho enquanto produtor de objetos úteis, aquele processo de trabalho que transforma a natureza em valores de uso. Sendo, o trabalho, em seu sentido originário e restrito, um processo entre atividade humana e natureza, que suas ações teleológicas se orientam para as transformações de objetos naturais em valores de uso. Com isso, nas formas desenvolvidas da práxis social o primeiro plano da ação humana, com outros seres humanos, é a mediação para a produção de valores de uso, que por um fundamento ontológico, é constituído por “pores teleológicos” em movimento. Com a necessidade do trabalho em se tornar social, pois este depende da cooperação de várias pessoas.

E para compreender essa cooperação, Lukács (2013) parte da compreensão da caça no período paleolítico, pois, para o ser humano caçar, é necessário a cooperação de um grupo. E para essa cooperação ser eficaz, necessita-se repartir as funções na hora da caça. Assim, os “pores teleológicos”, determinam o caráter dos “pores teleológicos singulares” para orientar um objetivo natural, sendo essa teleologia um “pôr secundário” que já está orientado para um fim distinto do pôr teleológico primário.

O trabalho com um fim teleológico necessita das relações com os “pores teleológicos secundários” para executar a ação em cooperação, sendo essa ação a própria práxis social. Assim, por meio da “posição teleológica secundária” podemos entender a consciência do grupo no processo final do trabalho, ou seja, na objetivação que transforma diretamente o objeto natural para um fim útil. Em que o trabalho desenvolve formas mais complexas devido a uma dialética da relação entre teleologia primária e teleologia secundária, tendo nessas ações mediações amplas, múltiplas e complexas. (LUKÁCS, 2013).

Para Lukács, o “por teleológico” realizado gera um distanciamento da realidade que dá origem a relação “sujeito-objeto”. Essa relação implica no surgimento da apreensão conceitual dos fenômenos da realidade, e sua expressão através da linguagem. No plano ontológico, a gênese complexa e seu desenvolvimento das transformações do ser possuem um complexo. Tendo uma relação no surgimento da palavra e do conceito. A palavra (linguagem) e o conceito (pensamento conceitual) são elementos do complexo ser social, que sua compreensão na relação ontológica se exerce dentro desse complexo do ser social. (LUKÁCS, 2013).

Desta forma, não existe palavra e conceito separado, estes existem em correlação, porém, ambos surgem em relação ao trabalho, pois o sujeito em execução do processo de trabalho se depara com exigências que somente são satisfeitas com a reestruturação da linguagem e do pensamento conceitual, sendo esses surgidos para as necessidades do trabalho. Visto que, o trabalho como protoforma do ser social define a teleologia primária e se correlaciona com a teleologia secundária. (LUKÁCS, 2013).

Com isso, a gênese do salto ontológico é um complexo concretamente estruturado, de um processo de milênios do desenvolvimento humano para entendermos a passagem do ser orgânico ao ser social. O aspecto essencial deste desenvolvimento parte das categorias que vão tomando um novo grau de ser, e gerando novos complexos em relação aos graus inferiores do fundamento material da existência. Isso acontece nas relações entre natureza orgânica e inorgânica, e nas relações entre o ser social e o ser natural. (LUKÁCS, 2013).

No ser social isso pode ser observado nas formas de espelhamento da realidade, e no contexto do trabalho concreto, esse espelhamento objetivamente concreto no fim do processo de trabalho realiza transformações em sua generalização. Quando a experiência de um trabalho concreto se relaciona a outro, generalizam a natureza em geral. Sendo essas generalizações gêneses para futuras ciências ou conceitos com representações míticas do mundo. Assim, o agir para um fim necessário pode dar origem a formas superiores de práxis, que muitas vezes se confundem com falsas representações das coisas que não existem e são tidas como verdadeiras. (LUKÁCS, 2013).

Observamos que a consciência ao mundo do sujeito emerge da reprodução da sua própria existência. Sendo essa consciência um instrumento da reprodução do próprio ser humano. Com isso, Lukács (2013) salienta que a consciência do ser humano interfere em sua atividade de autorreprodução, visto que, o espelhamento do mundo externo e interno, na consciência do ser humano, gera o desenvolvimento ascendente do trabalho. Assim, o filósofo húngaro aponta para a relação da reflexão e da ação humana, cuja consciência da humanidade no processo histórico se defrontou, sendo esse o problema da teoria e da práxis.

Desde modo, Lukács afirma que qualquer “pôr teleológico” é socialmente determinado, sendo a posição teleológica primária, que se refere ao trabalho, determinada pela necessidade. E da relação entre teoria e práxis, em suas formas fenomênicas sociais concretas influenciadas pelas representações ontológicas, é que o ser humano tem representação da natureza, formando a consciência social. Com isso, a práxis social se desenvolve dentro das representações ontológicas, tanto em dimensões da vida cotidiana ou nas teorias científicas, circunstâncias fundamentais para a sociedade.

Diante disso, Lukács (2013) demonstra o caráter dialético do trabalho como modelo da práxis social. Sendo o trabalho uma atividade de pensamento e ação na constituição do ser. Com isso, o trabalho é a forma fundamental e simples para entender os complexos da práxis social. Assim, o filósofo húngaro percebe que o trabalho realiza materialmente a relação metabólica com a natureza, visto que, isso é o primeiro fundamento para compreender os complexos da práxis social, que fundamenta a reprodução humana na sociedade.

Sendo assim, o ser social surge quando a consciência humana deixa de ser biológica e se constitui na vida cotidiana. Sendo essa consciência um fato ontológico objetivo. Com isso, o ser humano busca uma vida de sentido e autenticidade. Essa própria sociabilidade do ser social, para sua reprodução individual e coletiva, é a busca do sentido da própria vida, ou seja, se o trabalho tem sua realização autônoma e livre, este gera uma autenticidade para a liberdade. (ANTUNES, 2009, p.143).

Além disso, a categoria trabalho é a base para compreender a humanização do ser humano em seu processo de formação enquanto humano. O educador Caio Antunes, salienta que o ser humano possui necessidades engendradas por um processo de reprodução social e histórico. Essas necessidades tornam o processo de transformação da natureza em objetos úteis cada vez mais complexos. Visto que, é esse processo de adaptar a natureza às necessidades que fazem o ser humano se humanizar. O ser humano e a natureza formam um “corpo natural”, em que esta unidade consiste no “processo de formação humana dos seres humanos”. Sendo isso o

“trabalho”, a mediação, ou metabolismo, entre ser humano e natureza. (ANTUNES, 2016, p. 30).

Esse processo de trabalho resulta na formação da consciência, algo que faz o ser humano se diferenciar dos animais e das demais partes da natureza. Essa consciência é um produto social. Devido a isso, o trabalho além de ser o processo de metabolismo entre ser humano e natureza, que cria objetos para a satisfação das necessidades humanas, também é um ato histórico, pois o ser humano ao modificar a natureza, modifica sua própria história. (ANTUNES, 2016, p. 41).

Deste modo, Caio Antunes apresenta, a partir da categoria trabalho, o processo de formação humana, como característica do ser humano. No qual o trabalho é uma forma de garantir a reprodução da sobrevivência, e a condição do próprio ser humano em se humanizar, um processo de formação humana. Com necessidades imediatamente naturais ou específicas, pois quando o ser humano, no processo individual, coletivo e social, de transformar a natureza em um objeto útil, também transforma-se a si mesmo. (ANTUNES, 2016, p. 43).

Com isso, as relações entre os seres humanos são mediadas entre os produtos do trabalho humano, que determina a relação humana plena na forma de objeto. Em que a relação do ser humano com outros seres humanos se torna uma necessidade para a humanização. Sendo a sociedade uma relação mais complexa da relação metabólica entre ser humano e natureza, pois é somente em sociedade que o ser humano se desenvolve livremente. (ANTUNES, 2016, p. 47).

Portanto, o trabalho como formação humana é um processo de humanidade transmitido de geração para geração, socialmente determinado por “situações históricas concretas” e com a necessidade dos seres humanos em se relacionarem, na qual a humanidade de um humano se expressa em relação à humanidade do outro. Isso conectado ao processo de trabalho resulta na “história humana”. (ANTUNES, 2016, p. 50).

O trabalho é origem e continuidade, início e história, fundação e complexificação dos seres humanos, uma vez que o ser humano, sua humanidade (em seu aspecto genérico e particular, como característica humana de cada ser humano e como totalidade dos seres humanos vivendo conjuntamente) só podem ser adequadamente compreendidos como processo social, isto é, em movimento – produzindo e reproduzindo a si próprios na esfera do trabalho (portanto na produção e fruição) e da práxis social. (ANTUNES, 2016, p. 51).

Para Caio Antunes, o trabalho é um processo social de produção e reprodução dos seres humanos, em que na produção e fruição dos objetos úteis realizados em comunidade, geram

objetos para a satisfação das necessidades de toda à humanidade. Sendo assim, toda ação humana mediada pelo trabalho livre e pleno é dotada de sentido. (ANTUNES, 2016, p. 51).

Portanto, nesta dissertação, buscamos encontrar elementos da categoria trabalho como atividade vital de potencial emancipatório, para a humanização do ser humano frente ao modo de produção capitalista. Elementos esses, já apresentados por Marx, no Livro 1 de O Capital. Sendo assim, percorremos a compreensão da categoria trabalho, na qual observamos o trabalho como algo humanizador, na busca de uma forma de trabalho associado e livre. Não atentaremos para o trabalho alienado e explorado, embora isso seja impossível no modo de produção ao qual vivemos, mas faremos devido ao recorte da pesquisa. E para entender melhor o autor de O Capital, vamos ver sua história.

## **2. A história de Karl Marx**

Para compreendermos os apontamentos de Marx para um trabalho livre, pleno e autodeterminado, é essencial entendermos o contexto histórico do pensador alemão.

Karl Marx nasceu na cidade de Trier, antiga Prússia, hoje Alemanha, no ano de 1818, em uma região que faz fronteira com a França bastante influenciada pelas ideias do liberalismo revolucionário francês, que era contra o Absolutismo.

Sua vida intelectual acadêmica começa em 1836, com os estudos de ciências jurídicas. Primeiro na Universidade de Bonn e depois na Universidade de Berlim, ambas na Alemanha. Ao estudar ciências jurídicas e se envolver com o grupo da esquerda hegeliana de Bruno Bauer, ele começou a ter maior interesse pela Filosofia e pela História. Como o próprio Marx nos diz:

Minha área de estudos era a jurisprudência, à qual, todavia, eu não me dediquei senão de um modo acessório, como uma disciplina subordinada relativamente à Filosofia e à História. (MARX, 2008, p. 46).

Neste contexto universitário de Marx, a filosofia de Hegel eram as ideias que constituíam as doutrinas predominantes no Estado prussiano. Em que as universidades influenciadas por essas ideias faziam leituras conservadoras da obra hegeliana. Esse processo fez surgir a esquerda hegeliana, na qual exercia uma leitura crítica em relação a esse pensamento conservador das obras de Hegel. Entre esses pensadores da esquerda hegeliana estavam os irmãos Bruno e Edgar Bauer, Arnold Ruge, Moses Hess e Max Stirner, mas o autor que neste período mais influenciou Marx foi Ludwig Feuerbach, com a obra “A Essência do Cristianismo”.

Karl Marx se envolveu de forma profunda com as discussões do grupo da esquerda hegeliana até 1841. Quando abandonou a carreira de advogado, para se doutorar em Filosofia com a tese “Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro”, com a qual tinha a pretensão de se tornar professor universitário com o apoio de Bruno Bauer. Porém, Bruno Bauer é expulso da Universidade de Bonn por acusações de ateísmo, fazendo Marx perder as esperanças de conseguir uma carreira acadêmica.

Em 1842, Marx começou a colaborar com o jornal a “Gazeta Renana”, do qual posteriormente se torna redator. Vai transitar da vida acadêmica para a vida jornalística. Com isso, pôde se deparar com questões da vida material, como quando teve, por exemplo, que analisar as leis da Assembleia Provincial Renana em relação ao furto de madeira feita pelos camponeses da região da Mosela, que se encontrava em um processo de privatização da terra, fundamentado pelas leis do parlamento.

A lei não está dispensada do dever universal de dizer a verdade. Ela o tem duplamente, pois é o proclamador universal e autêntico da natureza jurídica das coisas. A natureza jurídica das coisas não pode, por conseguinte, guiar-se pela lei, mas a lei tem de guiar-se pela natureza jurídica das coisas. Porém, quando chama de furto de madeira um ato que nem chega a ser um delito de exploração de madeira, a lei mente e o pobre é sacrificado por uma mentira legal. (MARX, 2017c, p. 81)

E continua sua análise:

Se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerado furto, não seria furto também toda propriedade privada? Por meio de minha propriedade privada não estou excluindo todo e qualquer terceiro dessa propriedade? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade? (MARX, 2017c, p. 82).

O parlamento passou a considerar furto a coleta de lenha realizado pelos camponeses da região da Mosela. Antes, o uso da madeira era um direito consuetudinário (direito pelos costumes de um povo) e de uso coletivo, e se transformou em furto pelo parlamento renano. Marx, ao analisar a ação do Estado na utilização das leis para legitimar a propriedade privada dos fundiários da floresta, percebe a função do Estado e do Direito na sociedade burguesa.

Reivindicamos para a pobreza o direito consuetudinário, mais precisamente um direito consuetudinário que não seja local, mas que constitua o direito consuetudinário da pobreza em todos os países. Vamos ainda além e afirmamos que, por sua natureza, o direito consuetudinário só pode ser o

direito dessa massa mais baixa, sem posses e elementar. (MARX, 2017c, p. 84).

Devido a esse processo, tomou partido em defesa dos camponeses da Mosela e criticou a propriedade privada. Portanto, a análise feita por Marx sobre a lei do furto da madeira e a situação dos camponeses fez o pensador alemão transitar de um idealismo teórico para questões econômicas e sociais. E na “Gazeta Renana” Marx começou a entrar em contato com as ideias socialistas e comunistas. Essa vida jornalística foi tão importante para Marx que o próprio salientou que,

em 1842-1843, na qualidade de redator da *Rheinische Zeitung* (*Gazeta Renana*), encontrei-me, pela primeira vez, na embaraçosa obrigação de opinar sobre os chamados interesses materiais. Os debates do *Landtag* [parlamento – alemão] renano sobre os delitos florestais e o parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que o sr. Von Schaper, então governador da província renana, travou com a *Gazeta Renana* sobre as condições de existência dos camponeses do Mosela, as discussões, por último, sobre o livre-câmbio e o protecionismo, proporcionaram-me os primeiros motivos para que eu começasse a me ocupar das questões econômicas. Por outro lado, nessa época, em que o afã de “avançar” sobrepujava amiúde a verdadeira sabedoria, faz-se ouvir na *Gazeta Renana* um eco entibiado, por assim dizer filosófico, do socialismo e do comunismo francês. (MARX, 2008, p. 46).

Desta forma, a *Gazeta Renana*, por ter seu posicionamento crítico ao governo absolutista prussiano e suas ideias progressistas lideradas por Karl Marx e Moses Hess, fizeram com que o jornal sofresse várias censuras pelo Estado, que decretou seu fechamento em 1843, resultando no exílio de Marx da Alemanha para a França. Como afirma Engels:

Com sua colaboração, os chefes da burguesia liberal renana – os Camphausen, os Hansemann etc. – fundaram a *Gazeta Renana*, em Colônia; então, no outono de 1842, Marx, cuja crítica às negociações do Parlamento Provincial Renano havia causado enorme alarido, foi convocado para editar o jornal. É evidente que a *Gazeta Renana* foi publicada sob censura; contudo, a censura não se impôs por completo sobre o periódico, que quase sempre conseguia publicar os artigos mais importantes; primeiro, entregava-se ao censor material de menor importância, e então ele ia validando, até que aprovasse todo o conteúdo – por conta própria ou forçado pela ameaça de, no dia seguinte, o jornal não chegar a ser publicado. Bastaria a existência de dez gazetas com a mesma coragem que a *Renana*, mas com editores que gastassem algumas centenas de táleres a mais na composição tipográfica, para que, já em 1843, a censura se tornasse impraticável na Alemanha. No entanto, os donos de jornais alemães eram conservadores mesquinhos e medrosos, e a *Gazeta Renana* teve de tocar a luta sozinha. Ela derrotou um censor após o outro, até que, enfim, passou a enfrentar uma dupla censura: depois da primeira, o presidente distrital a censurava de novo, de maneira definitiva. No entanto,

nem isso funcionou. No início de 1843, o governo declarou que não havia como controlar o jornal e, sem hesitar, o extinguiu. (ENGELS, 2019, p. 4).

Também no ano de 1843, Marx, a convite de Moses Hess, entra em contato com as sociedades secretas socialistas e comunistas da associação de operários alemães, este fato vai influenciar em seus escritos na cidade de Paris. E em 1844, Marx muda-se para Paris na França, cidade em que, com Arnold Ruge, publica os “Anais Franco-Alemães”.

Os “Anais Franco-Alemães” somente têm publicado um único volume, no qual Marx colabora com artigos essenciais de sua trajetória: “A questão judaica” e “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”. Além de contar com um artigo de Engels intitulado “Esboço de uma Crítica da Economia Política”, que Marx, ao entrar em contato com esse texto, sente a necessidade de se aprofundar nos estudos de Economia Política. Perante isso, Marx, nesse período, produz os “Manuscritos econômicos-filosóficos”. Como o próprio Marx relata neste período:

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito*, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos *Anais franco-alemães*, publicados em Paris em 1844. Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições essas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. (MARX, 2008, p. 47).

O governo francês decreta a prisão de Marx e de Ruge, pelo fato de que os “Anais Franco-Alemães” tinham um posicionamento radical e ideias progressistas contra a religião e o Estado. Em que essas ideias buscavam a revolução para a emancipação humana, apresentados por Marx na “Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução”. Em que parte de uma crítica da religião:

A miséria *religiosa* é, num aspecto, a *expressão* da miséria real e em outro, o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura atormentada, a alma de um mundo sem coração, da mesma forma que é o espírito das situações desprovidas de espírito. É o *ópio* do povo. (MARX, 2010, p. 31).

Para buscar um radicalismo frente ao Estado, por uma transformação material, que se faz pela ação radical das massas, Marx aponta que quando as massas se apropriam da teoria radical, radicalizam sua ação.

É fato, no entanto, que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, no entanto, também a teoria se transforma em poder material assim que se apodera das massas. A teoria é capaz de apoderar-se das massas que se evidencia *ad hominem* [no ser humano – latim], e de fato ela se evidencia *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical significa agarrar a questão pela raiz. Mas a raiz é, para o ser humano, o próprio ser humano. (MARX, 2010, p. 44).

E continua:

Para que a *revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular* coincidam, para que *uma* classe social represente a sociedade como um todo, é preciso inversamente que se concentrem numa outra classe todos os defeitos da sociedade, é preciso que uma determinada categoria configure que materialize a ofensa, que incorpora o empecilho geral, é preciso que setor social singular assuma o crime notório de toda a sociedade, de maneira que a emancipação desse setor se manifeste como autolibertação. (MARX, 2010, p. 50).

Com isso, Marx aponta para a defesa de uma revolução social para a emancipação humana, em que esta libertação será feita pela classe singular, oprimida pela a ordem mundial vigente, que é a classe trabalhadora ou, no contexto, o proletariado. Como ele aponta:

Quando o proletariado proclama a *dissolução da ordem mundial vigente*, não faz mais do que manifestar *o segredo da sua própria existência*, pois trata-se de dissolução real dessa ordem mundial. Quando o proletariado exige a *negação da propriedade privada* não faz mais do que alçar a um *princípio da sociedade* aquilo que a sociedade alçou a *seu* princípio, aquilo que *nele* já se encontra espontaneamente incorporado como resultado negativo da sociedade. (MARX, 2010, p. 55).

E, nos “Manuscritos econômicos-filosóficos”, Marx começa a fazer seus estudos na concepção de uma crítica da Economia Política, em que compreende a questão do trabalho, como atividade contraditória, que se apresenta como atividade vital, porém, no modo de produção capitalista essa atividade se torna alienada, temas que permearam suas obras e tomaram consistência em “O Capital”. Como o pensador alemão indica em relação ao trabalho estranhado:

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu trabalho* como [com] um objeto *estranho* estão todas estas conseqüências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. É do mesmo modo na religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quanto maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A *exteriorização* (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônomo diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2004, p. 81).

E complementa em relação ao trabalho como atividade vital:

Pois primeiramente o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva* mesma aparece ao homem apenas como um *meio* para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física. A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendradora de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma *species*, seu caráter genérico, e a atividade consciência livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*.

O animal é imediatamente um com sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua *existência*. (MARX, 2004, p. 85).

Ainda na França, esta época é marcada pelas diversas relações de amizades constituídas por Marx, nas quais ele tem contato com figuras como Proudhon e Bakunin, além de intensificar sua amizade com Engels, com quem produz o livro “A Sagrada Família”, na qual fazem críticas ferozes aos hegelianos de esquerda, principalmente a Bruno Bauer.

Neste período também, Marx juntamente com Engels, entra para a Liga dos Justos, movimento político de operários, organizados internacionalmente, com ideias do “socialismo utópico”. Como afirma Engels:

A liga estava onde quer que houvesse associações de trabalhadores alemães. Quase todas as associações da Inglaterra, da Bélgica, da França, da Suíça e muitas associações da Alemanha tinham como líder um membro da liga. Foi grande sua importância para o movimento operário alemão emergente. Além disso, nossa liga foi a primeira organização a destacar o caráter internacional do movimento operário como um todo, demonstrando-o na prática: havia membros ingleses, belgas, húngaros, poloneses etc., e organizavam-se, em Londres, assembleias internacionais de trabalhadores. (ENGELS, 2019, p. 5).

Após seu rompimento com Ruge, Marx começa a escrever artigos para outros jornais. Neste período estava ocorrendo insurreições de operários têxteis na Silésia e na Boêmia. Marx redige um artigo sobre a greve na Silésia, isso se torna um estopim para o governo francês que, após pedido do governo prussiano, expulsa Marx da França. Tanto que em 1845 muda-se para Bruxelas na Bélgica.

Em Bruxelas, Marx e Engels, a quatro mãos, buscam redigir uma obra em que absorvem e rompem com as ideias de Feuerbach, na qual fazem uma crítica materialista da história, que resultou no livro “A ideologia alemã”. Esse trecho explicita essa concepção:

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32).

Os pensadores alemães encontram vários problemas em achar uma editora que publicasse a obra, eles abandonaram o projeto do livro, deixando somente seus rascunhos. Como Marx explica:

E quando, na primavera de 1845, ele também veio domiciliar-se em Bruxelas, resolvemos trabalhar em comum para salientar o contraste de nossa maneira de ver com a ideologia da filosofia alemã, visando, de fato, acertar as contas com a nossa antiga consciência filosófica. O propósito se realizou sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O manuscrito [*A ideologia alemã*], dois grossos volumes em oitavo, já se encontrava há muito tempo em mãos do editor na Westphalia, quando nos advertiram que uma mudança de circunstâncias criava obstáculos à impressão. Abandonamos o manuscrito à crítica roedora dos ratos, tanto mais a gosto quanto já havíamos alcançado nosso fim principal, que era nos esclarecer. (MARX, 2008, p. 49).

Em 1846, Marx e Engels organizaram um Comitê de Correspondência da Liga dos Justos, em Bruxelas. E em 1847, por disputas políticas nos congressos, a Liga dos Justos se torna a Liga dos Comunistas. Na qual fica incumbida, para Marx e Engels, a tarefa de elaborar o “Manifesto do Partido Comunista” para a Liga, que é publicado em 1848 na cidade de Londres. Como relata o próprio Engels:

A reestruturação da liga ocorreu em dois congressos em 1847, e no segundo decidiu-se que os princípios do partido seriam compilados e publicado em um manifesto que Marx e Engels redigiriam. Assim nasceu o *Manifesto do Partido Comunista*, impresso pela primeira vez em 1848, pouco antes da Revolução de Fevereiro; desde então, o texto foi traduzido para quase todas as línguas europeias. (ENGELS, 2019, p. 5).

No “Manifesto do Partido Comunista”, Marx e Engels tecem uma análise em que a luta de classe é o motor da história em um movimento de contradição entre opressores e oprimidos.

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2008, p. 8).

E concluem o panfleto fazendo um chamamento da classe trabalhadora para a luta contra a burguesia, pois a classe trabalhadora não tem mais nada a perder, e mostram que, sem organização e união da classe trabalhadora, não há transformação na história.

Os comunistas não ocultam suas opiniões e objetivos. Declaram abertamente que seus fins só serão alcançados com a derrubada violenta da ordem social existente. Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. Os proletariados não têm nada a perder nela, além de seus grilhões. Têm um mundo a conquistar.  
Proletários de todos os países, uni-vos! (MARX; ENGELS, 2008, p. 64).

No ano de 1847, Marx escreve seu livro “Miséria da Filosofia”, obra em que faz uma crítica ao livro de Proudhon chamado “Filosofia da Miséria”, pois naquele contexto as ideias de Proudhon estavam em voga nas lutas dos trabalhadores. Marx buscou salientar que Proudhon não compreendia nem Filosofia alemã e nem Economia Política. Como o próprio Marx comenta no prefácio da obra:

*Tem o sr. Proudhon a infelicidade de não ser conhecido em seu real valor na Europa. Na França cabe-lhe o direito de ser mau economista porque é tido como bom filósofo alemão. Na Alemanha tem o direito de ser mau filósofo, visto que é considerado um economista francês dos mais reputados. Em nossa qualidade de alemão e de economista, simultaneamente, quisemos protestar contra esse duplo erro.*

*Entenderá o leitor que, nesta ingrata tarefa, foi-nos necessário, muitas vezes, abandonar a crítica ao sr. Proudhon para fazê-la à filosofia alemã, oferecendo ao mesmo tempo um resumo da economia política. (MARX, 2007, p. 63).*

Também em Bruxelas, Marx e Engels fundam a Associação Operária Alemã de Bruxelas, na qual Marx é eleito vice-presidente. Essas atividades políticas resultam na expulsão de Marx da Bélgica. O pensador alemão sintetiza sua passagem pela Bélgica:

Dos trabalhos esparsos, que submetemos ao público nessa época e nos quais expusemos nossos pontos de vista sobre diversas questões, mencionarei apenas o *Manifesto do Partido Comunista*, redigido por Engels e por mim e o *Discurso sobre o livre-comércio*, publicado por mim. Os pontos decisivos da nossa maneira de ver foram, pela primeira vez, expostos cientificamente, ainda que sob forma de polêmica, no meu trabalho aparecido em 1847, e dirigido contra Proudhon: *Miséria da Filosofia*. A impressão de uma dissertação sobre o *Trabalho assalariado*, escrita em alemão e composta de conferências que eu havia proferido na União dos Trabalhadores Alemães de Bruxelas, foi interrompida pela Revolução de Fevereiro, e pela minha expulsão subsequente da Bélgica. (MARX, 2008, p. 49).

Com a Revolução de Fevereiro na França em 1848, é consolidada a Segunda República Francesa. E, a convite do governo revolucionário francês, por meio de Ferdinand Flocon, um liberal antibonapartista que integrava o governo provisório republicano francês, Marx retorna a França.

Entretanto, Marx fica pouco tempo em Paris, pois retorna para a Alemanha devido a Revolução de Março, uma insurreição operária que ocorreu em Berlim no ano de 1848. O pensador alemão se fixa na cidade de Colônia, onde participa de movimentos de trabalhadores e reorganiza a “Nova Gazeta Renana” entre 1848 e 1849. Essas experiências em Colônia são relatadas por Engels:

Após a Revolução de Março, Marx se mudou para Colônia e fundou a *Nova Gazeta Renana*, que funcionou do dia 1º de junho de 1848 ao dia 19 de maio de 1849. Era o único jornal que, dentro do movimento democrático da época, defendia o ponto de vista do proletariado, por exemplo, por meio do apoio incondicional aos insurgentes parisienses de junho de 1848, fato que afastou do periódico quase todos os acionistas. Em vão, a *Gazeta da Cruz* advertiu da “audácia de Chimborazo” com a qual a *Nova Gazeta Renana* teria atacado tudo que era sagrado, desde o rei e o regente substituto até a guarda militar –

isso em uma fortaleza prussiana com, à época, mais de 8 mil homens estacionados; em vão, praguejou o filistério renano liberal, que se tornara, repentinamente, reacionário; em vão, no outono de 1848, a gazeta foi suspensa por um longo período, em decorrência do estado de sítio declarado em Colônia; em vão, o Ministério Real da Justiça de Frankfurt solicitou à procuradoria pública de Colônia que perseguisse judicialmente um artigo após o outro; apesar do controle policial, a gazeta continuou sendo redigida e impressa com tranquilidade, e sua difusão e sua fama cresciam proporcionalmente à intensidade dos ataques ao governo e à burguesia. Após o golpe de Estado prussiano em novembro de 1848, a *Nova Gazeta Renana* passou a convocar o povo, no topo de cada edição, a não pagar os impostos e a combater violência com violência. Por isso – e também em virtude de outro artigo –, o periódico foi levado aos tribunais duas vezes na primavera de 1849, tendo sido absolvido em ambos os casos. Quando as revoltas de maio de 1849 em Dresden e na província do Reno foram sufocadas e a campanha militar prussiana contra a revolta de Baden-Palatinado foi iniciada – com a concentração e a mobilização de uma tropa de tamanho notável –, o governo acreditou ter força suficiente para reprimir à força a *Nova Gazeta Renana*. A última edição foi publicada – em tinta vermelha – no dia 19 de maio. (ENGELS, 2019, p. 7).

Devido a isso, Marx teve que retornar para Paris, podendo ficar poucas semanas por lá, pois o governo francês proíbe sua permanência no país. Entretanto, o pensador alemão muda-se para a Inglaterra em 1850, na cidade de Londres, local em que se fixa até sua morte. Engels explica este contexto de Marx:

Marx regressou a Paris; contudo, poucas semanas depois dos protestos do dia 13 de junho de 1849, o governo francês lhe deu duas opções: ou se estabelecer na Bretanha, ou deixar o país. Ele preferiu a segunda opção, mudando-se para Londres, onde morou a partir de então. A tentativa de continuar publicando (em 1850) a *Nova Gazeta Renana*, mas em forma de revista (em Hamburgo), teve de ser abandonada em pouco tempo em razão da reação, que se tornava cada vez mais virulenta. Logo após o golpe de Estado na França, em dezembro de 1851, Marx publicou *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. (ENGELS, 2019, p. 7).

O desfecho da Revolução de Fevereiro ocorre com o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1851, que instaura o Segundo Império Francês, até o ano de 1870. E em 1851 devido ao golpe, Marx publica “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, cujo texto explica que a história é feita pela ação humana, pois se não houver ação frente à classe opressora, a história se repete, assim, como o sobrinho repetiu o tio. Como o pensador alemão sinaliza:

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. Caussidière como Danton, Louis Blanc como Robespierre, a Montanha de 1848-51 como a Montanha 1793-95, o sobrinho

como o tio. E essa mesma caricatura se repete nas circunstâncias que envolvem a reedição do 18 de brumário!

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (MARX, 2011b, p. 25).

Ao chegar em Londres, a vida ficou conturbada devido a problemas financeiros, tanto que Marx teve que empenhorar móveis e roupas para conseguir uma renda e satisfazer sua subsistência e de sua família, mas aos poucos, foi se reestabelecendo com a ajuda financeira de Engels. Durante os anos de 1850 até 1859, Marx se dedicou ao estudo de Economia Política na biblioteca do Museu Britânico e como fonte de renda escreveu artigos como correspondente de diversos jornais de Nova Iorque. Entre esse período, o pensador alemão deixou vários rascunhos de estudos, que foram publicados postumamente. Entre esses rascunhos, os mais conhecidos são os “Grundrisse”, manuscritos esboçados entre 1857 e 1858. Este período de estudos intensivo de Marx em Londres é relatado por Engels da seguinte forma:

Após a condenação dos membros da Liga dos Comunistas de Colônia, Marx se afastou da agitação política e passou a dedicar-se, por um lado, durante dez anos, ao profundo estudo do valioso tesouro da biblioteca do Museu Britânico na área de economia política e, por outro, à colaboração na *New York Tribune*, que publicou, antes do começo da guerra Civil Estadunidense, tanto correspondências assinadas por ele quanto diversos editoriais sobre a situação na Europa e na Ásia. (ENGELS, 2019, p. 7).

Em 1859, depois de vários anos de estudos, Marx, publica o livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Livro que considerava inacabado, mas publica com o objetivo de escrever uma série de fascículos de sua crítica da economia política. Engels para divulgar o livro faz uma resenha em que sintetiza a obra:

Um livro como este não pode se limitar a criticar sem consequência alguns capítulos isolados da Economia, estudar isoladamente este ou aquele problema econômico conflitante. Não; este livro, desde o primeiro momento, encaminha-se para uma síntese sistemática de todo o conjunto da ciência econômica, para desenvolver coerentemente as leis da produção burguesa e do comércio burguês. E como os economistas não são mais que intérpretes e apologistas dessas leis, desenvolvê-las é, ao mesmo tempo, fazer a crítica de toda a literatura econômica. (ENGELS, 2008, p. 278).

Já no prefácio da obra “Contribuição à crítica da economia política”, Marx sintetiza sua conclusão em relação à consciência da humanidade, situando a necessidade dos seres humanos

em terem o controle do seu próprio modo de vida e, da sua produção e reprodução da vida material, pois a materialidade da vida determina a consciência da vida social e política.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

Porém, a “Contribuição à crítica da economia política” não teve o alcance desejado na classe trabalhadora, ao qual Marx almejava. Mesmo assim, o pensador alemão continua a dedicar-se ao estudo da Economia Política no Museu Britânico e escrevendo artigos para jornais como fonte de renda.

E no ano de 1864, Marx se organiza na Associação Internacional dos Trabalhadores, e é eleito para participar do Conselho Geral. Tendo grande participação na organização, como pode ser observado nos informes em que Marx proferiu nas sessões do Conselho Geral em 1865, e que mais tarde foram publicados com o nome de “Salário, preço e lucro”. Engels assim explica a importância que Marx teve para a Associação Internacional dos Trabalhadores:

Nesse meio-tempo, em diferentes países da Europa, o movimento dos trabalhadores havia retomado tanta força que Marx pôde pensar em realizar um desejo antigo: fundar uma associação de trabalhadores que abrangesse os mais avançados países da Europa e da América e que fizesse com que tanto os próprios trabalhadores como os burgueses e os governos sentissem, digamos assim, na pele o caráter internacional do movimento socialista – a fim de encorajar e fortalecer o proletariado e aterrorizar seus inimigos. A oportunidade de apresentar a ideia – que foi recebida com euforia – apareceu no St. Martin’s Hall, em Londres, no dia 28 de setembro de 1864, em uma assembleia popular a favor da Polônia, que estava sendo, mais uma vez, esmagada pela Rússia. Criou-se, assim, a Associação Internacional dos Trabalhadores; elegeu-se, na ocasião, um conselho geral provisório sediado em Londres, do qual Marx seria a alma – assim como de todos os conselhos gerais que se seguiram até o Congresso de Haia. Quase todos os escritos emitidos pelo conselho geral da Internacional foram redigidos por ele, da mensagem inaugural de 1864 à missiva de 1871 sobre a guerra civil na França. Descrever a atuação de Marx na Internacional seria escrever a história da própria associação, que, por sinal, ainda vive na memória dos trabalhadores europeus. (ENGELS, 2019, p. 9).

Em 1867, entre doenças, estudos e sessões e congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx publica sua *magnum opus*, o Livro 1 de O Capital. Obra que iremos

situar melhor, devido ao recorte desta pesquisa. Engels relata a importância que foi essa publicação nos seguintes termos:

Finalmente, em 1867, foi publicado, em Hamburgo, o Livro I de *O capital: crítica da economia política* – obra mais importante de Marx, na qual ele expôs os fundamentos de suas concepções econômico-socialistas e os principais traços de sua crítica da sociedade atual, do modo de produção capitalista e de suas consequências. (ENGELS, 2019, p. 9).

No ano de 1871, ocorre a Comuna de Paris, fato que vai impactar profundamente em Marx e também na Associação Internacional dos Trabalhadores. A Comuna de Paris foi uma insurreição de trabalhadores na França, com a conquista de um Estado para a classe trabalhadora, que durou 72 dias. Marx, através de mensagens do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, vai redigir várias análises sobre a Comuna de Paris, em que se encontram na obra “A guerra civil na França”. Assim, como o próprio Marx relata sobre a Comuna:

Eis o verdadeiro segredo da Comuna: era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho.

A não ser sob essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigá-lo o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (MARX, 2011, p. 59).

E complementa:

A Comuna, exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é comunismo, o “irrealizável” comunismo! [...]

A classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna. Os trabalhadores não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir por *décret du peuple* [por decreto do povo]. Sabem que, para atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio

desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas sim querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida. Em plena consciência de sua missão histórica e com a heroica resolução de atuar de acordo com ela, a classe trabalhadora pode sorrir para as rudes invectivas desses lacaios com pena e tinteiro e do didático patronato de doutrinadores burgueses bem intencionados, a verter suas ignorantes platitudes e extravagâncias sectárias em tom oracular de infalibilidade científica. (MARX, 2011, p. 60).

O pensador alemão, devido à Comuna, modifica sua perspectiva teórica em relação à ação da classe trabalhadora, e salienta que a Comuna foi a luta pela emancipação da classe trabalhadora na vitória sobre a classe expropriadora, na qual o trabalho se torna livre e associado, devido a abolição da propriedade privada. Define que a classe trabalhadora é uma classe em luta no processo histórico para transformar a ordem societária, e que a Comuna de Paris deixa um norte de uma sociedade de transição para o comunismo, em que representava o governo internacional dos trabalhadores.

Assim, se a Comuna era a verdadeira representante de todos os elementos saudáveis da sociedade francesa e, portanto, o verdadeiro governo nacional, ela era, ao mesmo tempo, como governo operário e paladino audaz da emancipação do trabalho, um governo enfaticamente internacional. Sob a mira do mesmo exército prussiano que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexou à França os trabalhadores do mundo inteiro. (MARX, 2011, p. 63).

A derrota da Comuna de Paris abalou os ânimos na Associação Internacional dos Trabalhadores, ocorrendo em 1872 o Congresso de Haia, numa disputa épica entre Marx e Bakunin. O Congresso de Haia acontece após três anos sem serem realizados outros congressos, devido à Guerra Franco-Prussiana. Entre as deliberações neste congresso, duas se destacam, a primeira foi a aprovação da expulsão do grupo de Bakunin, em que eram acusados de conspirar contra a Internacional e a segunda, a deliberação, que foi a transferência do Conselho Geral para Nova Iorque e sendo formado por membros do Conselho Federal Americano. Como Engels situa:

Com a queda da Comuna de Paris, a Internacional se viu em uma situação impossível. Ela foi empurrada para a frente da história europeia num momento em que lhe haviam podado qualquer chance de ação prática bem-sucedida. Os acontecimentos que a elevaram à sétima grande potência impossibilitaram-na, ao mesmo tempo, de mobilizar suas forças de combate e de utilizá-las de forma ativa, pois, se o fizesse, sofreria uma derrota inevitável, e o movimento dos trabalhadores retrocederia décadas. Além disso, havia pessoas, motivadas

por vaidade ou ambição pessoal, tentando explorar o rápido crescimento da reputação da associação sem de fato compreender a situação da internacional ou desconsiderando-a. Uma decisão heroica teve de ser tomada e, mais uma vez, foi Marx quem fez isso, pondo-a em prática no Congresso de Haia. Em uma deliberação solene, a Internacional declarou não ser responsável pelos atos dos bakuninistas, que representavam o núcleo daqueles elementos ignorantes e imundos; assim, dada a impossibilidade de opor-se à reação geral – e às crescentes exigências impostas à associação – com máxima eficiência, sem a série de sacrifícios que faria o movimento dos trabalhadores sangrar até a morte, dadas as impossibilidades, a Internacional se retirou provisoriamente de cena, transferindo seu conselho geral para a América. Os acontecimentos posteriores comprovaram que essa decisão – muito criticada desde então – foi correta. Por um lado, todas as tentativas inúteis de golpes em nome da internacional eram e se mantiveram ineficazes; por outro, as constantes trocas internas entre os partidos socialistas dos trabalhadores dos diferentes países provou que a consciência – despertada pela Internacional – da igualdade dos interesses e da solidariedade do proletariado de todos os países se fazia valer mesmo sem o vínculo com uma associação internacional formal. (ENGELS, 2019, p. 10).

Com o fim da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx se dedica em aprofundar seus estudos para reeditar o Livro 1 de O Capital e escrever os outros livros dessa obra, que são concluídos publicados postumamente por Engels. O pensador alemão também ajuda movimentos políticos de trabalhadores, como no caso da “Crítica ao Programa de Gotha” no ano de 1875, em que tece observações ao programa político do Partido Operário Alemão, e deixa um horizonte para se pensar o trabalho enquanto atividade vital e em outra forma de sociabilidade.

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizante subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes da riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado, e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “De cada um segundo a suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!”. (MARX, 2013, p. 109).

Assim, em 1883, muito doente e com problemas respiratórios, morre Karl Marx. Um ser humano que teve sua trajetória entre teoria e prática, mostrando que até o final da vida estava defendendo a classe trabalhadora e buscando uma outra forma de sociedade. Marx deixou vários manuscritos, que foram publicados posteriormente e outros não foram publicados até hoje.

### 3. O Livro 1 de O Capital

A grande obra de Karl Marx começou a ser pensada no ano de 1862, quando este abandona a ideia de continuar a “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Entre 1857 a 1865, Marx escreveu diversos rascunhos para encontrar os fundamentos do que seria a obra de O Capital. A “Contribuição à Crítica da Economia Política” era para ser escrita em fascículos, porém, o autor abandonou essa ideia e começou a escrever uma obra autônoma, embora no próprio livro de O Capital Marx cita em várias passagens o livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Como este mesmo relata no Livro 1 de O Capital:

A obra, cujo primeiro volume apresento ao público, é a continuação de meu escrito *Contribuição à crítica da economia política*, publicado em 1859. A longa pausa entre o começo e continuação se deve a uma enfermidade que me acometeu por muitos anos e interrompeu repetidas vezes meu trabalho. (MARX, 2017, p. 77).

Nesta época Marx estudava durante o dia na Biblioteca do Museu Britânico e, durante a noite, elaborava seus rascunhos. O pensador alemão, ao elaborar seus estudos entre 1861-1863, que seriam o segundo volume do livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”, em que tinha o “capital” como objeto de estudo, observou a necessidade de uma obra que somente se debruçasse sobre este tema. Nesses estudos de 1861-1863, já estavam presentes os temas de O Capital, alguns temas mais desenvolvidos e outros menos desenvolvidos. (NETTO, 2020).

Os rascunhos de 1861-1863 deram elementos para a organização dos três livros de O Capital. Em 1861-1863, Marx fez um levantamento dos temas para O Capital e em 1863 começou um novo ciclo de pesquisas para elaborar esta obra, que foram até o ano de 1865. Devido a isso, os manuscritos elaborados entre 1863-1865, se apresentam com os temas mais bem definidos do que os manuscritos de 1861-1863, pois Marx chega a temas como “circulação de capital” e “formas transformadas do mais-valor”. (NETTO, 2020).

Portanto, após os “Grundrisse” (manuscritos de 1857-1858) e com os manuscritos de 1861-1863 e os manuscritos de 1863-1865, Marx se considerou preparado para elaborar sua grande crítica da Economia Política. E em janeiro de 1866, começou a revisar com cuidado esses materiais para redigir o Livro 1 de O Capital, recorrendo também para outras fontes e documentos oficiais. (NETTO, 2020).

Entre janeiro e abril de 1866, Marx dedicou-se a redação do Livro 1 de O Capital, buscando uma exposição artística para a obra, em que tivesse um todo interligado. Concluiu a redação em abril de 1867 e enviou uma carta de comunicado ao seu amigo Engels.

Acabei de corrigir a última folha (49ª) do livro. O apêndice – *Forma de valor* –, impresso em fonte reduzida, abrangente 1¼ folhas. Ontem foi enviado o prefácio, corrigido. Assim, este volume está pronto. Apenas a ti devo agradecer que isso teria sido possível! Sem teu sacrifício por mim, eu jamais teria conseguido realizar o gigantesco trabalho desses três volumes. (MARX, 2017, p. 847).

Em abril de 1867, Marx encontrou-se em Hamburgo com Meissner, o editor de O Capital, para entregar os originais, depois de um mês recebeu as primeiras provas tipográficas do Livro 1 para serem revisadas. Com a ajuda de Engels fez as revisões que foram concluídas em agosto de 1867. A primeira edição do Livro 1 somente chegou ao público em setembro de 1867, sendo que o dinheiro com as vendas do Livro 1 de O Capital não deram nem para o equivalente que Marx sacrificou. (NETTO, 2020).

Esta primeira edição de O Capital levou quatro anos para se esgotar, e a segunda edição alemã do livro foi lançada em fascículos no ano de 1872. Sendo somente nesta segunda edição que o Livro 1 toma a forma de sete seções e vinte e cinco capítulos. Como Marx explica aos leitores no posfácio da segunda edição:

Aos leitores da primeira edição tenho, primeiramente, de apresentar esclarecimentos quanto às modificações realizadas nesta segunda edição. Salta aos olhos a subdivisão mais clara do livro. [...] Seria inútil discorrer detalhadamente sobre as modificações, com frequência apenas estilísticas, que realizamos em passagens do texto. Porém, após ter revisado a tradução francesa, que se está publicando em Paris, creio que várias partes do original alemão teriam exigido aqui uma reelaboração mais profunda, ali uma revisão estilística mais detalhada ou uma supressão mais cuidadosa de eventuais imprecisões. Para tanto, faltou-me tempo necessário, pois a notícia de que o livro se havia esgotado e a impressão da segunda edição teria de começar já em janeiro de 1872 chegou-me apenas no outono de 1871, quando me encontrava ocupado com outros trabalhos urgentes. (MARX, 2017, p. 83).

Até a sua morte, Marx continuou a revisar o Livro 1. Entretanto, a edição em que os pesquisadores e as pesquisadoras utilizam de referência é a quarta edição alemã, que foi revisada por Engels e pela filha de Marx, Eleanor, no ano de 1890. Nesta quarta edição Engels se utiliza das notas dos manuscritos de Marx, e classifica todas as fontes e citações feitas pelo autor alemão. Como o próprio Engels descreve no prefácio da quarta edição alemã:

Uma revisão completa das numerosas citações fez-se necessária em virtude da publicação, nesse ínterim, da edição inglesa. Para essa edição, Eleanor, a filha mais jovem de Marx, deu-se ao trabalho de cotejar com os originais todas as passagens citadas, de modo que nas citações de fontes inglesas, de longe as mais numerosas, não se apresenta uma retradução do alemão, mas o próprio texto original inglês. Ao consultar esse texto para a quarta edição, nele pude encontrar diversas passagens com pequenas imprecisões, como indicações errôneas de páginas, em parte cometidas na transcrição dos cadernos, em parte devidas à acumulação de erros de impressão ao longo de três edições. Aspas ou reticências fora do lugar, o que é inevitável quando se realiza um número tão grande de citações a partir de cadernos de notas. Aqui e ali, uma escolha não muito feliz na tradução de uma palavra. Certas citações, tomadas dos velhos cadernos de Paris (1843-1845), uma época em que Marx não sabia inglês e lia os economistas ingleses em traduções francesas; nesses casos, à dupla tradução correspondia uma leve mudança de colorido – por exemplo, em Steuart, Ure, entre outros – em comparação com o texto inglês que agora foi utilizado. E mais uma série de pequenos lapsos e inexatidões desse tipo. (MARX, 2017, p. 105).

O Livro 1 começa sua exposição com a análise da mercadoria, em que Marx se utiliza bastante do debate constituído no Livro de 1859, “Contribuição à Crítica da Economia Política”, e salienta que o primeiro capítulo, em que trata da análise da mercadoria e das formas de valor, seja o mais difícil, pois parte dos pressupostos de toda sua teoria científica. Indicando ao leitor que o começo da obra será difícil, pois se trata de uma obra cientificamente construída e que contém uma visão de mundo determinada para a compreensão da sociedade burguesa. Como o próprio autor alemão descreve:

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência. Por isso, a compreensão do primeiro capítulo, em especial da parte que contém a análise da mercadoria, apresentará a dificuldade maior. No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. [...] Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daqueles que interessam à anatomia micrológica. (MARX, 2017, p. 77).

Entretanto, o pensador avança a exposição para compreender as formas de valor, pois observa que a mercadoria é uma unidade sintética entre valor de uso e valor de troca, enquanto o valor é o tempo de trabalho socialmente necessário incorporado na produção da mercadoria. A mercadoria expressa o processo de trabalho que cria valor de uso e também expressa o processo de valorização que cria valor. Sendo que o processo de valorização rege a produção

capitalista, que consiste na produção de um excedente de trabalho não pago, no qual Marx denomina de “mais-valor”, é constituído pela quantidade de tempo de trabalho não pago pelo capitalista, sendo esse o segredo da acumulação de capital. Como o autor nos aponta:

O capitalista paga o valor da força de trabalho – ou seu preço, divergente de seu valor – e recebe em troca o direito de dispor da força viva de trabalho. Seu usufruto dessa força de trabalho é decomposto em dois períodos. Durante um deles, o trabalhador não produz mais que um valor, que é igual ao valor de sua força de trabalho, portanto, apenas um equivalente. Em troca do preço adiantado da força de trabalho, o capitalista recebe, pois, um produto de mesmo preço. É como se ele tivesse adquirido o produto já pronto no mercado. No período do mais-trabalho, ao contrário, o usufruto da força de trabalho gera valor para o capitalista, sem que esse valor lhe custe um substituto de valor. Ele obtém gratuitamente essa realização da força de trabalho. Nesse sentido, o mais-trabalho pode ser chamado de trabalho não pago.

O capital, portanto, não é apenas o comando sobre o trabalho, como diz A. Smith. Ele é, em sua essência, o comando sobre o trabalho não pago. Todo mais-valor, qualquer que seja a forma particular em que mais tarde se cristalice, como o lucro, a renda etc., é, com relação à sua substância, a materialização [*Materiatur*] de tempo de trabalho não pago. O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago. (MARX, 2017, p. 602).

No Livro 1, Marx avança sua compreensão em relação a venda da força de trabalho, pois em suas obras anteriores, determinava que a classe trabalhadora vendia o seu trabalho para o capitalista, já nesta obra, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho.

No mercado, o que se contrapõe diretamente ao possuidor de dinheiro não é, na realidade, o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é sua força de trabalho. Mal seu trabalho tem início efetivamente e a força de trabalho já deixou de lhe pertencer, não podendo mais, portanto, ser vendida por ele. (MARX, 2017, p. 607).

A força de trabalho se transforma em mercadoria, que possui valor de uso e valor de troca, esse valor de troca da força de trabalho contém uma expressão monetária, que é o salário, e se constitui em um valor inferior ao valor total da produção. Devido a isso, o pensador alemão desvela que a jornada de trabalho, quando vendida ao capitalista, produz o “tempo de trabalho necessário” à reprodução da força de trabalho e o “tempo de trabalho excedente ou mais-trabalho”.

A parte da jornada de trabalho que produz apenas um equivalente do valor da força de trabalho pago pelo capital foi tratada até este momento da exposição como uma grandeza constante, o que ela de fato é, sob dadas condições de produção e num dado grau de desenvolvimento econômico da sociedade.

Vimos também que, além desse tempo de trabalho necessário, o trabalhador podia trabalhar 2, 3, 4, 6 etc. horas. A taxa de mais-valor e a duração da jornada de trabalho dependiam da grandeza desse prolongamento. Se o tempo de trabalho necessário era constante, a jornada de trabalho total era, ao contrário, variável. Suponhamos, agora, uma jornada de trabalho com uma dada duração e divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho. (MARX, 2017, p. 387).

Deste modo, o tempo de trabalho necessário é o tempo em que a classe explorada reproduz seu trabalho para satisfazer sua subsistência, e o mais-trabalho é o tempo de trabalho excedente que produz um valor a mais não pago em seus salários, que é o mais-valor.

Portanto, no Livro 1 de O Capital, Marx salta de suas explicações do Livro de 1859, em relação a observação “da transformação do dinheiro e dos meios de produção em capital”, para sua distinção entre “capital constante” e “capital variável” como componentes do capital no processo de produção.

Portanto, a parte do capital que se converte em meios de produção, isto é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, ou, mais sucintamente: capital constante.

Por outro lado, a parte do capital constituída de força de trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável. Denomina-o, por isso, parte variável do capital ou, mais sucintamente: capital variável. Os mesmos componentes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, distinguem-se como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, distinguem-se, do ponto de vista do processo de valorização, como capital constante e capital variável. (MARX, 2017, p. 286).

O autor salienta que os meios de produção, instrumentos de trabalho e matéria-prima, no processo de valorização se convertem em capital constante, e não produz valor na mercadoria, somente transferem o seu valor. Sendo a força de trabalho, que se denomina capital variável, neste processo de valorização, a fonte do mais-valor. Tendo que, o capital para gerar mais-valor, na troca de mercadorias, movimentar-se por um ciclo entre a esfera da circulação e da produção, em que o produto do trabalho se transforma em mercadoria, e essa mercadoria se metamorfoseia em dinheiro, no qual se converte em capital. Assim, a fórmula da acumulação capitalista é definida por D-M-D' (Dinheiro, mercadoria e dinheiro com um excedente). Como Marx explica esse processo de acumulação de capital:

A transformação de uma quantia de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro movimento realizado pela quantidade de valor que deve funcionar como capital. Ela age no mercado, na esfera de circulação. A segunda fase do movimento, o processo de produção, é concluída assim que os meios de produção estão convertidos em mercadorias cujo valor supera o valor de suas partes constitutivas e, portanto, contém o capital originalmente adiantado acrescido de um mais-valor. Em seguida, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas novamente na esfera da circulação. O objetivo é vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, converter esse dinheiro novamente em capital, e assim consecutivamente. Esse ciclo, percorrendo sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital.

A primeira condição da acumulação é que o capitalista tenha conseguido vender suas mercadorias e reconverter em capital a maior parte do dinheiro assim obtido. Em seguida, pressupõe-se que o capital percorra seu processo de circulação de modo normal. (MARX, 2017, p. 639).

O processo de produção capitalista se inicia quando o próprio capitalista aplica dinheiro no mercado, em forma de capital, na compra dos meios de produção – matéria-prima e máquinas – e na compra da força de trabalho. E depois de adquiridos os meios de produção e a força de trabalho, este executa a produção de mercadorias, em que leva novamente essas mercadorias no mercado para serem consumidas, e ao realizarem esta circulação de mercadoria, isto resulta num mais-valor para este capitalista. Sendo este ciclo a condição da acumulação do capital.

Com isso, o pensador alemão apreende o capital como uma relação social de produção, historicamente determinada, em que os meios de produção são privados pelos capitalistas, que fazem com que os trabalhadores livres vendam sua força de trabalho para se tornarem trabalhadores assalariados, os quais são expropriados do seu tempo de trabalho, para além do tempo de trabalho necessário, produzem um tempo de trabalho excedente não pago em seus salários. Configurando-se em uma lei de tendência da produção capitalista.

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação de duas grandezas entre si independentes – de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora –, mas antes, em última instância, da relação entre os trabalhos não pago e pago da mesma população trabalhadora. Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias, o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do

preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior. Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos. (MARX, 2017, p. 697).

Deste modo, Marx encontra o “processo de exploração do trabalho assalariado pelo capital”, pois na produção de um tempo de trabalho excedente é que se encontra a taxa de exploração (taxa de mais-valor) para compor parte do lucro do capitalista. O pensador alemão identifica duas vias para a elevação da taxa de exploração em sua análise do mais-valor, ambas devido à forma em que o capital organiza o trabalho em sua base técnica da produção e do espaço físico. Essas duas vias são o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo.

O primeiro consiste na exploração do capitalista em aumentar o tempo de trabalho excedente, no qual prolonga a jornada de trabalho para extrair deste tempo de trabalho não pago o mais-valor absoluto. Na medida em que os trabalhadores e as trabalhadoras possuem força política para intervir nos interesses do Estado, com o objetivo de travar o prolongamento da jornada de trabalho, limitando através das legislações essa exploração, o capitalista vai buscar uma forma de intensificar o ritmo de trabalho.

E a segunda via parte desta jornada de trabalho limitada legalmente, em que o capitalista utiliza de inovações nas técnicas de produção e modificações na divisão do trabalho. Isto resulta na redução do tempo de trabalho necessário para gerar um maior tempo de trabalho excedente, no qual intensifica o ritmo de trabalho para extrair o mais-valor relativo.

A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.

Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real. (MARX, 2017, p. 578).

Ao verificar historicamente, Marx observa que a produção do mais-valor absoluto ocorre no estágio da subsunção formal do trabalho ao capital, como no caso das manufaturas. E quando a maquinaria e a grande indústria se desenvolvem, essa subsunção se torna real ao capital, em que a tendência é a produção do mais-valor relativo. Portanto, o pensador alemão constata historicamente que cada forma extraída do mais-valor possui impacto diferente na existência dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Ao se aprofundar na compreensão da exploração capitalista, Marx analisa a “acumulação do capital”, e observa a produção capitalista como um processo de reprodução. Para o autor, o modo de produção capitalista é caracterizado pela “reprodução ampliada”, na qual consiste que uma parte do mais-valor é retomada novamente na produção para se transformar em capital e operar a acumulação. Sendo necessário para o processo de produção capitalista, o capital ser composto pelo capital constante e pelo capital variável.

A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, entenda-se sempre sua composição orgânica. (MARX, 2017, p. 689).

A “composição orgânica do capital” é constituída pelo capital constante, que são os meios de produção, e o capital variável, que é formado pela força de trabalho. E essa composição do capital se altera quando ocorre o desenvolvimento científico-tecnológico e o desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, o capital constante aumenta em relação ao capital variável, gerando uma tendência para a redução da força de trabalho vivo, pois a massa de trabalhadores não incorporados pelo capital no processo produtivo cresce. Marx denomina

essa massa de trabalhadores não incorporados no processo produtivo de “exército industrial de reserva”. Como o autor nos explica:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. Com a acumulação e o conseqüente desenvolvimento da força produtiva do trabalho aumenta a súbita força de expansão do capital, e não só porque aumentam a elasticidade do capital em funcionamento e a riqueza absoluta, da qual o capital não constitui mais do que uma parte elástica, não só porque o crédito, sob todo tipo de estímulos particulares, e num abrir e fechar de olhos, põe à disposição da produção, como capital adicional, uma parte extraordinária dessa riqueza, mas porque as condições técnicas do próprio processo de produção, a maquinaria, os meios de transporte etc. possibilitam, em maior escala, a transformação mais rápida de mais-produto em meios de produção suplementares. A massa da riqueza social, superabundante e transformável em capital adicional graças ao progresso da acumulação, precipita-se freneticamente sobre os velhos ramos da produção, cujo mercado se amplia repentinamente, ou em ramos recém-abertos, como o das ferrovias etc., cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos ramos passados. Em todos esses casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas. O curso vital característico da indústria moderna, a forma de um ciclo decenal interrompido por oscilações menores de períodos de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação, repousa sobre a formação constante, sobre a maior ou menor absorção e sobre a reconstituição do exército industrial de reserva ou superpopulação. Por sua vez, as oscilações do ciclo industrial conduzem ao recrutamento da superpopulação e, com isso, convertem-se num dos mais enérgicos agentes de sua reprodução. (MARX, 2017, p. 707).

Devido a esse processo de acumulação do capital e o exército industrial de reserva, Marx conclui que existe a “lei geral da acumulação”, que se configura no aumento do exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, resultando em um maior aumento das potências da riqueza para os capitalistas. Isso leva o pensador alemão a entender o processo histórico da “acumulação primitiva”, em que origina a acumulação capitalista, na qual o capital expropria a terra dos trabalhadores e das trabalhadoras, transformando esses em força de trabalho para os capitalistas.

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2017, p. 786).

Deste modo, segundo Marx, para ocorrer o modo de produção capitalista e sua acumulação, deve-se ocorrer a separação de trabalhadores e trabalhadoras de seus meios de subsistência, para que estes se tornem trabalhadores assalariados, e através de sua exploração gerem mais-valor para a autovalorização do capital. E o pensador alemão conclui o Livro 1 com a “moderna teoria da colonização”, em que analisa os modos produtivos das colônias e como as metrópoles se utilizam disso para a acumulação de capital. Tendo nas colônias um conflito entre os produtores das colônias – que possuem suas próprias condições de trabalho – e os capitalistas – que são respaldados pelas metrópoles. Sendo que sem a expropriação dos trabalhadores não ocorre o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Como Marx relata:

O mesmo não ocorre nas colônias. Nelas, o regime capitalista choca-se por toda parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, na luta entre eles. Onde o capitalista é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio. O mesmo interesse que, na metrópole, leva o sicofanta do capital, o economista político,

a tratar teoricamente o modo de produção capitalista com base em seu oposto, leva-o aqui *to make a clean breast of it* [a falar sinceramente] e a proclamar em alto e bom som a antítese entre os dois modos de produção. Para tanto, ele demonstra como o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, a cooperação, a divisão do trabalho, a aplicação da maquinaria em larga escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente metamorfose de seus meios de produção em capital. No interesse da assim chamada riqueza nacional, ele sai em busca de meios artificiais que engendrem a pobreza do povo e, assim, sua armadura apologética se dilacera, pedaço por pedaço, como lenha podre. (MARX, 2017, p. 835).

Assim, para ocorrer a acumulação da riqueza para os capitalistas, tem que haver exploração da classe trabalhadora. Essa exploração da classe trabalhadora é que autovaloriza o capital. Marx observou que o fenômeno do capital na Inglaterra, porém sua acumulação se reproduz cada vez mais ampliada pelo globo, na qual expropria as terras dos camponeses, em que esses trabalhadores e trabalhadoras se transformam em força de trabalho, e seus meios de subsistência se tornem meios de produção dos capitalistas, para que esses busquem maiores taxas de mais-valor. Tendo este modo de produção originado com a propriedade privada dos meios de produção, na busca pelo lucro.

Agora com esse panorama das análises de investigação, desenvolvidas no Livro 1 de O Capital, nos atentaremos para a “estrutura expositiva” da obra, em que o autor pretendeu formar um todo artístico. Para o pensador, temos o modo de investigação da pesquisa que difere do modo de exposição da pesquisa. Como Marx nos atenta:

Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (MARX, 2017, p. 90).

O Livro 1 se constitui de sete seções e vinte e cinco capítulos, que tratam, respectivamente, da mercadoria e do dinheiro, a transformação do dinheiro em capital, o mais-valor absoluto, o mais-valor relativo, a relação entre ambos, o salário e a acumulação de capital. Tendo este Livro 1 o subtítulo de “o processo de produção do capital”.

Na seção I (Mercadoria e dinheiro), Marx apresenta a análise da mercadoria que aprofundou as discussões da “Contribuição à Crítica da Economia Política” de 1859, além de conter um item da análise do fetichismo da mercadoria. Nesta seção é que o pensador formula as análises das formas de valor, na qual contém as bases para a teoria marxiana do valor. E na

seção II (A transformação do dinheiro em capital), mostra como o dinheiro se transforma em capital, sendo essa a compreensão que faltou no livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”.

Na seção III (A produção do mais-valor absoluto), Marx desenvolveu sua teoria do valor para a teoria do mais-valor, na qual diferenciou o processo de trabalho e o processo de valorização, e definiu as categorias de capital constante e de capital variável. Diante disso, demonstrou o processo de exploração em que o trabalho é submetido ao capital.

A seção IV (A produção do mais-valor relativo), Marx tratou da divisão social do trabalho e da cooperação, no processo em que a manufatura se transforma na grande indústria e como se desenvolve a maquinaria no espaço fabril e na agricultura. Na seção V (A produção do mais-valor absoluto e relativo), em que o autor analisou a junção das duas formas de mais-valor, situando a grandeza da jornada de trabalho e sua intensidade, na qual resulta nas diferentes formas de taxa do mais-valor. E na seção VI (O salário), Marx apresentou como o valor da força de trabalho se torna em salário, tendo uma atenção para a diferença entre o salário por tempo e o salário por peça.

E finalmente, a seção VII (O processo de acumulação de capital), o pensador finalizou a obra buscando entender o processo de acumulação capitalista e como funciona a reprodução ampliada do capital para a conversão do mais-valor, em que chega na formulação formula a “lei geral da acumulação capitalista”, que carrega consigo a questão do “exército industrial de reserva”. Sendo indispensável para a acumulação de capital a compreensão histórica do processo da acumulação originária do capital, que ocorre devido a expropriação da terra dos trabalhadores e das trabalhadoras. Marx finaliza o livro com a teoria moderna da colonização, que salienta que o processo de colonização foi essencial para o desenvolvimento da acumulação capitalista.

Deste modo, com essa síntese resumida da “estrutura expositiva” do Livro 1 de O Capital, observamos como o autor sintetizou o processo do modo de produção capitalista, tendo o cuidado em compreender as contradições internas da sociedade burguesa. Marx pretendia lançar quatro livros em que constituísse a obra como um todo. Sendo o Livro 1, em que trata do processo de produção do capital, o Livro 2 trata do processo de circulação, e o Livro 3 trata do processo global da produção capitalista. Como o autor nos explica:

No Livro I, investigamos os modos de manifestação que o processo de produção capitalista, considerado em si mesmo, apresenta como processo direto de produção; nessa análise, ainda abstraímos de todos os efeitos secundários provocados por circunstâncias alheias a ele. Mas o processo direto

de produção não esgota a biografia do capital. Ele é complementado, no mundo real, pelo processo de circulação, que constituiu o objeto das investigações do Livro II. Nesse último, especialmente na seção III, dedicada à análise do processo de circulação como mediação do processo social de reprodução, mostramos que o processo de produção capitalista, considerado como um todo, consiste na unidade de processo de produção e processo de circulação. Neste Livro III, nosso objetivo não poderia ser o de desenvolver reflexões gerais sobre essa unidade. Trata-se, antes, de descobrir e expor as formas concretas que brotam do processo de movimento do capital considerado como um todo. Em seu movimento real, os capitais se confrontam em formas concretas, para as quais a configuração do capital no processo direto de produção, do mesmo modo que sua configuração no processo de circulação, aparece apenas como momento particular. Assim, as configurações do capital, tal como as desenvolvemos neste livro, aproximam-se passo a passo da forma em que se apresentam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e no senso comum dos próprios agentes da produção. (MARX, 2017b, p. 53).

Tendo também um Livro 4 (Teorias do mais-valor), em que Marx tratou da história da teoria da economia política. Esses manuscritos do Livro 4 foram editados por Kautsky, em 1905-1910. O Livro 4 foi elaborado a partir dos manuscritos de 1861-1863, no qual Marx fez uma crítica à história da teoria da economia política clássica, quando estava buscando uma continuação para o Livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”. (ROMERO, 2005, p. 59).

O pensador deixou várias indicações do que seria o Livro 4 de O Capital. Como indicado no prefácio da primeira edição do Livro 1 de O Capital, quando ele relata como continuará esta obra:

O segundo volume deste escrito tratará do processo de circulação do capital (Livro II) e das configurações do processo global (Livro III); o terceiro (Livro IV), da história da teoria. Todos os julgamentos fundados numa crítica científica serão bem-vindos. (MARX, 2017, p. 81).

Quando Marx publicou o Livro 1, já pretendia começar a preparar o Livro 2, porém, somente começou a fazê-lo vários meses depois. O pensador alemão nunca concluiu o Livro 2 e o Livro 3 de O Capital, mas se dedicou a estas obras até o ano de 1881, deixando muitos manuscritos para Engels, os quais ele elaborou e concluiu em diferentes épocas e ritmos distintos, pois os manuscritos dos Livros 2 e 3 não foram elaborados de uma forma linear.

Desde 1867, foram vários os motivos para as interrupções da elaboração dos Livros 2 e 3. O primeiro motivo foi a dificuldade de Marx para realizar as pesquisas teóricas em simultâneo com as atividades políticas do Comitê Central da Associação Internacional dos Trabalhadores. Um segundo motivo foi devido aos problemas financeiros, principalmente no

final dos anos de 1860, sendo superado com a ajuda de Engels. E um terceiro motivo foram as várias enfermidades sofridas por Marx, pois nos anos de 1870, o autor de *O Capital* apresentou um quadro clínico de deterioração, tendo que realizar várias viagens para aliviar os sintomas. (NETTO, 2020).

Em agosto de 1871, Marx apoiou os revolucionários refugiados da Comuna de Paris, pois uma enorme quantidade destes revolucionários estava sofrendo perseguições. Depois deste período desgastante de ajuda aos revolucionários, o pensador foi repousar alguns dias em Brighton, e quando retornou para Londres começou a preparar a segunda edição do Livro 1 e revisão à tradução francesa desta obra. Cansado, em março de 1872, retornou para Brighton para descansar.

Em julho de 1872, Marx apresentou uma grave hipertensão, na qual necessitou ir até Manchester para se tratar com um especialista. Este médico recomendou para Marx uma temporada de descanso. O pensador foi acompanhado de sua filha Eleanor, e passou parte do outono em Harrogate. No verão de 1874, Marx, juntamente com a esposa Jenny, foram para a ilha de Wight. Assim, após estas viagens o pensador alemão se sentiu melhor e dispensou o uso de medicamentos. (NETTO, 2020).

Após a Comuna de Paris, a Associação Internacional dos Trabalhadores sofreu perseguições pela “Liga dos Três Impérios”, uma organização formada pelos impérios austro-húngaro, alemão e inglês. Devido a isso, em suas viagens de recuperação médica, Marx buscou ter a documentação necessária para ficar cruzando as fronteiras dos países. No ano de 1877, Marx, Jenny e Eleanor ficaram alguns dias em Floresta Negra, um balneário em Neuenahr, e em 1879 na ilha de Jersey. Viagens essas para consultas médicas e terapias na recuperação de Marx. (NETTO, 2020).

Além dessas enfermidades, Marx na segunda metade dos anos de 1870, passou por conflitos familiares, pois suas filhas, que lhe ajudavam teoricamente, casaram-se e sua esposa Jenny também teve problemas de saúde. Nesta época também aconteceu algo muito importante para Marx, seu amigo Engels se mudou para Londres, tendo os pensadores uma convivência cotidiana. Com isso, Marx nos anos de 1870 elaborou vários textos importantes, não somente vinculados aos Livros 2 e 3 de *O Capital*.

Deste modo, segundo José Paulo Netto (2020), Marx na obra *O Capital* dedicou-se a compreender as categorias que fundamentam a articulação interna da sociedade burguesa, que tem por base sua sociabilidade no modo de produção capitalista. Como o próprio Marx salienta:

O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. [...]

Na verdade, não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade. O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro. (MARX, 2017, p. 78).

Portanto, o pensador alemão nos ofereceu uma obra inacabada das leis de tendências e fundamentos do modo de produção capitalista, em que fundamentam a sociedade contemporânea. Para José Paulo Netto (2020), Marx, mesmo deixando uma obra inacabada e não esgotada dos conhecimentos do modo de produção capitalista, nos deixa o legado para os fundamentos da teoria social crítica, pois o modo de produção capitalista, enquanto objeto de pesquisa, está em seu movimento histórico. Assim, entraremos na própria compreensão de Marx para observar seu pensamento em relação a categoria trabalho no Livro 1 de O Capital.

## PARTE II

### 4. Introdução de 1857-1858

Começamos esta parte II com o texto “Introdução” de 1857-1858 de Karl Marx. Este texto foi encontrado por Karl Kaustsky no ano de 1907, após a morte de Marx, e anexado na segunda edição “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Assim, o texto encontra-se nos manuscritos *Grundrisse* ou como anexo do livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”. (MARX, 2008, p. 20). No Prefácio de 1859, Marx fala o porquê de não ter incluído essa Introdução, como o pensador alemão sinaliza:

Suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral. Algumas indicações, ao contrário, sobre o curso de meus próprios estudos político-econômicos não estariam fora do propósito aqui. (MARX, 2008, p. 46).

Nesta “Introdução”, o autor alemão, esboça os pressupostos de como analisar a produção material dos indivíduos constituídos em sociedade pelas bases da Economia Política. Este texto foi desenvolvido por Marx para este mesmo compreender quais seriam os princípios do entendimento do modo de produção capitalista, porém ao publicar o livro “Contribuição à Crítica da Economia Política”, ele resolve suprir esta introdução geral, alegando que essa antecipa resultados de sua pesquisa para o leitor. (MARX, 2008, p. 46).

Perante a essa análise, nos orientaremos para compreender os elementos da categoria trabalho no Livro 1 de O Capital. Na “Introdução” de 1857-1858, Marx estava buscando formas de compreender os pressupostos da produção material na sociedade, em que parte de uma crítica da Economia Política Clássica. Sendo que, a produção material é a produção de indivíduos socialmente determinados de uma sociedade.

Neste texto, o autor critica Smith e Ricardo (economistas políticos ingleses) por definirem o indivíduo como um ser particular e isolado em sua produção material, como que se esse não fosse determinado por uma totalidade social de produção. Esses pensadores ingleses, observam a produção individual como algo natural deste ser e não como socialmente determinado. Para Marx, essa concepção é uma aparência da “sociedade burguesa” do século 16 ao século 18. (MARX, 2008, p. 238).

O homem, no sentido mais literal, é um *zoon politikon* [animal político – grego – N.E.], não somente um animal sociável, mas também um animal que não pode isolar senão dentro da sociedade. A produção por indivíduos isolados, fora da sociedade – fato raro que pode ocorrer muito bem quando um civilizado, que possui dinamicamente em si mesmo as forças da sociedade, se extravia acidentalmente num meio selvagem – é algo tão insensato como o desenvolvimento da linguagem na ausência dos indivíduos que vivem e falam juntos. (MARX, 2008, p. 239).

O autor alemão explica que o ser humano é um ser que sua produção é social e não fora da sociedade. Como o exemplo da linguagem, que é constituída por uma sociedade determinada, pois as determinações específicas de uma sociedade constituem as expressões específicas de uma linguagem.

Para Marx, a produção de indivíduos sociais é a produção em um “grau determinado do desenvolvimento social”, em que todas as épocas apresentam determinações com características comuns. Portanto, em todas as épocas existe “produção material” da vida, mas cada época contém uma determinação específica para a produção, a qual é dada por ramos particulares da produção, que pertencem a uma totalidade social. (MARX, 2008, p. 241).

Finalmente, a produção tampouco é somente particular. É sempre, ao contrário, um corpo social dado, um sujeito social, que exerce sua atividade em um agregado mais ou menos considerável de ramos de produção. Não é este lugar adequado para examinar a relação que existe entre a representação científica e o movimento real. [Temos, pois, que distinguir] entre a produção em geral, os ramos da produção particulares e a totalidade da produção. (MARX, 2008, p. 241)

Para Marx, a produção de uma sociedade tem relação direta com a distribuição, a troca e o consumo. Na produção é que os sujeitos de uma sociedade se apropriam dos produtos da natureza para satisfazer as necessidades humanas, sendo na distribuição que é determinada a proporção da participação dos sujeitos na produção. Na troca é que ocorre a distribuição da quantidade dos produtos particulares. E finalmente, é no consumo que os produtos se convertem em objetos para a satisfazer as necessidades particulares. (MARX, 2008, p. 244).

A produção dá os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição, os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual; e, finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com o desfrute. (MARX, 2008, p. 244).

Marx observa que a produção é o início e o consumo o fim, tendo a distribuição e a troca no meio. A distribuição é o momento determinado pela sociedade e a troca realizada pelos indivíduos. Com isso, o autor alemão percebe que a realização entre a produção e o consumo está interligada com a distribuição e a troca, pois é na produção que o sujeito objetiva-se e no consumo que o objeto subjetiva-se, ou seja, na produção o sujeito cria um objeto e no consumo o objeto atende uma necessidade particular do sujeito. Este processo se constitui como uma totalidade social de um modo de produção.

E para transitar da produção ao consumo, esse objeto passa pela distribuição, na qual se torna mediação entre a produção e o consumo, e essa mediação é realizada pelo sujeito na troca. Portanto, o pensador alemão ressalta que é na distribuição que determina a proporção de produtos aos sujeitos e na troca é que se determina quais são as parcelas dos produtos para realizar a distribuição. Assim, produção, distribuição, troca e consumo se tornam um ciclo encadeado que sempre recomeça. (MARX, 2008, p. 245).

Produção, distribuição, troca, consumo formam assim um silogismo segundo as regras: produção, a generalidade; distribuição e troca, a particularidade; consumo, a individualidade que expressa a conclusão. (MARX, 2008, p. 245).

Devido a isso, Marx critica os economistas que não compreendem a totalidade da produção dos indivíduos e que não percebem a unidade entre produção, distribuição, troca e consumo. E salienta que quando um indivíduo produz algo este está consumindo no próprio ato da produção. Isto resulta na reprodução natural, que é o consumo das forças vitais. Portanto, ao produzir, este sujeito está consumindo os meios de produção, como matéria-prima, alterando sua forma e constituição natural. Assim, o próprio ato de produção é ao mesmo tempo o ato do consumo, e quando esses se coincidem ao mesmo tempo tornam-se consumo produtivo. (MARX, 2008, p. 246). Sendo assim, para Marx, não existe produção sem consumo e nem consumo sem produção, pois ambos constituem uma unidade de contrários, ao qual um necessita do outro para existir. Como o próprio autor salienta:

A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. Cada qual é imediatamente o seu contrário. Ao mesmo tempo, opera-se um movimento mediador entre ambos. A produção é mediadora do consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também imediatamente produção enquanto procura para os produtos o sujeito para o qual são produtos. O produto recebe o seu acabamento final no consumo. Uma via férrea *dynamei* [em potencial – grego – N.E.], e não real. Sem produção não há consumo, mas sem consumo tampouco há produção. (MARX, 2008, p. 247).

Isto ocorre devido ao produto somente se tornar produto no consumo, pois é no consumo que este produto vai ser utilizado. No consumo o produto deixa de ser objeto natural para se objetivar na produção, em que esta atividade objetiva se torna objeto para o sujeito ativo. Portanto, é no consumo que se cria a necessidade daquilo que vai ser produzido, ou seja, no consumo estão os pressupostos de uma nova produção, que cria uma determinação para a produção e a idealização dos objetos da produção para as necessidades. (MARX, 2008, p. 248).

Para Marx, em unidade e oposição, a produção é que fornece o objeto para o consumo, pois quando não se tem o objeto, logo, não se tem consumo. Porém, todo objeto da produção é um objeto determinado pela mediação entre a produção e o consumo. Como no caso da fome, apontado por Marx:

A fome é fome, mas a fome que satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores. (MARX, 2008, p. 248).

Deste modo, é na relação entre produção e consumo que a produção desenvolve a forma de como o objeto vai ser consumido. Com isso, Marx observa que a produção desenvolve objetos para o sujeito e um sujeito para o objeto. Então, o consumo oferece para a produção os materiais, determina seu modo de consumir e cria necessidades dos produtos que a produção realizou como objeto. Perante a isso, a produção entrelaça ao consumo, que fornece os materiais, determina o modo de consumo e cria no consumidor as necessidades para o consumo. Essas necessidades do consumo criam na produção a finalidade ao produtor, sendo este movimento um processo de reprodução simultâneo e contínuo. (MARX, 2008, p. 249).

Portanto, para Marx, produção e consumo formam uma unidade de contrários em constante negação num ciclo para a reprodução da vida material das sociedades. Essas relações para os economistas chamam-se de consumo produtivo, que se relaciona ao trabalho produtivo e improdutivo, e ao consumo produtivo e não-produtivo (temas em que Marx não se aprofunda neste texto). (MARX, 2008, p. 249).

Desta forma, Marx apontou que todo indivíduo na sociedade se apresenta no ato de consumir e produzir ao mesmo tempo, para sua própria autorreprodução, sendo isso determinado pelas relações que este indivíduo está engendrado:

Além disso, considerar a sociedade como um único indivíduo é considerá-la falsamente, especulativamente. Em um indivíduo, produzir e consumir aparecem como momentos de um ato. O importante nessa questão é fazer ressaltar que, se se consideram a produção e o consumo como atividades de um só indivíduo ou de indivíduos isolados, surgem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o verdadeiro ponto de partida e, portanto, também o fator que predomina. O consumo como necessidade é um momento interno da atividade produtiva, mas essa última é o ponto de partida da realização e, portanto, seu momento preponderante, o ato em que se resolve de novo todo o processo. O indivíduo produz um objeto, e, ao consumir seu produto, retorna a si mesmo, mas como indivíduo produtor e que se reproduz a si mesmo. Desse modo, o consumo aparece como um momento da produção.

Mas, na sociedade, a relação de produtor e produto, assim que este se encontre acabado, é puramente exterior e o retorno do produto ao indivíduo depende das relações deste com os outros indivíduos. Não se apodera dele imediatamente. Desse modo também a apropriação imediata do produto não é sua finalidade quando produz dentro da sociedade. Entre o produtor e os produtos se coloca a distribuição, a qual, por meio de leis sociais, determina sua parte no mundo dos produtos e interpõe-se, portanto, entre a produção e o consumo. (MARX, 2008, p. 250).

Portanto, ao compreender a unidade da relação entre produção e consumo, em que todo o indivíduo na sociedade se torna produtor e consumidor para a reprodução de si, é essencial compreender a distribuição que medeia a relação dos produtos entre a produção e o consumo. Marx ao analisar a distribuição, apontou como essa se relaciona com a produção. Ao analisar o capital, percebeu que em um primeiro momento este se estabelece de uma dupla maneira, na produção como agente de produção (trabalho, terra e capital) e na distribuição como fonte de renda (renda fundiária, salário, juro e lucro). Assim, o capital se produz na produção e se reproduz na distribuição. (MARX, 2008, p. 251).

Para Marx (2008, p. 252), na distribuição o caráter determinado do trabalho na produção é o trabalho assalariado, que se manifesta como salário. Se esse trabalho assalariado não se manifestasse como salário na distribuição, este seria trabalho escravizado. Devido a isso, as relações de distribuição são o reverso dos agentes de produção. Em que o sujeito participa da produção na forma de trabalho assalariado, e como salário participa dos resultados da produção, que é o produto. Portanto, a distribuição acaba sendo originada e determinada pela produção, tendo a distribuição e a produção uma relação engendrada:

Relativamente ao indivíduo isolado, a distribuição aparece naturalmente como uma lei social que condiciona sua situação na produção, em cujo interior ele produz, e precede, portanto, à produção. Originariamente, o indivíduo não possui capital, nem propriedade territorial. Desde que nasce, se acha constringido ao trabalho assalariado pela distribuição social. Mas essa obrigação é, em si mesma, o resultado de que o capital, a propriedade

territorial, existem como agentes independentes de produção. (Marx, 2008, p. 252).

Portanto, o autor observa a questão da distribuição ao longo da história e como essa se expressa em relação ao capital e a propriedade territorial, em que esta distribuição social se apresenta como algo natural e que antecede a produção, na qual o trabalhador já nasce na condição de assalariado e não se percebe no todo da produção social. Marx relata exemplos históricos desta questão da distribuição:

Se consideramos sociedades inteiras, a distribuição parece ainda, de outro ponto de vista, que precede e determina a produção; de certo modo, como um fato pré-econômico. Um povo vencedor reparte o país entre os conquistadores e impõe assim uma repartição e uma forma determinadas de propriedade territorial; determina, por conseguinte, a produção, ou seja, converte os homens conquistados em escravos e faz a produção repousar, assim, sobre o trabalho de escravos. Ou então um povo, por meio de uma revolução, divide a grande propriedade territorial e dá um caráter novo à produção através dessa nova distribuição. Ou então a legislação perpetua a propriedade territorial nas grandes famílias, isto é, reparte o trabalho como um privilégio hereditário, fixando-o, desse modo, em castas. (MARX, 2008, p. 253).

Em todos esses casos históricos apresentados por Marx, a produção parece ser determinada pela distribuição. Com isso, quando se observa a distribuição dos produtos, vê que isso é antes distribuição dos instrumentos de produção em que a própria distribuição dos membros da sociedade determina as relações de produção dos indivíduos. Como no caso de um povo que conquista o território do outro e escraviza os conquistados, ou por uma revolução social que distribui as terras para a produção coletiva, ou também, como uma família que se distribui por hierarquia em torno da produção da terra. A distribuição do processo de produção, que distribui os produtos, é o que determina a organização da produção.

Para Marx, entender a determinação da distribuição está na compreensão da própria produção. Mas as condições históricas influenciam na produção e na distribuição. Como salienta Marx no caso da maquinaria na Revolução Industrial, que modificou a distribuição dos instrumentos de produção e a grande propriedade territorial, que resultou na grande indústria moderna. O pensador alemão nos oferece vários exemplos para compreender a relação das condições históricas na produção e na distribuição:

Todas as conquistas comportam três possibilidades. O povo conquistador submete o povo conquistado a seu próprio modo de produção (os ingleses, por exemplo, na Irlanda e em parte na Índia), ou então deixa subsistir o antigo modo e contenta-se com um tributo (os turcos e os romanos, por exemplo); ou

então estabelece-se uma ação recíproca que produz algo novo, uma síntese (isso ocorreu em parte nas conquistas germânicas). Em todos os casos, o modo de produção, seja o do povo conquistador, seja o do povo conquistado, seja o que procede da fusão de ambos, é decisivo para a nova distribuição que se estabelece. Embora esta surja como uma condição prévia para o novo período de produção, ela própria é um produto da produção, não somente da produção histórica em geral, mas também da produção histórica determinada. Os mongóis, em suas devastações na Rússia, por exemplo, agiam de conformidade com sua produção, que não exigia senão o pasto, para o qual as grandes extensões dos países despovoados constituem uma condição capital. Os germanos bárbaros, para os quais a agricultura praticada pelos servos era a produção tradicional e que estavam acostumados à vida solitária no campo, podiam, com muito maior facilidade, submeter as províncias romanas a essas condições, pois a concentração da propriedade da terra, que nelas havia se operado, transformara já por completo os antigos sistemas da agricultura. É uma noção tradicional que se tem visto em certos períodos unicamente de pilhagem. Mas, para poder saquear, é necessário que exista algo que saquear, isto é, produção. E o próprio gênero de pilhagem é determinado pelo gênero da produção. Não se pode saquear uma *stock jobbing nation* [nação de especuladores de Bolsa – inglês – N.E.] da mesma maneira que uma nação de vaqueiros.

Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas também é preciso que a produção do país para o qual tenha sido roubado se encontre organizada de maneira que admita o trabalho de escravos ou, ainda (como na América do Sul etc.), é necessário que se crie um modo de produção que corresponda à escravidão.

As leis podem perpetuar um instrumento de produção, a terra, por exemplo, em certas famílias. Essas leis adquirem uma importância econômica unicamente onde a grande propriedade territorial se encontra em harmonia com a produção social, como na Inglaterra. Na França, a pequena cultura praticava-se a despeito da grande propriedade; por isso, essa última foi dilacerada pela revolução. (MARX, 2008, p. 254).

Por meio desses exemplos históricos, Marx nos mostra a relação entre a distribuição e a produção, e como as forças produtivas, em épocas distintas, entram em conflito com as relações de produção existentes, relações de produção que são determinadas historicamente. Sendo que o modo de produção ao longo da história assimila esses conflitos, em que as leis que se elevam deste modo de produção legitimam essa distribuição e produção, na qual propriedade e produção social se transformam.

Adentrando na troca, o pensador alemão observou que quando esta pertence a uma totalidade, ela medeia a produção e a distribuição com o consumo. Na troca de produtos é que se fornece os instrumentos para o consumo imediato do produto. A troca não existe sem a divisão do trabalho, pois os produtos privados necessitam de troca, como no caso da troca entre o que é produzido pela cidade e pelo campo. (MARX, 2008, p. 257). Deste modo, o autor sintetiza essa relação entre produção, distribuição, troca e consumo:

O resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, a troca, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, que ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Compreende-se que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos. Porém, como distribuição dos agentes de produção, constitui um momento da produção. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como relações recíprocas determinadas desses diferentes fatores. A produção, sem dúvida, em sua forma unilateral, é também determinada por outros momentos; por exemplo, quando o mercado, isto é, a esfera das trocas, se estende, a produção ganha em extensão e divide-se mais profundamente.

Se a distribuição sofre uma modificação, também varia a produção; por exemplo, com a concentração do capital, com uma distribuição diferente da população na cidade e no campo etc. Enfim, a necessidade de consumo determina a produção. Uma ação recíproca ocorre entre os diferentes momentos. Esse é o caso para cada todo orgânico. (MARX, 2008, p.257).

Marx parte da produção material para entender o modo de produção da vida. Tendo os elementos da produção e sua relação com a distribuição, a troca e o consumo, que se constituem numa totalidade social em uma relação de unidade de contrários, formando-se um todo orgânico. Perante a isso, o pensador alemão, exerce a crítica ao modo de produção posto para a humanidade.

Deste modo, percebemos que nesta “Introdução” Marx nos traz elementos para compreender o modo de produção da sociedade, e também princípios da categoria trabalho. Segundo o pensador alemão, para entendermos uma categoria, temos que compreender da categoria mais complexa para a categoria mais simples, pois a compreensão de uma categoria complexa é a chave para entendermos as categorias mais simples. E para compreender a categoria trabalho, Marx se valia desta forma. Como o próprio autor exemplifica:

O trabalho é uma categoria inteiramente simples. E também a concepção do trabalho nesse sentido geral – como trabalho em geral – é muito antiga. Entretanto, concebido economicamente sob essa simplicidade, o trabalho é uma categoria tão moderna como o são as condições que engendram essa abstração. (MARX, 2008, p. 262).

E continua:

A indiferença em relação a um gênero determinado de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalhos reais, nenhum dos quais domina os demais. Tampouco se produzem as abstrações mais gerais senão onde existe o desenvolvimento concreto mais rico, onde uma coisa aparece como comum a muitos indivíduos, comum a todos. Então já não pode

ser imaginada somente sob uma forma particular. Doutra lado, essa abstração do trabalho em geral não é mais que o resultado de uma totalidade concreta de trabalho. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado do trabalho é fortuito, e, portanto, lhes é indiferente. Nesse caso, o trabalho se tem convertido, não só categoricamente, mas também realmente em um meio de produzir riqueza em geral, deixando de se confundir com o indivíduo como um objeto especial. Esse estado de coisas é o mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa – nos Estados Unidos. Assim, pois, nesse caso, a abstração da categoria “trabalho”, “trabalho em geral”, trabalho *sans phrase* [sem rodeios – francês – N.E.], ponto de partida da economia moderna, torna-se, pela primeira vez, praticamente certa. De modo que a abstração mais simples, que coloca em primeiro lugar a economia moderna e que expressa uma relação antiga e válida para todas as formas de sociedade, não aparece, entretanto, como praticamente certa nessa abstração senão como categoria da mais moderna sociedade. (MARX, 2008, p. 263).

Para Marx, o trabalho é uma categoria simples, mas ao mesmo tempo em que é uma categoria simples, o trabalho em geral é uma categoria complexa, porém, a categoria simples não significa, de modo algum, algo raso, banal, ou de apreensão fácil, mas significa, sim, algo basilar, que está no mais profundo fundamento. Para a abstração do pensamento, a categoria trabalho é antiga ao mesmo tempo em que é moderna, se apresentando em qualquer forma de sociedade. Sendo assim, a compreensão de uma determinação de trabalho se entende em sua totalidade. Portanto, ao elaborarmos abstrações perante o concreto, em que o trabalho em sua aparência é comum a todos, o trabalho se apresenta como uma forma particular. Ao entendermos esse trabalho em geral, a abstração se torna o resultado de “uma totalidade concreta de trabalho”. Com tudo, cada forma de sociedade apresenta um trabalho determinado em que os indivíduos passem de um trabalho para outro. (MARX, 2008, p. 262).

Desta forma, a categoria trabalho é algo ideal e real como meio de produzir a riqueza em geral. Assim, os indivíduos se confundem ao trabalho, e quando o indivíduo se transforma em objeto, isto é algo da forma de existência da sociedade burguesa. Com isso, se compreende o trabalho particular para se entender o trabalho em geral, e do trabalho em geral se faz o retorno para entender o trabalho particular, porém esse retorno vai ser uma “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Marx observa que a abstração da categoria trabalho é um pressuposto para entender inicialmente a economia moderna, pois temos que compreender as formas de sociedade mais complexa para poder entender as formas mais simples da sociedade. E, Marx ao observar a sociedade burguesa explica:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições,

a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. (MARX, 2008, p. 264).

Para o autor, a sociedade burguesa é a forma de produção mais desenvolvida na história. E as categorias que se manifestam da sociedade burguesa são a chave para compreender as sociedades do passado e as que já foram extintas. Para se entender uma economia antiga, temos que entender a economia mais moderna existente. Porém, não devemos universalizar a forma da sociedade burguesa para todas as outras formas de sociedade. Como Marx aponta para o estudo das categorias econômicas:

Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinada na mentalidade tanto quanto na realidade, e que as categorias, portanto, exprimem formas de vida, determinações de existência, e amiúde somente aspectos isolados dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a [Economia Política] não aparece também como ciência senão unicamente a partir do momento em que trata dela como tal. Deve-se recordar esse fato, porque dá imediatamente uma direção decisiva para a divisão que se precisa fazer. (MARX, 2008, p. 265).

Então, segundo o autor, o desenvolvimento das categorias econômicas na ciência social da história é determinado na forma ideal e real que se expressam destas categorias na apreensão daquilo que nos apresenta de forma imediata, para abstrairmos e sintetizarmos a totalidade da sociedade. Perante isso, o autor observa que o estudo da Economia Política oferece as bases para compreender a sociedade e a manifestação das categorias. Essas categorias nos oferecem compreensão de “formas de vida” e “determinações de existência” presentes na sociedade burguesa, para entendermos a organização e a relação social de produção desta sociedade e de outras formas de sociedade na história.

Nesta “Introdução”, Marx nos mostra que a produção social da existência material são relações determinadas por relações de produção em um grau de desenvolvimento das forças produtivas. Na qual a sua totalidade é a estrutura econômica da sociedade, ou seja, o modo de

produção da sociedade. Assim, esses foram alguns apontamentos de Marx, feitos em 1857 e 1858, texto elaborado dez anos antes da publicação do Livro 1 de *O Capital*, mas que traz muitos elementos para partir nossa análise da categoria trabalho no Livro 1.

## **5. A categoria trabalho no Livro 1 de O Capital: alguns apontamentos para entender o trabalho livre, pleno e autodeterminado.**

### **5.1 Processo de trabalho**

Para iniciar a compreensão da categoria trabalho no Livro 1 de *O Capital*, partimos do entendimento do trabalho em geral, “processo de trabalho independente de qualquer forma social determinada” (MARX, 2017, p. 255). Portanto, o pensador alemão observa que o processo de trabalho se encontra em qualquer forma social. Mas o que seria esse processo de trabalho para Marx?

Marx parte do pressuposto de que trabalho é atividade humana que utiliza meios para transformar a natureza em objetos que satisfazem as suas necessidades, sendo essa a condição determinada do ser humano para a reprodução da sua vida material. Esse processo de trabalho ocorre de geração em geração no desenvolvimento da sociedade. (MARX, 2017, p. 255-256).

A partir deste princípio, Marx, diferencia o ser humano dos outros animais, mas qual a diferença? O próprio ato do trabalho, o ser humano como um ser que produz ferramentas para transformar a natureza e satisfazer suas necessidades. Mas como isso?

Marx, no primeiro item do capítulo 5 do Livro 1 da obra *O Capital*, ao iniciar seu argumento sobre o que é o trabalho afirma:

O trabalho, é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. (MARX, 2017, p. 255).

Dessa forma, Marx diferencia os animais dos seres humanos, pois os animais agem por instinto e utilizam-se da natureza, mas ao se relacionar com a natureza não produzem ferramentas para transformar a esta natureza. Assim, observa-se que o processo de trabalho é

algo determinante para o ser humano se constituir enquanto ser humano, em que a força de trabalho em ação é a relação do ser humano sobre a natureza, na qual, ao incorporar valor de uso na matéria natural para suas necessidades, retira-se dessa natureza suas potências de se tornar outra coisa. E quando o ser humano transforma a natureza, ao mesmo tempo ele transforma a sua própria natureza. Isso ocorre em toda história humana até os dias atuais.

Com isso, o trabalho humano, para Marx, é um processo entre o ser humano e a natureza, no qual, em sua ação, relaciona seu metabolismo corpóreo com o próprio meio, apropriando-se da matéria natural (matéria essa que é retirada direto da natureza) com seu próprio corpo para torná-la algo útil para sua própria vida. Sendo assim, o ser humano, ao agir e modificar a natureza, se autotransforma, pois utiliza as potências da natureza para se submeter ao seu próprio domínio e se diferenciar do animal. Conseqüentemente, altera seu próprio metabolismo em cada processo de trabalho. Para exemplificar essa diferença Marx salienta:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo de sua atividade com a força de uma lei, à qual ele tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2017, p. 256).

Ainda que a atividade de uma abelha, na construção de sua colmeia, envergonhe muitos arquitetos, qual a diferença entre o pior arquiteto e a melhor abelha? Para Marx, o ser humano imagina antes de executar a ação de seu trabalho. E no final do processo de trabalho, seu resultado já estava contido como representação ideal desde o início desse processo. Assim, o ser humano, ao alterar a forma natural, utiliza-se dos órgãos de seu corpo (braços, pernas, cabeça e mãos) numa atividade física e mental, pois quando utiliza sua imaginação já está no começo do processo de trabalho e ao começar o processo já imagina o fim.

Portanto, o ser humano ao executar as operações da atividade do processo de trabalho, possui antes em sua mente essas operações, na qual, ao final do processo de trabalho realiza o que estava em sua mente de forma ideal. Com isso, a “atividade laboral exige a vontade orientada a um fim”. Deste modo, o ato de trabalho não é algo isolado, mas uma atividade laboral que na realização de sua tarefa utiliza de suas “forças físicas e mentais”. (MARX, 2017, p. 256).

Deste modo, Marx, ao expor os momentos simples do processo de trabalho, observa três elementos essenciais em sua correlação: atividade humana, objeto de trabalho e meios de trabalho. Assim, vamos expor o que seriam esses elementos e suas correlações para os momentos simples do processo de trabalho.

Partiremos do entendimento da atividade humana, essa ação perante a natureza é a junção da atividade física com a atividade mental na manipulação da própria natureza, que cria objetos e meios de trabalho. Marx também define essa atividade como capacidade de trabalho ou força de trabalho, entendendo como:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. (MARX, 2017, p. 242)

Com isso, podemos entender a atividade humana, também, como a capacidade de trabalho ou a força de trabalho em ação e movimento, ou seja, a relação metabólica da ação humana com a natureza. Sendo essa atividade humana um trabalho vivo, que ao incorporar trabalho na natureza gera um objeto com valor de uso.

Então, o que seria o objeto de trabalho? Para compreender o objeto de trabalho, Marx começa explicando o que seria a terra em um primeiro momento, afinal a terra é a fonte originária para o ser humano satisfazer suas necessidades, contém os meios de subsistência preexistentes, pois tudo que o trabalho separa da conexão imediata da terra é objeto de trabalho preexistente. Com isso, Marx salienta que a natureza por si só não é matéria-prima, ela só se torna matéria-prima quando, além de ter trabalho humano incorporado, rompe sua conexão com a natureza e passa por processos de trabalho. Marx exemplifica:

Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, que é seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (MARX, 2017, p. 256).

Desta forma, Marx observa que a natureza se torna objeto de trabalho preexistente devido a ação direta do ser humano, quando esse exerce o primeiro ato de trabalho. E ao sofrer modificações e processos de trabalho este objeto de trabalho preexistente se torna matéria-

prima, ou seja, a matéria-prima é o objeto de trabalho que já obteve outros processos de trabalho. Portanto, quando a forma da matéria natural se separa da natureza e toma outra forma, resulta no objeto de trabalho. O objeto modifica-se a cada processo de trabalho no desenvolvimento da história dos seres humanos.

Tendo abordado o que seria o objeto de trabalho, seguimos: o que seria agora o meio de trabalho? Para Marx, o meio de trabalho é um complexo de coisas que se encontra na mediação entre atividade humana e o objeto de trabalho, pois os meios de trabalho utilizam-se das propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas (matéria) para gerar outras coisas (ou dar outra forma à matéria). Ao iniciar o processo de trabalho, antes de manipular o objeto de trabalho, o trabalhador ou a trabalhadora, entra em contato com o meio de trabalho na produção de utensílios para manipular esses objetos. Porém, ao se deparar com os meios de subsistência prontos na natureza, como frutas, o ser humano utiliza seus próprios órgãos corporais como meios de trabalho. (MARX, 2017, p. 256-258).

Então, o processo de trabalho sobre a natureza resulta da relação entre a atividade, objeto e meio de trabalho. A atividade como capacidade física e mental, o objeto é a matéria que toma outra forma e o meio de trabalho que são os instrumentos para aplicar a atividade que modifica o objeto. Sendo esses os momentos simples do processo de trabalho.

Perante a esses elementos essenciais dos momentos simples do processo de trabalho, qual seria a função da terra? Para Marx, na terra encontram-se os meios de subsistência e os meios de trabalho. Por exemplo, na terra encontra-se a pedra para triturar, cortar ou raspar outras coisas da natureza. A terra cumpre duas funções, tanto de ser meio de subsistência ou o próprio meio de trabalho, pois serve tanto para a agricultura ou como matéria-prima para outros meios de trabalho num grau de desenvolvimento da força de trabalho. (MARX, 2017, p. 256-258).

Deste modo, Marx, ao tentar concretizar as abstrações sobre a atividade, objeto e meio em sua relação com a terra, parte dos primeiros estágios da história humana, época em que já é possível encontrar várias ferramentas como meio de trabalho para o processo de trabalho. Por exemplo: pedra, madeira, ossos, conchas trabalhadas e animais domesticados. O pensador alemão afirma para diferenciar o animal e o ser humano, utilizando a citação de Franklin, que o ser humano é "um animal que produz ferramentas" para o processo de trabalho. (MARX, 2017, p. 257).

O autor compara o processo de trabalho com a evolução das espécies, pois quando os cientistas pesquisam a evolução de alguma espécie utilizam como objeto de estudo os ossos encontrados. Porém, quando vão observar o desenvolvimento do ser humano utilizam como

objeto de estudo os meios de trabalho para compreender a formação socioeconômica de sociedades extintas. (MARX, 2017, p. 258).

Por isso, Marx caracteriza a época histórica dos seres humanos através de como e de quais meios de trabalho eram utilizados ao longo do processo histórico. Ou seja, os meios de trabalho demonstram as condições sociais de trabalho e o grau de desenvolvimento da força de trabalho em cada época. Isso é tão nítido para o autor alemão, que, este, ao exemplificar a pré-história humana, mostra como suas fases são definidas pelo objeto e meio de trabalho, ou seja, pelos meios de produção:

Por mais íntimo que seja o conhecimento que a historiografia de nossos dias possui do desenvolvimento da produção material, portanto, da base de toda vida social e, por conseguinte, de toda história efetiva, ao menos a época pré-histórica tem sido classificada com base não em assim chamadas pesquisas históricas, mas em pesquisas das ciências naturais, de acordo com os materiais de que eram feitos os instrumentos e as armas na Idade da Pedra, do Bronze e do Ferro. (MARX, 2017, p. 258).

Ao analisar com uma maior compreensão do processo de trabalho, percebe-se que os meios vão além do trabalho sobre o objeto, dado que os meios de trabalho conduzem as atividades de trabalho, pois são, por sua vez, as condições objetivas necessárias para a realização do processo de trabalho, embora as condições não façam parte do trabalho, mas o determinem.

Com isso, fica nítida a função do objeto e do meio universal de trabalho, que é a terra, pois essa fornece ao trabalho seu local e campo de atuação para ocorrer o processo de trabalho. Assim, na terra, pode-se apresentar meio de trabalho com trabalho incorporado. Como, por exemplo, estradas, canais, oficinas de trabalho etc. (MARX, 2017, p. 258).

Em síntese, o processo de trabalho é uma atividade humana, com a utilização dos meios de trabalho, para transformar o objeto de trabalho com uma finalidade desde o início do processo de trabalho. Esse processo resulta em um produto que tem duas funções: para satisfazer as necessidades humanas ou gerar um novo processo de trabalho. Mas o que seria o produto?

No processo de trabalho, portanto, a atividade humana, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado

do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio. (MARX, 2017, p. 258).

Para o pensador alemão, o produto é valor de uso quando o resultado do trabalho humano adapta e altera a forma da matéria natural em algo para satisfazer as necessidades humanas. Assim, ao fazer esse movimento, o ser humano incorpora trabalho no objeto e quando este objeto está trabalhado, este foi objetivado pelo trabalho humano, que resulta um objeto com valor de uso. Portanto, o processo de trabalho é um movimento para objetivar o trabalho do qual seu resultado é o produto. Esse processo simples do trabalho se apresenta como trabalho produtivo, que neste momento da exposição de Marx, é atividade humano orientada para um fim na transformação da natureza com meios de produção para realizar um produto com valor de uso. (MARX, 2017, p. 258).

Deste modo, ao considerar o resultado inteiro do processo de trabalho que resulta no produto, observa-se que o objeto e o meio de trabalho aparecem como meios de produção e o trabalho como produtivo para realizar o produto. Com isso, o processo de trabalho gera o produto com valor de uso, que incorpora nos meios de produção outro valor de uso, ou seja, o produto que surge do processo de trabalho serve como meio de produção para outro processo de trabalho ou como meios de subsistência. Sendo isso condição do processo de trabalho. Assim, um produto pode conter vários processos de trabalho, o qual passa de geração em geração no desenvolvimento de cada época histórica. (MARX, 2017, p. 258-260).

Ao observar o processo industrial, Marx salienta, que neste processo o ser humano manipula um objeto (matéria-prima) que contém trabalho objetivado de processos de trabalho anteriores. E somente a indústria extrativista tem o contato direto com a natureza, por exemplo, mineração, caça, pesca e agricultura de exploração de terra virgem. Por isso, o pensador alemão diferencia a matéria-prima da matéria auxiliar. A matéria-prima torna-se matéria auxiliar quando esse serve de apoio para a transformação de outra matéria-prima na produção. Por exemplo,

[...] como o carvão pela máquina a vapor, o óleo pela engrenagem, o feno pelo cavalo, ou ser adicionado à matéria-prima a fim de nela produzir alguma modificação material, como o cloro é adicionado ao linho ainda não alvejado, o carvão ao ferro, a tintura a lã, ou pode, ainda, auxiliar na realização do próprio trabalho, como, por exemplo, as matérias utilizadas na iluminação e no aquecimento da oficina de trabalho. (MARX, p. 259, 2017).

Mas Marx salienta que a diferença entre matéria-prima e matéria auxiliar desaparece na fabricação química, pois, ao entrarem em contato com o processo químico, as substâncias do

produto desaparecem para se transformar em outro produto, mudando completamente a sua qualidade. O mesmo produto pode possuir qualidades para aplicações úteis, podendo servir de matéria-prima em vários processos de trabalho diferentes. Como:

O cereal, por exemplo, é matéria-prima para o moleiro, para o fabricante de goma, para o destilador, para o criador de gado etc. Como semente, ele se torna matéria-prima de sua própria produção. Também o carvão é tanto produto como meio de produção da indústria de mineração. (MARX, 2017, p. 259).

Portanto, um produto, no mesmo processo de trabalho, pode ter funções de meio ou matéria-prima. Como, na “engorda do gado, por exemplo, o animal é ao mesmo tempo a matéria-prima trabalhada e o meio de obtenção do adubo” (MARX, 2017, p. 259). Ou, pronto para o consumo, o produto pode ser matéria-prima para a produção de outro produto. Como a uva, que é utilizada para a produção de vinhos. Em outros casos, há produtos que são produzidos somente para ser matéria-prima. Como é o caso do algodão para o fio. Com isso, a matéria-prima original serve de meio de subsistência ou passa por vários processos como produto para chegar ao fim do processo idealizado. Assim, Marx apresenta as determinações do valor de uso:

Vemos, assim, que o fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final é algo que depende inteiramente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ele ocupa nesse processo, e com a mudança dessa posição mudam também as determinações desse valor de uso. (MARX, 2017, p. 260).

Portanto, ao analisar o valor de uso, Marx salienta que este pode aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto final. Essa determinação vai ser definida na forma de como esse se apresenta no processo de trabalho. Porém, quando o produto ingressa como meio de produção de novos processos de trabalho, este perde o caráter de produto e se torna fator objetivo do trabalho vivo, para o consumo individual ou consumo dos meios de produção. Sendo que todo processo de trabalho, para realizar um produto, obteve processos de trabalho anteriores. (MARX, 2017, p. 260-261).

Sendo assim, o processo simples de trabalho origina-se da relação entre o ser humano e a natureza, natureza essa que possui matéria natural. E a terra, como natureza, fornece os meios de produção para o trabalho humano, como atividade em ação, transformar a matéria natural em matéria-prima ou matéria auxiliar. Portanto, o processo de trabalho é a atividade orientada para um fim, que se apropria do elemento natural para satisfazer as necessidades humanas na transformação da forma material em outra forma, na de produto com valor de uso. Isso torna-

se a condição universal do metabolismo entre humano e natureza, condição fundante da vida humana que é comum à todas as formações das sociedades no percurso da história. Assim, Marx afirma:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim - a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as formas sociais. (MARX, 2017, p. 261).

Sendo assim, para Marx, a atividade humana, física e mental, é essencial para a constituição da vida deste próprio ser humano. Sendo o processo de trabalho a relação metabólica entre ser humano e natureza, que utiliza meios, instrumentos, ferramentas e máquinas, em que este ser transforma a natureza para produzir objetos com valor de uso na satisfação das suas necessidades materiais. Quando o ser humano transforma a natureza, esse transforma a si mesmo, tendo sempre uma orientação para um fim, antes de exercer o processo de trabalho. E para ocorrer este processo simples de trabalho, este ser necessita dos meios de subsistência em correlação com a atividade humana, objeto de trabalho e meios de trabalho. Atividade humana que seria o dispêndio de energia viva do ser humano em executar a ação para a modificação da matéria natural em objetos, incorporando trabalho nos meios de subsistência para resultar no produto. Portanto, qual seria a diferença e a semelhança entre produto e mercadoria? Vamos agora analisar o que seria a mercadoria para Marx, algo necessário para a satisfação das necessidades humanas e central para compreender o modo de produção capitalista e seu desenvolvimento.

## **5.2 Mercadoria (O duplo caráter do trabalho)**

No capítulo 1 do Livro 1 de *O Capital*, Marx apresenta sua análise da mercadoria. Esta que possui dois fatores: valor de uso e valor. E contém a representação do duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato. O pensador alemão identifica esses elementos perante o exame do que é a mercadoria. Sendo esta análise da mercadoria central no desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua relação com a categoria trabalho.

Para Marx, a mercadoria é um produto do trabalho humano que se torna algo externo para este próprio humano, por possuir propriedades para a satisfação de suas necessidades físicas e suas necessidades do intelecto. E para satisfazer essas necessidades, a mercadoria se

apresenta como meio de subsistência ou como meio de produção. Sendo que, quando meio de produção, resulta em mercadoria para outro processo de trabalho. Como o próprio autor de *O Capital* explica:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfazem necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza destas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 2017, p. 113)

Segundo Marx, tudo o que é útil para o ser humano possui dois pontos de vista: a qualidade e a quantidade. E descobrir a utilidade das coisas é um ato histórico. Com isso, é um ato histórico encontrar a medida social para a quantidade das coisas úteis. E essas medidas são encontradas por dois fatores: pela “natureza diversa dos objetos” e pela “convenção social”. (MARX, 2017, p. 114).

Para o pensador alemão, essa utilidade de uma coisa torna esta própria coisa em um valor de uso, que se materializa no corpo-mercadoria com suas propriedades materiais. As propriedades do corpo-mercadoria são seu valor de uso, essa qualidade não depende do tempo de trabalho humano, porém, esse valor de uso pressupõe uma quantidade determinada. Por exemplo, 12 bananas ou 1 tonelada de ferro. Perante a isso, esse valor de uso se efetiva no consumo ou no próprio uso da coisa. Visto que, o conteúdo material da riqueza é definido pelo valor de uso. E na sociedade de modo de produção capitalista é o valor de uso que constitui o suporte material do valor de troca. (MARX, 2017, p. 114).

De acordo com Marx, o valor de troca se apresenta como quantitativo, em que um valor de uso é trocado por outro valor de uso de diferente forma, relação que se altera no tempo e no espaço. Exemplo, X mercadoria A é trocada por Y mercadoria B, essas mercadorias sempre vão possuir um valor equivalente para a troca, pois são “valores de troca permutáveis entre si” ou “valores de troca da mesma grandeza”. Observamos que X e Y são a quantidade e A e B são a qualidade da mercadoria, ou seja, expresso em uma mercadoria sempre estará o seu valor de uso e o seu valor de troca. Sendo no valor de troca que se expressam duas coisas: expressão de valores de troca de algo igual na mercadoria e expressão daquilo que é distinto na mercadoria. (MARX, 2017, p. 115).

Deste modo, quando duas mercadorias entram em uma relação de troca, são igualadas por uma equação que demonstra que aquilo que é distinto nas mercadorias contém algo em

comum. Tendo a necessidade para igualar duas mercadorias uma terceira mercadoria. Essa terceira mercadoria é que vai fazer a equiparação entre as outras duas mercadorias diferentes. Portanto, o valor de troca reduz as mercadorias a algo comum. E essa relação em comum não é uma propriedade natural, pois essa propriedade natural já se relaciona ao valor de uso da mercadoria. Com isso, valor de troca é a permutabilidade entre duas coisas que se diferenciam entre si, e tornando-se possível que duas mercadorias diferentes sejam trocadas uma pela outra, cada um dos objetos se reduz a um terceiro elemento. Neste momento da exposição Marx diferencia o valor de uso e o valor de troca:

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. (MARX, 2017, p. 116)

Desta forma, o produto do trabalho contém valor de uso, como: a mesa, a casa e o fio. E para o produto conter valor de uso, este é transformado, pela mão do ser humano, em objetos úteis com qualidade sensível. Sendo isto o trabalho concreto. Este trabalho concreto é um trabalho produtivo determinado. Visto que, os objetos representam o trabalho concreto do carpinteiro, do pedreiro e do fiandeiro. Mas, quando desaparece o caráter útil dos produtos, também desaparece o caráter útil da representação do trabalho. Com isso, essas qualidades sensíveis são apagadas e as diferentes formas de trabalho concreto somem, restando somente o trabalho que iguala à todas diferentes formas de trabalho. Assim, quando é igualado o trabalho humano, este pode ser igualado pelo “trabalho humano abstrato”. (MARX, 2017, p. 116).

Mas o que seria este “trabalho humano abstrato” para Marx? Então, se abstrairmos o valor de uso, que são qualidades sensíveis das mercadorias, desaparece o trabalho útil contido nestes produtos, resultando uma “objetividade fantasmagórica”, ou seja, o dispêndio de força de trabalho humana. Todas as mercadorias produzidas possuem dispêndio de força humana. Essa forma de trabalho humano abstrato representa na mercadoria uma substância social, em que se acumula dispêndio de trabalho humano comum em todas as mercadorias. Sendo isto o que define os valores das mercadorias. Com isso, o que se apresenta na relação de troca é o elemento comum das mercadorias, o seu valor. (MARX, 2017, p. 116).

Para Marx (2017, p. 116), uma mercadoria que contém valor de uso só possui valor porque contém trabalho humano objetivado, este valor é medido pela quantidade de trabalho contida, sendo esta quantidade de trabalho medida pelo tempo de duração de hora ou dia do processo de trabalho para realizar a mercadoria.

Então, se a grandeza do valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade de trabalho despendido durante sua produção, quanto mais tempo o trabalhador demorar para essa produção maior será seu valor? Não, porque a substância do trabalho humano é igual, é o mesmo dispêndio da força de trabalho. Embora, tenha-se vários trabalhos concretos com suas particularidades, a força de trabalho na sociedade é formada pelo conjunto desses trabalhos individuais. Com isso, a junção destes trabalhos possui o caráter de uma força de trabalho social média. Assim, para produzir uma mercadoria, precisa de um tempo médio necessário entre todos os produtores da mesma mercadoria no conjunto da sociedade. A produção é determinada por um tempo de trabalho médio necessário para realizar as mercadorias, isso Marx define como “tempo de trabalho socialmente necessário”. (MARX, 2017, p. 117).

Mas como se configura o tempo de trabalho socialmente necessário? Esse tempo é o tempo necessário para produzir um valor de uso em uma determinada sociedade, com um grau social médio de trabalho desta produção, que define a velocidade e a intensidade do processo de trabalho nesta determinada sociedade. Marx exemplifica esta questão utilizando o tear a vapor na Inglaterra no período da Revolução Industrial. Com a introdução da máquina a vapor na produção, foi possível reduzir pela metade o tempo de trabalho que transformava o fio em tecido. O tear a vapor levava metade do tempo socialmente necessário para produzir o tecido, fazendo reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário da produção neste período, comparado com o tempo anteriormente.

Portanto, é unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual vale aqui somente como exemplar médio de sua espécie. Por essa razão, mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. (MARX, 2017, p. 117)

Deste modo, para Marx, o tempo socialmente necessário cria um parâmetro, em que nivela a produção de mercadoria pelo menor tempo. Se o capitalista não alcança esse tempo, este continuará produzindo no tempo anterior, em que era um maior tempo, e o valor de sua mercadoria não será reduzido e este poderá falir. Com isso, a mercadoria, em sua particularidade, expressa a média social para a produção, média que é determinada pelo menor tempo de trabalho. Portanto, o valor de uma mercadoria equivale a outra mercadoria devido ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção entre todas as mercadorias, a mesma grandeza de valor.

Mas o que altera a grandeza do valor? De acordo com Marx, a força produtiva de trabalho pode diminuir ou aumentar o valor da mercadoria, devido a determinação de múltiplas circunstâncias: pela velocidade média dos trabalhadores, ao grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação na tecnologia, organização social do processo de produção, eficácia dos meios de produção e as condições naturais. Esses fatores resultam nas circunstâncias nas quais alteram o tempo de trabalho para produzir algo e o grau de incorporação da massa de trabalho, interferindo no tempo de trabalho cristalizado na mercadoria. (MARX, 2017, p. 118).

Desta forma, observa-se que quanto maior é a força produtiva menor será o tempo de trabalho necessário para realizar uma mercadoria, resultando em um menor valor. E, ao contrário, quanto menor a força produtiva, maior será o tempo socialmente necessário, que resulta em um maior valor da mercadoria. Assim, determina-se a grandeza do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho incorporado das forças produtivas de trabalho, sendo a substância do valor o próprio trabalho. (MARX, 2017, p.118).

Desta maneira, o pensador alemão define que a medida da grandeza do valor é determinada pelo tempo de trabalho e a substância do valor é o trabalho. Mas como isso acontece? Tudo que é produzido possui valor?

Nem todas as coisas possuem valor e nem todas as coisas que o ser humano produz são mercadorias. Quando algo possui uma utilidade e não é medido pelo trabalho humano, esta coisa não vai conter valor, como por exemplo, o ar ou a terra virgem. E quando o ser humano transforma a natureza em um objeto para suas próprias necessidades, ele realiza um produto com valor de uso, porém este produto não é mercadoria. Para algo se tornar mercadoria este precisa conter valor de uso, mas este valor de uso tem que ser para outro. Assim, para o produto do trabalho humano ser mercadoria, este, ao ser produzido, tem que possuir valor de uso com objetivo para a troca. Visto que, este valor de uso tem que possuir um “valor de uso social”. Assim, para o trabalho criar valor, as coisas produzidas têm que ter uma utilidade para outro e serem trocadas em uma relação social. (MARX, 2017, p. 119).

Por consequência, para Marx, toda mercadoria é um objeto útil, que contém valor de uso e valor para outro, ou seja, o trabalho incorporado nesta mercadoria tem que ter uma utilidade social para poder ser trocada. Em um primeiro momento podemos entender que o produto é objeto com trabalho incorporado para satisfazer as necessidades humanas e a mercadoria é quando este produto gerado possui uma utilidade para outro, para poder realizar a troca e satisfazer o consumo de alguém. (MARX, 2017, p. 119).

Portanto, Marx apresenta a mercadoria com dois fatores: valor de uso e valor. E o trabalho incorporado nessa mercadoria representa o duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato.

E para explicar a categoria trabalho e o valor, Marx (2017, p. 119) utiliza o exemplo clássico das duas mercadorias, um casaco e 10 braças de linho. Sendo o linho objeto do processo de trabalho anterior ao casaco. Assim, o pensador alemão questiona, quantos casacos equivalem a quantas braças de linho?

Para responder essa pergunta, ele começa definindo que o casaco é valor de uso para uma necessidade específica. Em sua produção necessita de uma atividade específica que determina o modo de operar o objeto e o meio de trabalho para realizar o casaco. Esse processo define o trabalho útil ou concreto, que gera um produto com valor de uso. O trabalho concreto em seu feito busca um efeito útil, que cria valor de uso. (MARX, 2017, p. 119).

Marx (2017, p. 119), mostra que o casaco e o linho possuem valores de uso qualitativamente diferentes, pois todo valor de uso possui uma qualidade específica. Portanto, também são produzidos por trabalhos concretos particulares, no caso do casaco, o alfaiate e no caso do linho, o tecelão. Assim, todos os produtos de trabalhos úteis possuem qualidades diferentes, isso é algo inerente em todas as mercadorias. Devido a isso, uma mercadoria de valor de uso específico não pode ser trocada por ela mesma, a troca se faz por mercadorias distintas, que possuem a mesma equivalência, ou seja, um casaco não é trocado por outro casaco.

Com isso, o corpo material das mercadorias com valor de uso apresenta-se em um conjunto dividido por gênero, espécie, família e subespécie de diferentes trabalhos concretos. Esses trabalhos concretos são formados por uma divisão social do trabalho, que possibilita a troca de mercadorias quando esses produtos de trabalhos privados, em sua produção, são separados e independentes entre si. Assim, ocorrendo o confronto entre as mercadorias. (MARX, 2017, p. 120).

Em uma sociedade que os produtos assumem a forma de mercadorias, estas acabam constituídas por diferentes qualidades de trabalhos úteis como particulares, pois cada trabalho útil produz de forma independente o seu produto, que gera um valor de uso determinado para um fim. Para produzir algo com valor de uso, o trabalho concreto busca, antes de tudo, uma necessidade ao produto. Estes vários trabalhos concretos formam um sistema complexo de divisão social do trabalho, com trabalhos úteis de qualidades diferentes para esse conjunto da sociedade. (MARX, 2017, p. 120).

A divisão social do trabalho constitui-se pela junção de vários trabalhos concretos particulares de qualidades distintas, que em sua totalidade buscam, em seu processo produtivo

particular, satisfazer as necessidades da totalidade dessa sociedade. Para isso, esse trabalho é mediado por uma atividade produtiva particular relacionada com a natureza para um fim, transformando a matéria natural em algo específico para uma necessidade particular; assim, esse trabalho concreto determinado gera um valor de uso para a vida humana, portanto, a capacidade de satisfação das necessidades humanas é um dos fatores determinantes para as condições da existência da vida material de uma sociedade. Como Marx explica:

Mas a existência do casaco, do linho e de cada elemento da riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 2017, p. 120).

Portanto, antes de existir o alfaiate, existiu a necessidade do ser humano se vestir, para depois tornar-se uma profissão específica na divisão social do trabalho, ou seja, essa atividade específica que transforma a matéria natural em objetos, como o linho e o casaco, e estes em elementos da riqueza material. Com isso, a existência do casaco é determinada pela necessidade da reprodução da sociedade com uma mediação do metabolismo entre o ser humano e a natureza na satisfação da vida material. Sendo indiferente quando um casaco é objeto para uso de seu produtor, o alfaiate, ou usado pelo freguês do alfaiate, em ambos os casos este casaco possui valor de uso para quem o consome. (MARX, 2017, p. 120).

Observa-se que o que existe na natureza é matéria natural, aquilo que os diferentes trabalhos úteis da atividade humana não tocaram. Quando a ação da atividade humana incorpora trabalho concreto na matéria natural, resulta em um objeto com valor de uso. Portanto, quando o ser humano produz algo, ele somente altera a forma da matéria natural em outra forma-material, incorporando trabalho, porém, essa ação humana nunca se desvencilha das forças da natureza. Sendo o trabalho concreto, que cria valor de uso, a união entre a “matéria natural” e o “trabalho”.

Deste modo, para Marx, a riqueza material é constituída pela natureza e pelo trabalho, fontes dos valores de uso. O pensador alemão utiliza-se da analogia feita pelo economista Willian Petty para demonstrar a importância da união entre trabalho e terra, em que “o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da riqueza material”. (MARX, 2017, p.121).

Então, Marx nos faz refletir que sem a terra não existe trabalho humano, pois a terra será o útero fecundado pelo trabalho para gerar os produtos que desenfadam as condições de

toda a existência humana, que satisfazem as necessidades da vida material e constituem assim a riqueza material. Podemos, em um primeiro momento, compreender que o trabalho concreto é o caráter do trabalho que exerce na natureza a transformação para gerar o valor de uso para a vida humana. Logo, a riqueza material é, então, formada pela junção entre trabalho e terra, perante a atividade humana, que modifica a matéria natural em objeto de uso. Porém, como esse trabalho concreto satisfaz as necessidades do conjunto da sociedade? E como o objeto de uso se torna mercadoria?

Marx (2017, p. 121) demonstra que o valor em um casaco e em 10 braças de linho parte do pressuposto de que o casaco possui o dobro do valor do linho. Ele parte do exemplo hipotético, da suposição de que estas duas mercadorias tenham aquela relação de valor – portanto de tempo de trabalho materializado em suas produções. E ele supõe essa relação de valor para poder seguir com a exposição. Mas o que faz Marx pensar desta forma? Essa é uma diferença quantitativa, mas será que o linho tem a mesma grandeza de valor do casaco? O casaco e o linho possuem a mesma substância que é o trabalho. Esses trabalhos detêm qualidades diferentes, visto que, o alfaiate não exerce a mesma atividade que o tecelão. Porém, as circunstâncias sociais fazem com que o mesmo trabalho apresente variações, por exemplo, o alfaiate produz casaco hoje e calça amanhã. A sociedade capitalista tende a dividir o mesmo trabalho em áreas variadas, como, a alfaiataria e a tecelagem.

Em vista disso, podemos perceber que o trabalho útil determinado por sua atividade produtiva possui um caráter abstrato, essa abstração é o dispêndio de força humana de trabalho. Embora a alfaiataria e a tecelagem sejam atividades produtivas de qualidades diferentes, tanto uma como a outra, detêm dispêndio produtivo desde o cérebro até as mãos para exercer a atividade específica daquele processo de trabalho. Mas o que faz estes trabalhos distintos terem algo em comum? É o trabalho abstrato o denominador comum de trabalhos distintos, permitindo então sua equivalência em seus produtos e constituindo o valor. (MARX, 2017, p. 121).

Para Marx (2017, p. 122), o trabalho humano é dispêndio da força humana em trabalho simples com uso do organismo corpóreo. No desenvolvimento de qualquer sociedade existe o “trabalho simples médio”. E o trabalho que é mais complexo, é um trabalho simples potenciado. Como o autor alemão explica:

[...] o mesmo ocorre aqui com o trabalho humano. Ele é dispêndio da força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo. Embora seu caráter varie em diferentes países e épocas culturais, *o trabalho simples médio* está dado em toda e qualquer sociedade existente. O trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de

modo que uma quantidade menor de trabalho complexo é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. Que essa redução ocorre constantemente é algo mostrado pela experiência. Mesmo que uma mercadoria seja o produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho mais simples e, desse modo, representa ele próprio uma quantidade determinada de trabalho simples. (MARX, 2017, p. 122).

Assim, o valor de uma mercadoria realizada por trabalho complexo será equiparado ao produto de um trabalho simples, ou seja, a soma da quantidade de trabalhos simples. Este trabalho simples torna-se uma unidade de medida devido às determinações das transformações no processo social das formas de produção. Perante isso, o autor alemão sintetiza que toda força de trabalho é uma força de trabalho simples.

Por este motivo, o trabalho simples do alfaiate que incorpora trabalho no tecido gerando o casaco, tem um valor equivalente ao trabalho simples do tecelão que incorpora trabalho no fio e realiza o linho. Embora essas atividades, produtivas para um fim, realizem valores de uso diferentes, ambas contêm a substância que equipara essas atividades, a quantidade de tempo de trabalho. Assim, somente quando abstraímos as qualidades específicas dos valores de uso é que percebemos a substância do valor, o dispêndio da força humana de trabalho abstrato. Portanto, a categoria trabalho abstrato permite mensuração do valor de todas as mercadorias ente si diferentes, reduzindo-as ao tempo que levaram, cada uma delas, para serem produzidas. (MARX, 2017, p. 122).

Conseqüentemente, casaco e linho são valores de determinada grandeza. Sendo que o casaco detém mais valor do que o linho, visto que exige mais trabalho em um tempo necessário maior de dispêndio de força humana de trabalho para a produção. Deste modo, Marx aponta que o valor de uso é determinado pela qualidade de trabalho e a grandeza do valor pela quantidade de trabalho, cuja medida se dá pelo tempo entre qualquer mercadoria.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valor de uso. [...]

As mercadorias vêm ao mundo na forma de valor de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor. (MARX, 2017, p. 124)

Portanto, para Marx, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho e possui um duplo caráter, tanto fisiológico ou como uma forma específica. Sendo o trabalho concreto aquele que apresenta uma forma natural do objeto com uma qualidade útil e expressa o valor de uso da mercadoria. E o outro é o trabalho abstrato, que como dispêndio de energia, na mercadoria, expressa a forma de valor.

Assim, Marx se refere a quatro equações da forma de valor. A forma simples, na qual todas as mercadorias são relativas entre si, sendo trocadas umas pelas outras (“ $x$  mercadoria  $A = y$  mercadoria  $B$ , ou:  $x$  mercadoria  $A$  têm o valor de  $y$  mercadoria  $B$ ”). A forma desdobrada, em que todas as mercadorias possuem quantidades diferentes entre si, sendo que essas vão se desdobrando em quantidades distintas para a troca (“ $z$  mercadoria  $A = u$  mercadoria  $B$ , ou  $= v$  mercadoria  $C$ , ou  $w$  mercadoria  $D$ , ou  $= x$  mercadoria  $E$ , ou  $=$  etc.”). A forma universal, em que todas as mercadorias se igualam devido ao próprio valor (“1 casaco, 10 libras de chá, 40 libras de café, 1 *quarter* de trigo, 2 onças de ouro,  $\frac{1}{2}$  tonelada de ferro,  $x$  mercadoria  $A$ , etc. mercadoria  $= 20$  braças de linho”). E a forma-dinheiro, que é a expressão monetária de equivalente geral entre todas as mercadorias (“20 braças de linho, 1 casaco, 10 libras de chá, 40 libras de café, 1 *quarter* de trigo,  $\frac{1}{2}$  tonelada de ferro,  $x$  mercadoria  $A = 2$  onças de ouro”). Sendo todo valor definido por determinações históricas e sociais das relações de produção. (MARX, 2017).

Deste modo, a grandeza do valor das mercadorias se determina pelo dispêndio da força de trabalho durante o tempo necessário à produção. Portanto, quando se mantém inalterada a força produtiva de trabalhos concretos que realizam a produção de determinada mercadoria, a grandeza de valor dessa mercadoria aumenta sua própria quantidade. Visto que, se um casaco produzido contém  $x$  dia de trabalho, logo, 2 casacos vão possuir  $2x$  dias de trabalho. Porém, quando a produção de mercadoria dobra, isso resulta em uma mercadoria que vai possuir o valor que continha duas mercadorias anteriormente. E quando a produção tende a cair, duas mercadorias vão conter a grandeza do valor de uma mercadoria. Assim, para Marx, embora o valor se altere, o trabalho concreto conserva a mesma qualidade. Sendo que, o que muda é a quantidade de trabalho abstrato. (MARX, 2017, p.123).

Conseqüentemente, Marx (2017, p. 123) aponta que, uma quantidade maior de trabalho gera uma maior riqueza material, pois quanto maior a produção de mercadoria, mais coisas úteis para pessoas distintas. Porém, o aumento da massa da riqueza material resulta na queda da grandeza do valor. Por isso, necessitamos compreender a mercadoria como um duplo caráter do trabalho: trabalho concreto e trabalho abstrato.

Deste modo, com o trabalho concreto como a fonte material para o aumento ou a queda da produção. Isso não muda o valor, porque o trabalho concreto se relaciona com as qualidades

das mercadorias, mas ao se abstrair e tornar-se trabalho abstrato, esse se relaciona à quantidade de tempo necessário para produzir. Com isso, Marx mostra que na mesma atividade produtiva contém trabalho concreto e trabalho abstrato em uma unidade de contrários. (MARX, 2017, p. 123).

Sendo assim, a mercadoria é a materialização-objetiva do trabalho humano, que possui uma dupla objetividade, a objetividade sensível, que representa a forma-material da mercadoria e a objetividade de valor, a qual não contém uma forma-material, e sim, a forma de valor, visto que esta objetividade de valor é uma expressão social que se manifesta na relação social entre mercadorias. (MARX, 2017, p. 125).

Portanto, para Marx, é essencial para satisfazer às necessidades humanas a produção de mercadorias. O produto é um objeto útil que somente possui valor de uso com trabalho concreto incorporado. Porém, este produto do trabalho assume a forma-mercadoria quando possui o duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. Trabalho concreto que é o dispêndio de força humana de trabalho, que ao incorporar na mercadoria modifica sua forma material, ou seja, modifica sua qualidade em relação às outras mercadorias e cria o valor de uso dessas. E o trabalho abstrato é o dispêndio de energia, tanto muscular como cerebral da força de trabalho, socialmente necessário, para a produção das mercadorias, no qual é medido pelo tempo de trabalho, que define a quantidade de trabalho incorporado que contém em uma mercadoria na sua produção, sendo isso o próprio valor da mercadoria. Assim, para compreender a categoria trabalho em Marx se faz necessário entender o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria e como essa cria o valor de uso e o valor.

### **5.3 Divisão social do trabalho e trabalho social**

Nos capítulos 11, 12, 14 e 21 do Livro 1 de *O Capital*, Marx identificou várias categorias que partem da compreensão da organização do trabalho, para entendermos a divisão social do trabalho e o trabalho social como elementos da categoria trabalho.

A divisão do trabalho se apresenta nas mais diversas formações socioeconômicas da sociedade, sendo essa categoria pressuposto para ocorrer a fragmentação dos meios de produção entre produtores particulares independentes entre si, que, ao mesmo tempo, constituem uma totalidade do trabalho social. (MARX, 2017, p. 425).

Para Marx (2017, p. 425), o trabalho se concretiza na relação do ser humano com suas ferramentas que passam por elementos simples até chegar no mecanismo total. Esse processo

de trabalho, em sua forma desenvolvida, necessita da divisão social do trabalho, que é o pressuposto para desenvolver a base geral de toda a produção de mercadorias.

A divisão do trabalho em seu sentido geral é caracterizada pela separação da produção social entre agricultura e indústria. Esses gêneros de produção são diferenciados em espécie e subespécie, como, divisão do trabalho no particular e divisão do trabalho no singular. (MARX, 2017, p. 425).

Desta forma, a divisão do trabalho na sociedade transcende a limitação dos indivíduos em suas esferas de produção. Observa-se que a divisão do trabalho está presente nos diversos modos de produção anteriores ao modo de produção capitalista.

Deste modo, para Marx (2017, p. 425), em uma família ou em uma tribo, o desenvolvimento da divisão do trabalho surge como uma divisão natural-espontânea do trabalho, que se caracteriza por sexo e idade, tendo uma base fisiológica. E desenvolve sua produção conforme essa sociedade se expande, esse aumento da população faz uma sociedade entrar em conflito com outras tribos. Visto que há dois momentos para esse encontro entre a expansão das tribos, ou elas se subjugam ou fazem trocas de mercadorias de acordo com as necessidades específica de cada tribo.

Conforme essas famílias, tribos e comunidades se expandem, entram mutuamente em contato e começam a realizar a troca de produtos, pois a produção é feita de forma coletiva e a troca, nos primórdios da civilização, não é realizada por pessoas privadas, mas entre comunidades, em que se diferenciam em seu ambiente natural pelos meios de produção e pelos meios de subsistência, cada qual com suas formas específicas. Desta forma, há entre essas comunidades uma diferenciação natural-espontânea no modo de produção, no modo de vida e em seus produtos. Isso possibilita a troca de produtos, e ao desenvolver essa troca, esses produtos tornam-se mercadorias.

A troca não cria a diferença entre as esferas de produção, mas coloca em relação esferas de produção diferentes e as transforma, assim, em ramos mais ou menos interdependentes de uma produção social total. A divisão social do trabalho surge aqui da troca entre esferas de produção originalmente distintas e independentes entre si. No primeiro caso, em que a divisão fisiológica do trabalho é o ponto de partida, os órgãos particulares de um todo imediatamente compacto desprendem-se uns dos outros, decompõem-se, e o impulso principal para esse processo de decomposição é dado pela troca de mercadorias com comunidades estrangeiras, que faz com que esses órgãos se autonomizem ao ponto de que o nexos entre os diferentes trabalhos passa a ser mediado pela troca de produtos como mercadorias. Num caso, tem-se o tornar-se dependente daquilo que antes era independente; no outro, tem-se a independentização do que antes era dependente. (MARX, 2017, p. 426).

Portanto, para Marx, a troca se coloca diante de diferentes esferas de produção, que são ramos interdependentes de uma produção social total. Com isso, a divisão social do trabalho se independentiza ao mesmo tempo em que se torna dependente com a troca.

Deste modo, quando o ponto inicial é a divisão fisiológica do trabalho, os órgãos particulares se tornam um todo que depende uns dos outros e, ao entrar em contato com comunidades estrangeiras, iniciam um processo de decomposição devido à troca. Assim, ocorre uma autonomia dos órgãos, no qual os vários trabalhos se tornam mediados pela troca de produtos e, ao serem trocados, transformam-se em mercadorias. Resultando na dependência do que era independente e independência naquilo que era dependente, ou seja, o trabalho em particular se transforma em trabalho social.

Esse processo está presente em toda base da divisão social do trabalho, que é desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias e na separação entre cidade e campo. (MARX, 2017, p. 426). Segundo Marx, quando o grau de desenvolvimento da divisão do trabalho se eleva em um nível global, acaba por resultar na divisão territorial do trabalho:

A divisão territorial do trabalho, que concentra ramos particulares de produção em distritos particulares de um país, obtém um novo impulso da indústria manufatureira, que explora todas as particularidades. A ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, que integram as condições gerais de existência do período da manufatura, fornecem a este último um rico material para o desenvolvimento da divisão do trabalho na sociedade. Não cabe aqui prosseguirmos com a demonstração de como essa divisão se apossa não apenas da esfera econômica, mas de todas as outras esferas da sociedade, firmando por toda a parte as bases para aquele avanço da especialização, das especialidades [...] (MARX, 2017, p. 428).

Portanto, para Marx, a história econômica da sociedade se consolida neste movimento da divisão social do trabalho, o qual tende cada vez mais a se especializar e globalizar. Com isso, o pensador alemão exemplifica a divisão social do trabalho com particularidades específicas que completam um todo na produção de mercadorias:

O criador de gado produz peles, que o curtidor transforma em couro, que o sapateiro transforma em botas. Cada um deles produz, aqui, um produto gradual, e a configuração final, acabada, é o produto combinado de seus trabalhos específicos. A isso se acrescentam os múltiplos ramos de trabalho que fornecem os meios de produção ao criador de gado, ao curtidor e ao sapateiro. (MARX, 2017, p. 428).

Marx mostra que cada ramo do trabalho em particular possui seu próprio meio de produção. Desta maneira, a divisão social do trabalho fica obscurecida devido aos diferentes

ramos da produção e ao grande número de trabalhadores em área específica, pois na aparência apresentam-se como não conectados em suas atividades de trabalho e produção de mercadorias.

Deste modo, Marx (2017, p. 429) questiona qual seria a relação entre os trabalhos particulares do criador de gado, do curtidor e do sapateiro? O pensador alemão parte do pressuposto de que a divisão social do trabalho fragmenta os meios de produção entre os produtores. Esses produtores específicos nos apresentam seus produtos como mercadoria, somente quando estes trabalhos parciais somam o produto em comum, este se transforma em mercadoria.

Com isso, a divisão do trabalho de uma sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos que são produzidos em diversos ramos do trabalho que formam a totalidade da produção de uma sociedade. Porém, a sociedade de modo de produção capitalista combina a força de trabalho na manufatura e concentra os meios de produção para os capitalistas. Não adentraremos nesta divisão social do trabalho na sociedade capitalista propriamente dita, pois neste momento da exposição estamos buscando a divisão social do trabalho em geral.

Portanto, na sociedade, a distribuição dos produtores de mercadorias e seus meios de produção são diversificados entre os ramos sociais do trabalho, buscando um equilíbrio entre essas diferentes esferas de produção, pois os produtores de mercadorias produzem um valor de uso para satisfazer, cada qual, uma necessidade particular da sociedade. Com isso, formam um conjunto de produtores de valor de uso de diferentes massas de necessidades em um sistema natural-espontâneo. (MARX, 2017, p. 430).

Para compreender melhor esta questão, Marx, ao demonstrar esta divisão do trabalho, se atenta para formas sociais anteriores ao modo de produção capitalista, nas quais se caracterizam pela particularização dos ofícios que se desenvolvem de forma espontânea, de acordo com as necessidades sociais da comunidade. Essas formas sociais apresentam uma organização do trabalho submetidas por um planejamento e por uma autoridade, no qual o produto do trabalho humano não se torna mercadoria.

No conjunto dos diferentes valores de uso ou corpos-mercadorias aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho. Tal divisão é a condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho. Na antiga comunidade indiana, o trabalho é socialmente dividido sem que os produtos se tornem mercadorias. (MARX, 2017, p. 120).

Deste modo, para ir à essência da divisão social do trabalho, Marx (2017, p. 431) utiliza o exemplo das formas de divisão do trabalho das pequenas comunidades indianas antigas. O pensador alemão exemplifica com essas comunidades indianas, por terem a base da sua forma de organização a posse comum da terra, e a conexão entre a agricultura e o artesanato, que se mantém em uma divisão do trabalho fixa e internamente dependente, ao mesmo tempo que externamente independente, no qual serve como modelo geral para quando essas sociedades se expandem e estabelecem novas comunidades em outras áreas.

Essas comunidades mantinham independência entre si, com autossuficiência para a produção. Sendo esses produtos destinados para a subsistência imediata da própria comunidade, assim a pré-produção não era para produzir mercadorias, mas satisfazer as necessidades imediatas da comunidade. Desta forma, somente quando há um excedente dos produtos, estes são disponibilizados para a troca e tornam-se mercadorias. Sendo uma parte desse excedente transferido para o Estado, que transforma esse excedente de produtos em renda natural. E essas formas de comunidades indianas não são universais, tendo sua particularidade de acordo com cada região. (MARX, 2017, p. 431).

Portanto, Marx observa que, nas comunidades indianas de forma simples, a terra é cultivada em comum e toda a produção é distribuída para os membros da comunidade, sendo que cada família exerce o processo de produção em sua totalidade, ou seja, a mesma família faz a fiação, a tecelagem e a indústria doméstica subsidiária. Além dessa massa ocupada na produção, existem também outras funções para melhor organizar a sociedade comunal, funções essas que tem suas despesas sustentadas pelo todo da comunidade.

Essas tarefas são: “o habitante principal”, pessoa que possui a função de juiz e coletor de impostos; “guarda-livros”, quem faz a contabilidade da produção; “funcionário”, essa pessoa persegue criminosos e protege os viajantes estrangeiros; “guarda da fronteira”, quem cuida da fronteira entre as comunidades; “inspetor das águas”, pessoa responsável pelos reservatórios de água e distribui para as colheitas; “brâmane religioso”, quem ministra os cultos religiosos; “mestre-escola”, pessoa que ensina as crianças da comunidade a escrita e a linguagem; “brâmane do calendário”, quem observa as melhores épocas para os trabalhos agrícolas; “ferreiro” e “carpinteiro”, pessoas que fornecem e arrumam os instrumentos de trabalho agrícolas. Além, do “barbeiro”, do “lavador de roupas” e do “ourives de prata”. E por fim, o “poeta”, que se apresenta exercendo outras funções também. (MARX, 2017, p. 431).

Com isso, quando aumenta a população, a comunidade se amplia e começa a ocupação de outras áreas não cultivadas seguindo as estruturas anteriores. Deste modo, se observa que o mecanismo comunal possui uma divisão do trabalho de forma planejada, não havendo mercado

específico nessas comunidades, como, por exemplo, um ferreiro e um carpinteiro, que, dependendo do tamanho da comunidade e suas necessidades, possuem apenas dois ou três. Visto que, as funções que existem na comunidade são apenas para satisfazer as necessidades do todo, assim, é excluída a possibilidade de surgir, numa mesma sociedade comunal, uma concorrência entre os mesmos mercados. (MARX, 2017, p. 432).

Consequentemente, Marx (2017, p. 432) demonstra, por esse exemplo, que nessas formas de comunidades há uma lei de tendência que regula a divisão do trabalho, em um modo de produção comunal, atuando como uma autoridade de uma lei natural, pois os determinados ofícios, por exemplo, artesão e ferreiro, executam todas as funções e processos de forma independente e sem uma autoridade. Devido a isso, percebe-se que nessas comunidades não existe mercado, pois a produção visa as necessidades do grupo, tendo os trabalhadores consciência de todo o processo de trabalho e das formas de produção que executam. Sendo a produção simples dessas comunidades, autossuficiente e se reproduzindo da mesma forma.

Além disso, quando essas comunidades são destruídas, acabam se reconstruindo da mesma forma, este é o segredo das sociedades asiáticas. Sendo que, sempre o Estado asiático se mantém em um processo de dissolução e reconstrução da mesma dinastia. Isso resulta na permanência da mesma sociedade, que mantém as estruturas econômicas e as mesmas dinastias na política. Logo, para o pensador alemão, seja uma sociedade mediada ou não pela troca de mercadorias, sempre terá uma divisão social do trabalho em formas socioeconômicas distintas.

E para melhor compreender a divisão social do trabalho, temos que entender o trabalho social em cooperação, pois as junções dos trabalhos em particular formam a força produtiva da sociedade que acaba por resultar no trabalho social médio. Assim, a grandeza média só existe com a soma de grandezas individuais da mesma espécie, que é a soma de várias jornadas de trabalho na produção de mercadorias, ou seja, a soma do tempo de trabalho de uma força produtiva. Mas, o que seria essa cooperação para Marx?

A forma de trabalho em que muitos indivíduos trabalham de modo planejado, uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos chama-se cooperação. Assim como o poder ofensivo de um esquadrão de cavalaria ou o poder defensivo de um regimento de infantaria são essencialmente diferentes dos poderes ofensivos e defensivos de cada um dos cavaleiros ou soldados de infantaria tomados individualmente, também a soma total das forças mecânicas exercidas por trabalhadores isolados difere da força social gerada quando muitas mãos atuam simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de erguer um fardo pesado, girar uma manivela ou remover um obstáculo. Nesses casos, o efeito do trabalho combinado ou não poderia em absoluto ser produzido pelo trabalho isolado, ou poderia apenas

em um período de tempo muito mais longo, ou em escala muito reduzida. Aqui não se trata somente do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, por si mesma, uma força de massa. (MARX, 2017, p. 400).

Para Marx, a cooperação pode ocorrer tanto no mesmo processo de produção quanto em processos de produção diferentes, mas tendo na forma de trabalho coletivo um planejamento, assim, como o pensador exemplificou, com várias forças de trabalho particulares formam-se uma força social com trabalho combinando, ou seja, uma “força de massa”.

O contato social de vários trabalhos produtivos faz os indivíduos elevarem o trabalho individual em um produto total maior, pois se há um trabalhador que trabalhe 12 horas em um dia, somado ao dia de doze trabalhadores, resultará em um tempo de 144 horas de trabalho em um dia. Marx utiliza Aristóteles para confirmar que o ser humano transcende o animal político aristotélico sendo um “animal social”, pois necessita do trabalho em cooperação. (MARX, 2017, p. 401).

Deste modo, Marx observa que a cooperação realiza com menor tempo a produção dos objetos. Os indivíduos vão executar a mesma tarefa de forma simultânea e em conjunto potencializando o processo de trabalho com maior produção e se transformando em trabalho total, pois o trabalho de cada um se torna um todo que se apresenta de forma intensa na mesma atividade ou na completude de fases diferentes do processo de trabalho.

Por exemplo, quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos da base até o alto do andaime, cada um deles realiza a mesma tarefa, mas as ações individuais constituem partes contínuas de uma ação conjunta, fases particulares que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho e mediante as quais, por exemplo, as 24 mãos do trabalhador coletivo o transportam com mais rapidez do que o fariam as duas mãos de cada trabalhador individual que tivesse que subir ou descer o andaime. O objeto de trabalho percorre o mesmo espaço em menos tempo. Por outro lado, uma combinação de trabalho ocorre quando, por exemplo, uma construção é executada simultaneamente por diferentes lados, embora também nesse caso os trabalhadores que cooperam realizem tarefas iguais ou da mesma espécie. (MARX, 2017, p. 402).

Portanto, para o pensador alemão, o trabalho coletivo é mais do que a soma dos trabalhos individuais, por exemplo, o trabalho combinado de 12 pessoas rende mais do que se cada uma das 12 trabalhasse, lado a lado, fazendo sozinhas o mesmo trabalho. Se imaginarmos muitas pessoas carregando um objeto pesado, teremos um exemplo ainda mais forte disso. Com isso, a soma de várias jornadas de trabalho reduz o tempo de produção, que avança no produto total, pois no lugar de 12 jornadas de trabalho em isolado, o trabalho coletivo em um mesmo produto

contém 144 jornadas de trabalho, sendo essa unilateral na produção coletiva. Até quando há espaços separados para produção, ao juntar esses trabalhos, a produção torna-se mais rápida. (MARX, 2017, p. 402).

Com isso, a forma simples do trabalho coletivo tem papel primordial na cooperação, se o processo de trabalho é complexo, quando em conjunto, a massa de trabalhadores distribui as diferentes operações entre as diferentes pessoas que estão executando a atividade, formam em simultâneo o tempo de trabalho necessário para resultar no produto total.

Porém, ocorrem épocas críticas entre os ramos da produção, devido à própria natureza do processo de trabalho. Como a colheita ou o cultivo de animais, que são determinados por épocas específicas em que a quantidade e qualidade do produto possuem um começo e um fim determinado. (MARX, 2017, p. 403).

Devido a isso, o indivíduo inserido nessa forma de processo de trabalho com um período pré-estabelecido pela natureza, não consegue executar, com a jornada de trabalho de 12 horas no dia, as atividades no tempo necessário que esse processo necessita, mas quando realiza esse processo em cooperação, essa jornada de 12 horas com 100 indivíduos, por exemplo, se expande para 1.200 horas em um dia, ocorrendo a intensificação deste processo de trabalho. Assim, esse processo de trabalho determinado tem que realizar sua produção com uma grande massa de trabalho de jornadas de trabalho simultaneamente para ter um efeito útil. (MARX, 2017, p. 403).

Deste modo, Marx salienta que é devido à falta de cooperação que anualmente ocorre o desperdício de cereal nos Estados Unidos e de algodão na Índia Oriental da Inglaterra. Ele enfatiza que através da cooperação é que ocorrem as melhorias das estruturas do espaço na sociedade, como, por exemplo, a drenagem da terra, as represas e a irrigação; e nas construções, como canais, estradas e ferrovias. Além de aumentar a escala da produção, que resulta em mercadorias com menos tempo de trabalho, reúne diversos processos de trabalho e concentra os meios de produção para se tornarem mais eficazes.

Comparada com uma quantidade igual de jornadas de trabalho isoladas e individuais, a jornada de trabalho combinada produz uma massa maior de valor de uso, reduzindo, assim, o tempo de trabalho necessário para a produção determinado efeito útil. Se a jornada de trabalho combinada obtém essa força produtiva mais elevada por meio da intensificação da potência mecânica do trabalho, ou pela expansão de sua escala espacial de atuação, ou pelo estreitamento da área de produção em relação à escala da produção, ou porque, no momento crítico, ela mobiliza muito trabalho em pouco tempo, ou desperta a concorrência entre os indivíduos e excita seus espíritos vitais, ou imprime às operações semelhantes de muitos indivíduos a marca da continuidade e da multiplicidade, ou executa diversas operações simultaneamente, ou

economiza os meios de produção por meio de seu uso coletivo, ou confere ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio – de qualquer forma a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é a força produtiva do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela deriva da própria cooperação. (MARX, 2017, p. 404).

Desta forma, para Marx, o trabalho cooperado possibilita tanto que se realize algo impossível aos trabalhadores individuais, quanto que realize em uma escala de tempo menor. O trabalho cooperado, portanto, e esta é a síntese, produz proporcionalmente mais do que a própria soma dos tempos de trabalho individuais, em que o trabalho social é maior que a soma de todos os produtos individuais. Com isso, a cooperação torna o trabalho social e combinado, o que resulta na redução do tempo de trabalho socialmente necessário, por um tempo de trabalho impossível de ser realizado pelo trabalho individual; na divisão do trabalho no capitalismo é gerada a necessária e crescente relação de independência dependente (e dependência independente); e ao criar cada vez mais uma produção humana, põem-se as bases materiais para a efetiva emancipação humana. Temas que não nos aprofundaremos devido ao recorte da pesquisa.

Portanto, o pensador alemão observa que o trabalho social e combinado de grande escala necessita criar condições para a interação entre todas as atividades individuais de seus órgãos autônomos, para cumprir as funções gerais que resultem no movimento do corpo produtivo total. Essa conexão de funções e de unidade em um corpo produtivo total se apresenta fora dos trabalhadores. Com isso, essa conexão dos trabalhadores se projeta idealmente como um plano pré-concebido, como um poder que submete o agir em seu próprio objetivo para o processo de produção, que se torna um processo social de trabalho para a produção de um produto, em que soma o tempo de trabalho de todos para potencializar essa produção. Assim, para Marx:

A cooperação no processo de trabalho, tal como a encontramos predominantemente nos primórdios da civilização humana, entre os povos caçadores ou, por exemplo, na agricultura da comunidade indiana, baseia-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, no fato de que o indivíduo isolado desvincilhou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade quanto uma abelha da colmeia. Essas duas características distinguem essa cooperação da cooperação capitalista. (MARX, 2017, p. 409).

Deste modo, a cooperação não-capitalista, segundo o pensador alemão, fundamenta-se no exemplo dos povos caçadores ou na agricultura das comunidades indianas, onde predominam duas características desta cooperação: primeiro, a propriedade comum dos meios de produção e, segundo o indivíduo como ser coletivo para a produção de suas necessidades.

Sendo essa cooperação existente desde as cidades pré-colombianas na América, na Índia e na China, como no modo de produção asiático, que resultou em construções como as pirâmides do Egito. Assim, a cooperação se torna um elemento importante para compreender a categoria trabalho.

Portanto, ao iniciar o capítulo 14 do Livro 1 de O Capital, Marx relata que no capítulo 5 da mesma obra, buscou identificar o processo de trabalho simples, independentemente de suas formas históricas, partindo da relação metabólica entre o ser humano e a natureza. Sendo assim, o resultado do trabalho é o próprio produto, na relação entre os meios de produção (meio e objeto de trabalho) com o próprio trabalho, que é produtivo. Mas o que seria esse trabalho produtivo?

Quando o processo de trabalho é individual, as características que o trabalhador apresenta é o ato de apropriar-se dos objetos da natureza para suas necessidades vitais, ou seja, controla a si mesmo na adaptação de um objeto exterior às suas necessidades, realizando assim, um trabalho produtivo. Portanto, o ser humano isolado, para transformar a natureza necessita somente dos seus próprios músculos e seu próprio cérebro. Pois essa atividade é formada pela união do trabalho manual com o trabalho intelectual. (MARX, 2017, p. 577).

Entretanto, o produto individual ao tornar-se complexo, converte-se em um produto social, porque pertence ao trabalho coletivo. Devido à soma de várias operações e processos diferentes resultarem nesse produto, que perpassa por determinações do trabalho produtivo. Esse que é um trabalho coletivo na transformação da natureza, pertencente à uma relação social de produção. Porém, quando o trabalho coletivo se combina, seus membros tendem à uma maior ou menor distância do manuseio direto do objeto de trabalho. (MARX, 2017, p. 577).

Com isso, o trabalho coletivo perpassa pelo próprio caráter cooperativo do processo de trabalho, o qual amplia o conceito de trabalho produtivo, para o que Marx observava anteriormente:

“Se consideramos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo”. E na nota 7, como complemento: “Essa determinação do trabalho produtivo, tal como ela resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não é de modo nenhum suficiente para ser aplicada ao processo capitalista de produção”. (MARX, 2017, p. 577).

E quando a sociedade se torna complexa a compreensão do conceito de trabalho produtivo se estreita em relação ao trabalho coletivo:

Para trabalhar produtivamente, já não é mais necessário fazê-lo com suas próprias mãos; basta, agora, ser um órgão do trabalhador coletivo, executar qualquer uma de suas subfunções. A definição original do trabalho produtivo citada mais acima, derivada da própria natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em seu conjunto. Mas já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente. Por outro lado, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 2017, p. 578).

E acrescenta:

Assim, o conceito de trabalho produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que coloca no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2017, p. 578).

Deste modo, Marx observa que o trabalhador produtivo torna-se um órgão do trabalho coletivo, que executa uma subfunção em relação ao trabalho social total. Assim, o pensador alemão define o trabalho produtivo em um primeiro momento como a atividade que transforma a natureza em produção material do trabalho coletivo. Porém, no modo de produção capitalista esse trabalho produtivo é aquele que produz valor ao capital (questão que não entraremos neste momento devido ao recorte da pesquisa). Com isso, Marx salienta que o trabalho produtivo não seria apenas aquele que o trabalhador transforma a natureza para chegar ao seu produto do trabalho, mas um trabalho que está inserido numa relação social de produção que é parte de um processo histórico determinado, em uma força produtiva do trabalho social na realização do produto total.

Esta força produtiva do trabalho social pertence ao processo de reprodução, pois, percebe-se que uma sociedade não pode deixar de produzir e consumir, sendo isto um ciclo de interdependência, um processo que sempre está em repetição. Sendo assim, o processo de reprodução está simultaneamente ligado ao processo social de produção, como uma unidade para as condições das sociedades existirem nas suas relações sociais, pois, os produtos para serem consumidos perpassam pelas esferas da produção e da circulação. Isto se torna o próprio processo de reprodução para satisfazer as necessidades da vida social.

Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim, como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução.

As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem reconverter continuamente uma parte de seus produtos em meios de produção ou elementos da nova produção. Mantendo-se iguais as demais circunstâncias, essa sociedade só pode reproduzir ou conservar sua riqueza na mesma escala se substitui os meios de produção *in natura* – isto é, os meios de trabalho, matérias-primas e matérias auxiliares consumidas, por exemplo, durante um ano – por uma quantidade igual de exemplares novos, separados da massa anual de produtos e incorporados novamente ao processo de produção. Uma quantidade determinada do produto anual pertence, pois, à produção. Destinada desde o início ao consumo produtivo, tal quantidade existe, em grande parte, sob formas naturais que excluem por si mesmas o consumo individual. (MARX, 2017, p. 641).

Portanto, para Marx, as condições da produção são inerentes às condições de reprodução, pois a sociedade não pode produzir sem se reproduzir, ou seja, sem converter uma parcela dos produtos, que foram gerados pelo processo de produção, em meios de produção ou para um novo ciclo produtivo. Então, o pensador alemão observa que, desde o início, o consumo individual pode ser consumo produtivo, pois visa a produção e reprodução do produto para a manutenção da sociedade e da própria vida material. Sendo assim, “o trabalhador necessita para sua autoconservação e reprodução, e que ele mesmo tem sempre de produzir e reproduzir em todos os sistemas de produção social” (MARX, 2017, p. 643).

Desta forma, Marx (2017, p. 643) salienta que, para o trabalhador manter sua autoconservação e reprodução, necessita incorporar trabalho nos meios de subsistência para a produção social, ou seja, precisa de meios de subsistência e meios de produção para objetivar trabalho e reproduzir sua vida.

Com isso, para ocorrer a reprodução deve haver o consumo, pois, para produzir tem que se consumir, e para consumir tem que se produzir. Deste modo, na produção e pelo trabalho, se consome os meios de subsistência e os meios de produção para realizar o produto.

O trabalho consome seus elementos materiais, seu objeto e seu meio; ele os devora e é, assim, processo de consumo. Esse consumo produtivo se diferencia do consumo individual pelo fato de que este último consome os produtos como meio de subsistência do indivíduo vivo, ao passo que o primeiro os consome como meios de subsistência do trabalho, da força ativa de trabalho do indivíduo. O produto do consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, mas o resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor. (MARX, 2017, p. 261).

Este consumo do trabalhador pode ser produtivo ou individual. Quando esse trabalhador consome para ocorrer o processo de produção este consumo se torna consumo produtivo, para manter a força de trabalho ativa para a produção. E quando este consumo é para si mesmo ou sua subsistência, este consumo se torna consumo individual, ou seja, consumo para satisfazer as necessidades do próprio trabalhador através dos produtos. Portanto, Marx divide o consumo do trabalhador em consumo produtivo e consumo individual.

O consumo produtivo e o consumo individual do trabalhador diferem, portanto, inteiramente. No primeiro, o trabalhador atua como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, ele pertence a si mesmo e executa funções vitais à margem do processo de produção. O resultado de um é a vida do capitalista, o do outro é a vida do próprio trabalhador. (MARX, 2017, p. 646).

E continua:

[...] o trabalhador é frequentemente forçado a converter seu consumo individual em mero incidente do processo de produção. Nesse caso, ele se abastece de meios de subsistência para manter sua força de trabalho em funcionamento, do mesmo modo como se abastece de carvão e água a máquina a vapor e de óleo a roda. Seus meios de consumo são, então, simples meios de um meio de produção, e seu consumo individual é consumo imediatamente produtivo. (MARX, 2017, p. 646).

Assim, Marx diferencia essas formas de consumo, pois o consumo produtivo é quando o trabalhador reproduz o próprio capital e mantém o modo de produção capitalista. E o consumo individual seria aquele em que o trabalhador consome para si mesmo e repõem suas forças vitais. Perante isso, para repor suas forças vitais, o trabalhador, em seu consumo individual, necessita consumir meios de subsistência e meios de produção. Através disso, o consumo individual se transforma em consumo produtivo.

Deste modo, para o capital, o consumo produtivo é consumo individual para o trabalhador reproduzir o próprio capital, em contraponto, quando o trabalhador consome para si mesmo este consumo se torna improdutivo. Como Marx explica:

É por isso que o capitalista e seu ideólogo, o economista político, entendem como produtiva apenas a parte do consumo individual do trabalhador exigida para a perpetuação da classe trabalhadora, isto é, aquela parte que, de fato, tem de ser consumida para que o capital consuma a força de trabalho; tudo o que, além dessa parte, o trabalhador possa consumir para seu próprio prazer é consumo improdutivo. (MARX, 2017, p. 647).

E acrescenta:

De fato: o consumo individual do trabalhador é improdutivo para ele mesmo, posto que apenas reproduz o indivíduo necessitado, e é produtivo para o capitalista e para o Estado, pois é produção da força produtora da riqueza alheia.

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora, mesmo à margem do processo imediato de trabalho, é um acessório do capital tanto quanto é o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, não é mais do que um momento do processo de reprodução do capital. (MARX, 2017, p. 648).

Desta forma, Marx faz uma crítica ao capitalista e ao seu ideólogo (o economista vulgar) que compreendem o consumo produtivo da classe trabalhadora somente como consumo individual, como força de trabalho para consumo do capital. Porém, o pensador alemão observa que o consumo do próprio trabalhador é improdutivo ao capital, ou seja, o consumo improdutivo do trabalhador, para este, é aquele consumo que somente satisfaz suas necessidades vitais. Sendo assim, o processo de reprodução se desenvolve em numa relação entre consumir e produzir para satisfazer as necessidades da sociedade em sua totalidade. Assim, independente da forma de sociedade, para satisfazer as necessidades da vida material, o ser humano no processo do trabalho social, o consumo e a produção tornam-se um processo de reprodução das condições materiais.

Portanto, para Marx, o processo de trabalho é social e combinado, tendo caráter coletivo em cooperação, que forma uma força produtiva da soma de várias jornadas de trabalho ou tempo de trabalho, para a ação coletiva do ser humano na busca por transformar a natureza em objetos úteis, que aumentam a produtividade e reduzem o tempo de produção. Porém, para que exista uma organização do trabalho, ocorre uma divisão social do trabalho, em que sujeitos particulares vão se diferenciar entre as diversas esferas de produção, mas que pertencem a uma produção social total, que para satisfazer as necessidades do consumo é preciso que essas mercadorias sejam sempre reproduzidas, e transformem uma parte de seus produtos em meios de produção para um novo ciclo de produtos. E para consolidar a divisão social do trabalho, os sujeitos necessitam levar aquilo que eles produzem para ser trocado, e para ocorrer a troca entre esses objetos, os produtores necessitam trocar os produtos que não necessitam por produtos que necessitam, resultando na produção e reprodução total de mercadorias para satisfazer o consumo da sociedade, surgindo o processo de troca e a circulação de mercadoria, para distribuir essa produção e satisfazer esse consumo.

#### 5.4 Processo de troca e circulação simples

Neste item, vamos compreender o que é processo de troca e circulação simples para Marx, utilizando os capítulos 2 e 4 do Livro 1 da obra *O Capital*, e entender como estes elementos se apresentam na relação com a categoria trabalho. Para começar a explicar o que seria a troca, Marx exerce uma crítica ao idealismo e ao liberalismo, mostrando que o processo de troca é realizado pela ação do ser humano, e não como algo da própria natureza da mercadoria. Com isso, salienta o pensador alemão:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo desta relação jurídica ou volitiva é dada pela própria relação econômica. Aqui, as pessoas existem uma para as outras apenas como representantes da mercadoria e, por conseguinte, como possuidoras de mercadorias. Na sequência de nossa exposição, veremos que as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, e que as pessoas se defrontam umas com as outras como suportes dessas relações. (MARX, 2017, p. 160).

Marx, mostra que as mercadorias são coisas que contém trabalho humano, ou seja, as mercadorias são criações humanas e não possuem vida própria. Devido a isso, quem exerce a troca de mercadorias é o próprio ser humano. Deste modo, quando o ser humano exerce a troca, se aliena da mercadoria que produziu para obter uma mercadoria que necessita, porém, esta alienação tem que ocorrer em concordância com a vontade do outro, que vai exercer a troca, pois troca-se aquilo que produzimos por aquilo que necessitamos, em ambos os lados da troca, ou seja, estabelecemos relações de troca na qual os trocadores se reconhecem como proprietários privados.

Neste processo de troca, as pessoas se apresentam umas às outras somente como possuidores de mercadorias, no qual essas relações econômicas se personificam nestas relações de troca, que é legitimado por um aparato jurídico, na forma de contrato, entre duas pessoas com vontades livres. Com isso, nas relações econômicas as pessoas se apresentam de acordo

com a divisão do trabalho que está inserida na sociedade e como representantes das mercadorias que possuem. (MARX, 2017, p.160).

Porém, a mercadoria se diferencia de quem a possui, quando é posta em relação a qualquer outro corpo-mercadoria, na qual se manifesta o seu próprio valor, pois as mercadorias nascem para serem trocadas. E quem produz a mercadoria tem um destino pensado para ela. Por isso, o produtor leva essa mercadoria para o mercado, pois esta vai possuir um valor de uso para outro, portanto, para o produtor, a mercadoria se realiza para ser um meio de troca.

Assim, o produtor tem que se alienar da mercadoria que produz, pois, a mercadoria nasce para mudar de mãos e realizarem seu valor. Na troca é que a mercadoria possui um valor, antes mesmo de possuir um valor de uso. Devido a isso, a mercadoria para ser trocada tem que conter valor de uso para que alguém queira essa mercadoria, tendo que ter trabalho concreto despendido nessa mercadoria, que seja uma forma útil para outra pessoa. (MARX, 2017, p.160).

Portanto, todo possuidor de mercadoria quer alienar a mercadoria que produz de sua posse, para que esta seja trocada por outra mercadoria que satisfaça a sua necessidade, sendo a troca neste caso um “processo individual”. Porém, quando a mercadoria se realiza como valor, independentemente do valor de uso, a troca, neste caso, torna-se um “processo social geral”, que abrange uma relação mais complexa entre os possuidores de mercadorias. (MARX, 2017, p. 161).

Deste modo, o possuidor de mercadoria, na troca como “processo individual”, considera a mercadoria alheia como equivalente particular de sua mercadoria, e a sua mercadoria como equivalente universal de outras. Porém, todos os outros possuidores consideram suas mercadorias como equivalente universal também, isso faz com que nenhuma mercadoria seja equivalente universal, por isso, elas não se confrontam como mercadorias, somente como produtos que possuem valor de uso. Assim, os possuidores somente relacionam as suas mercadorias como valores com uma terceira mercadoria que seja equivalente universal. (MARX, 2017, p.161).

Mas somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal. A ação social de todas as outras mercadorias exclui uma mercadoria determinada, na qual todas elas expressam universalmente seu valor. Assim, a forma natural dessa mercadoria se converte em forma de equivalente socialmente válida. Ser equivalente universal torna-se, por meio do processo social, a função especificamente social da mercadoria excluída. E assim ela se torna – dinheiro. (MARX, 2017, p.161).

Portanto, devido ao processo social, essa mercadoria escolhida se converte em forma de equivalente geral socialmente válido, em que, determinou sua função e excluiu as outras mercadorias de serem esse equivalente universal. Essa mercadoria socialmente válida como equivalente universal torna-se o dinheiro. Sendo o dinheiro necessário no processo de troca, pois, é através do dinheiro que, permite com que os diferentes produtos do trabalho sejam equiparados e transformados em mercadorias. No desenvolvimento histórico da troca está presente a relação de oposição entre valor de uso e valor, na natureza da mercadoria. Com isso, o processo de troca se torna uma relação de metamorfose dos produtos do trabalho em mercadoria, e da mercadoria em dinheiro. (MARX, 2017, p. 162).

Desta forma, a troca direta de produtos pode expressar, ou não expressar, a forma simples do valor. Para isso, Marx utiliza o exemplo: “X mercadoria A = Y mercadoria B”, pois a troca direta entre os produtores se apresentam na forma de “X objeto de uso A = Y objeto de uso B”. Com isso, o pensador alemão salienta que “A” e “B” não são mercadorias, mas tornam-se mercadorias no processo de troca, pois o objeto de uso pode ser valor por meio de sua própria existência, como quantidade de valor de uso que excede a necessidade imediata do seu produtor. Tornando-se algo exteriorizado para seu possuidor. Portanto, os possuidores de mercadorias têm que se confrontar como proprietários privados de coisas alienáveis, em que sejam independentes entre si. (MARX, 2017, p. 162).

Diante disso, Marx, observa que essa relação de troca dos possuidores de mercadorias não existe com os membros de uma comunidade natural-espontânea, como, por exemplo, as formas de uma família patriarcal, uma comunidade indiana comunal ou um Estado inca. Entretanto, a troca de mercadoria ocorre no fim dessas formas de sociedade, quando essas comunidades entram em contato com membros de comunidades estrangeiras. Este encontro faz com que esses objetos de uso estrangeiros, ao ocorrer o processo de troca, vão se tornando aos poucos necessários na comunidade. E, ao momento que essa troca se torna uma constante repetição, isso se transforma em um “processo social regular”, no qual, ao longo do tempo, a produção de uma parcela dos produtos da comunidade vai ter seu destino para troca.

A partir disso, a comunidade começa a separar a produção do trabalho entre aquilo que é necessidade imediata e aquilo que é para a troca. Isso resulta na separação entre o valor de uso e o valor de troca, em que essa relação quantitativa da troca se torna uma dependência de sua própria produção, com o costume para fixar nas mercadorias a grandeza de valor, que é a quantidade de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário. (MARX, 2017, p.163).

Vemos, portanto, que quando ocorre a troca direta de produtos, a mercadoria possui duas funções, para o seu possuidor é meio de troca, e para o seu não possuidor, quando possui

valor de uso, é equivalente. Deste modo, quando na circulação os proprietários de mercadoria se confrontam entre seus artigos de troca, para serem trocados por artigos diferentes, esses artigos vão ser comprados e vendidos por valores de uma terceira mercadoria, que serve de equivalente universal de um processo social. Essa terceira mercadoria, que tomou forma de equivalente universal, nasce de um contrato social, no qual legitima a mercadoria para tal função, e com o desenvolvimento do processo de troca, se fixa como forma-dinheiro. (MARX, 2017, p. 163).

Segundo Marx, os primeiros que desenvolvem a forma-dinheiro foram os povos nômades, pois o modo de vida deles, os colocam em contato com comunidades estrangeiras para exercer a troca de produtos, e por estarem em movimento, seus bens se encontram na forma móvel e diretamente alienável. Quando a forma-dinheiro se fixa nos produtos de uma comunidade, este produto se torna o que o grupo elege como o mais importante vindo das comunidades estrangeiras, sendo as formas naturais-espontâneas da expressão do valor de troca os produtos domésticos, como foi em muitas comunidades, por exemplo, o caso do gado, que era um objeto de uso de suma importância da propriedade doméstica alienável. Porém, isso não ocorre com o solo, que somente se torna mercadoria no século XVII, devido aos processos das revoluções burguesas. (MARX, 2017, p. 163).

Conforme a troca se desenvolve, se dissolvem as mercadorias locais, e se expandem para outros territórios os valores das mercadorias, em materialidade do trabalho humano. Essas mercadorias vão encarnando a forma-dinheiro para ter a função social de equivalente universal, muitas vezes representadas pelos metais preciosos. (MARX, 2017, p. 164).

Desta forma, Marx mostra que o ouro e a prata servem como dinheiro, por possuir propriedades para tal, porém, o ouro e a prata são representações da mercadoria-dinheiro, mas não são dinheiro em si.

Ora, que “o ouro e a prata não sejam, por natureza, dinheiro, embora o dinheiro seja, por natureza, de ouro e prata” demonstra uma harmonia entre suas propriedades naturais e suas funções. Até aqui, no entanto, conhecemos apenas a função do dinheiro de servir como forma de manifestação do valor das mercadorias ou como o material no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente. A forma adequada de manifestação do valor ou da materialidade do trabalho humano abstrato – e, portanto, igual – só pode ser encontrada numa matéria cujos exemplares possuam todos a mesma qualidade uniforme. Por outro lado, como a diferença das grandezas de valor é puramente quantitativa, a mercadoria-dinheiro tem de ser capaz de expressar diferenças puramente quantitativas, podendo ser dividida e ter suas partes novamente reunidas como se queira. O ouro e a prata possuem essas propriedades por natureza. (MARX, 2017, p. 164).

Para Marx, o dinheiro possui a função de expressar o valor das mercadorias ou a forma material para manifestar a grandeza de valor das mercadorias socialmente, sendo a materialidade do trabalho abstrato, no qual os artigos possuem a mesma qualidade igualitária. Porém, em oposição a isso, quando a grandeza de valor é quantitativa, o dinheiro tem que expressar as diferentes quantidades, tendo que ser essa forma de mercadoria-dinheiro divisível, para que possa ser uma medida de valor universal. Já o ouro e a prata atendem essas propriedades para serem dinheiro e medir todas as mercadorias, por serem mercadorias com propriedades divisíveis perante todas as medidas de valor.

Quando Marx (2017, p. 164) pensa no valor de uso da mercadoria-dinheiro, mostra que esse valor de uso é duplicado. Como no exemplo do ouro, este pode ser matéria-prima para artigos de luxo ou ser a forma de equivalente geral. Assim, o dinheiro é uma mercadoria particular ou uma mercadoria universal, que faz relações com todas as outras mercadorias.

A primeira função do ouro é de fornecer ao mundo das mercadorias o material de sua expressão de valor ou de representar os valores das mercadorias como grandezas de mesmo denominador, qualitativamente iguais e quantitativamente comparáveis. Deste modo, ele funciona como medida universal dos valores, sendo apenas por meio dessa função que o ouro, a mercadoria-equivalente específica, torna-se, inicialmente, dinheiro. As mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro. Ao contrário, é pelo fato de todas as mercadorias, como valores, serem trabalho humano objetivado e, assim, serem por si mesmas, comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em sua medida comum de valor, isto é, em dinheiro. O dinheiro como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho. (MARX, 2017 p. 169).

Assim, Marx observa que, no processo de troca e circulação de mercadorias ocorre sempre o câmbio entre mercadoria e dinheiro. Sendo o ouro equivalente geral para a medida material dos valores, para expressar a grandeza do valor entre todas as mercadorias, e permitir sua troca, dando para este a função de dinheiro. Deste modo, não é o dinheiro que compra as mercadorias, mas por todas as mercadorias serem trabalho humano objetivado, é que se pode trocá-las por dinheiro. Sendo assim, o dinheiro é a manifestação do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário, que se torna a medida do valor entre todas as mercadorias.

E devido a esse processo de troca, a mercadoria se transforma em dinheiro, que pode medir o valor entre todas as mercadorias. Porém, esse valor é medido de forma relativa à outra mercadoria, pois o valor é determinado pelo tempo de trabalho da produção igualada por uma mercadoria que foi incorporada a mesma quantidade de tempo de trabalho. Essa grandeza

relativa do valor é determinada pela produção e se expressa na troca direta, portanto, na circulação, o valor do dinheiro já está pré-determinado, e se manifesta como o preço da mercadoria. Sendo assim, o dinheiro não é vivo em si, somente expressa as formas das relações humanas de troca, na qual a mercadoria como valor contém trabalho humano despendido. (MARX, 2017, p. 165-167).

Agora, nos restringindo à compreensão da circulação simples, Marx, no capítulo 4 do Livro 1 de O Capital, salienta que a forma imediata da circulação de mercadoria é M-D-M, ou seja, quando se troca a mercadoria por dinheiro e o dinheiro como mercadoria. Percebe-se nessa circulação simples algo inerente em diversas formas de organizações sociais, em que não estão presentes na acumulação de capital, que consiste na fórmula D-M-D'. Na circulação simples, quando se realiza a troca de mercadoria, não busca efetivar a acumulação de capital para os possuidores de mercadoria, mas somente satisfazer suas necessidades. Embora essa forma de circulação simples também se expressa no modo de produção capitalista.

Marx (2017, p. 225) observa que o processo de troca ocorre quando as comunidades entram em contato com comunidades estrangeiras. Os produtos que eram produzidos somente para as necessidades do grupo, agora vão se transformar em mercadoria, para serem trocadas com grupos estrangeiros e atender novas necessidades. Sendo trocado somente o excedente desta produção, esta circulação se configura como circulação simples. Devido a isso, compreendemos a circulação simples e sua relação com a categoria trabalho.

A circulação simples se expressa na forma de M-D-M, que é quando o vendedor de mercadoria recebe dinheiro pela sua mercadoria, para repassar esse dinheiro e comprar outra mercadoria, que satisfaça sua necessidade. Então, esse processo inicia com o recebimento de dinheiro em troca de mercadoria, e conclui-se com o dinheiro sendo trocado por outra mercadoria novamente. (MARX, 2017, p. 225).

Essa circulação simples é inversa da forma D-M-D, na qual com dinheiro se compra mercadoria para adquirir mais dinheiro. Com isso, percebe-se que na circulação simples a mudança de mãos da mercadoria é definitiva. Deste modo, o ciclo M-D-M, quando concluído, atinge a necessidade do produtor. O ciclo D-M-D, inversamente tem sua necessidade para a repetição e tendo sempre o dinheiro como fim para as necessidades de gerar mais dinheiro. (MARX, 2017, p. 225).

No ciclo M-D-M, quando o produtor vende sua mercadoria e troca por dinheiro, logo, ele utiliza esse dinheiro para comprar uma mercadoria que satisfaça sua necessidade. Para exemplificar este ciclo M-D-M, Marx explica:

Se vendo 1 *quarter* de cereal por £3 e com essa quantia compro roupas, as £3 estão definitivamente gastas para mim. Não tenho mais nenhuma relação com elas. Elas agora pertencem ao comerciante de roupas. Ora, se vendo mais 1 *quarter* de cereal, então o dinheiro retorna para mim, mas não em consequência da primeira transação, e sim apenas de sua repetição. E ele volta a se separar de mim assim que completo a segunda transição e volto a comprar. Na circulação M-D-M, portanto, o gasto do dinheiro não tem nenhuma relação com seu refluxo. (MARX, 2017, p. 226).

Para Marx, o ciclo M-D-M se inicia do extremo de uma mercadoria e tem sua finalização no extremo de outra mercadoria. Com isso, observa-se que, esse ciclo busca como fim último o valor de uso para a satisfação das necessidades.

Essa circulação simples de mercadorias (M-D-M) tem em seus dois extremos a mesma forma econômica, que são ambas as mercadorias (M-M), na qual essas mercadorias possuem a mesma grandeza de valor, com valores de uso qualitativamente distintos. Como, no exemplo, em que Marx salientou entre o cereal e as roupas (M-M). Portanto, a troca de produtos na circulação simples é movimentada pela variação material, que constitui o trabalho social. (MARX, 2017, p. 226).

Desta forma, o ciclo M-D-M também pode ser grandeza de valor quantitativamente distintos. No exemplo, novamente, entre o cereal e as roupas, em que o camponês vende o cereal acima do valor ou compra roupas abaixo do valor. Sendo, a diferença do valor entre o cereal e as roupas acidental, pois a equivalência entre seus valores é a condição necessária para o curso da troca. (MARX, 2017, p. 227).

Portanto, para Marx (2017, p. 227-228), a renovação da circulação simples, em que seu ciclo M-D-M, no qual consiste na venda para a compra, tem sua finitude fora da esfera da circulação, pois sua finalidade se dá na esfera do consumo, ou seja, na apropriação de valores de uso para satisfação de determinadas necessidades.

Sendo assim, Marx (2017, p. 230) observa que o valor das mercadorias na circulação simples representa uma substância em processo, de forma independente, em relação ao valor de uso, na qual dinheiro e mercadoria são somente formas para ocorrer a troca.

Deste modo, o que define a circulação simples é o processo de venda para compra, pois como simples possuidores de mercadoria, o sujeito vende sua mercadoria para “B” e compra a mercadoria de “A”. Porém, para os negociantes não existe distinção entre “A” e “B”, por serem compradores ou vendedores. Sendo que estes sujeitos “A” e “B” se apresentam como simples possuidores de mercadoria ou simples possuidores de dinheiro, e ao fazer a transição, estes sujeitos se tornam vendedor ou comprador, usando mercadoria ou dinheiro para exercer a troca.

Nesta forma de circulação simples, a relação com “A” não interfere na relação com “B”, pois são trocas independentes. Mesmo “A” trocando diretamente com “B” e invertendo as relações de troca, não estão fora da esfera da circulação simples. (MARX, 2017, p. 231-232).

A forma em que o processo de circulação se apresenta é na forma de troca de mercadorias. E, essa troca, ocorre por dois possuidores de mercadorias, que ao trocar suas mercadorias, essas possuem quantidades de valores iguais, na qual uma mercadoria anula à outra mercadoria. E para igualar essas mercadorias, se utiliza o dinheiro, como uma terceira mercadoria, pois, o dinheiro expressa a medida do valor das mercadorias em quantidade. Tendo o dinheiro como intermediário entre as mercadorias para expressar a igualdade entre elas. (MARX, 2017, p. 232).

Quando ocorre o processo de troca, ambas as partes querem ganhar, trocando a mercadoria que produz, por uma outra mercadoria que possui um valor de uso para si, não sendo somente essa vantagem. Com isso, quando ocorre a troca entre valores de uso, ambas as partes ganham, pois, a troca ocorre para satisfazer a necessidade de todas as partes. (MARX, 2017, p. 232).

Com isso, se o dinheiro é utilizado como meio de circulação entre as mercadorias, as trocas entre essas mercadorias vão possuir o mesmo equivalente de valor, no qual esses valores expressados entre as mercadorias representam uma forma monetária. Assim, o que ocorre nessa troca é uma mudança na forma-mercadoria para a forma-dinheiro. (MARX, 2017, p. 233). Como Marx explica:

Considerado abstratamente, isto é, abstraindo das circunstâncias que não decorrem imediatamente das leis da circulação simples de mercadorias, o que ocorre na troca – além da substituição de um valor de uso por outro – não é mais do que uma metamorfose, uma mera mudança de forma da mercadoria. O mesmo valor, *i.e.*, a mesma quantidade de trabalho social objetivado permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadorias, primeiramente como sua própria mercadoria, em seguida como dinheiro pelo qual ela foi trocada e por fim, como mercadoria que ele compra com esse dinheiro. Essa mudança de forma não implica qualquer alteração na grandeza do valor, mas a mudança que o valor da mercadoria sofre nesse processo é limitada a uma mudança em sua forma-dinheiro. Ela existe, primeiramente como preço da mercadoria à venda; em seguida, como uma quantia de dinheiro que, no entanto, já estava expressa no preço; por fim, como preço de uma mercadoria equivalente. Essa mudança de forma implica, em si mesma, tão pouco uma alteração na grandeza do valor [...] (MARX, 2017, p. 233).

Para Marx, quando ocorre a troca de mercadorias, estas possuem a mesma quantidade de trabalho social objetivado, resultando numa troca equivalente, que ocorre em três momentos.

Primeiro momento, quando o sujeito aliena de seu produto e o torna mercadoria, e o segundo momento, pelo dinheiro, que essa mercadoria foi trocada, e por fim, quando esse dinheiro é trocado pela mercadoria, que o sujeito necessita (M-D-M). Portanto, o pensador alemão, identifica que, essa mudança de forma não altera a grandeza do valor das mercadorias, a única alteração que acontece é na forma-mercadoria e na forma-dinheiro.

Deste modo, na esfera da circulação simples de mercadorias, somente ocorre uma troca de mercadoria por dinheiro, sendo esse a representação do tempo de trabalho da mercadoria. Portanto, a troca de valores de uso acontece de forma igualitária. Assim, para o pensador alemão, a troca de mercadorias é uma troca de equivalentes, e, não um meio para aumentar o valor da mercadoria, pois ambas as mercadorias trocadas possuem a mesma quantidade de tempo de trabalho, e isso é que permite à troca entre elas. (MARX, 2017, p. 234).

Desta forma, na circulação simples, as trocas de mercadorias são sempre trocas de equivalentes. Sendo as mercadorias trocadas equivalentes em seu valor, cujo valor lançado no início do processo de circulação será o mesmo valor no final deste processo, pois em sua forma pura, o processo de circulação de mercadorias necessita ser uma troca de equivalentes. Porém, na sociedade em que reina o modo de produção capitalista, a base da troca é a troca de não-equivalente, uma troca desigual, tema que não será tratado neste momento devido ao recorte da pesquisa. (MARX, 2017, p. 235).

No mercado de mercadorias confrontam-se apenas possuidores de mercadorias, e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras não é mais do que o poder de suas mercadorias. A diversidade material das mercadorias é a motivação material para a troca e torna os possuidores de mercadorias dependentes uns dos outros, uma vez que nenhum deles tem em suas mãos objeto de suas próprias necessidades, e que cada um tem em suas mãos objeto da necessidade do outro. Além dessa diversidade material de seus valores de uso, existe apenas mais uma diferença entre as mercadorias: a diferença entre sua forma natural e sua forma modificada, entre a mercadoria e o dinheiro. Assim, os possuidores de mercadorias se distinguem simplesmente como vendedores, possuidores de mercadoria, e compradores, possuidores de dinheiro. (MARX, 2017, p. 235).

Para Marx, o mercado é um lugar no qual os possuidores de mercadorias levam seus produtos para serem trocados, e o que rege essa troca é a diversidade material de valores de uso dessas mercadorias, pois esses possuidores necessitam das mercadorias alheias para manter sua vida e sua produção, e o que esses possuem precisa sempre ser objeto de necessidade do outro. Porém, essas mercadorias possuem diferenças materiais de valor de uso e diferença na sua forma, forma esta que, se apresenta como forma-mercadoria e na circulação pode se apresentar

como forma-dinheiro. Portanto, isso faz com que, no mercado se apresente dois tipos de possuidores de mercadoria: os vendedores, que são os que possuem mercadorias; e os compradores, que são os que possuem dinheiro.

Na circulação, produtores e consumidores se confrontam apenas como vendedores e compradores. Dizer que o mais-valor obtido pelos produtores tem origem no fato de que os consumidores comprem a mercadoria acima de seu valor é apenas mascarar algo que é bastante simples: como vendedor, o possuidor de mercadorias dispõe do privilégio de vender mais caro. O próprio vendedor produziu suas mercadorias ou representa seus produtores, mas também o comprador produziu as mercadorias representadas em seu dinheiro ou representa seus produtores. Assim, um produtor se confronta com outro, e o que os diferencia é que um compra e o outro vende. Que o possuidor de mercadorias, no papel de produtor, vende a mercadoria acima de seu valor e, no papel de consumidor paga mais caro por ela é algo aqui irrelevante. (MARX, 2017, p. 237).

Segundo Marx, se o mais-valor fosse do aumento nominal dos preços ou um privilégio de quem vende as mercadorias mais caro, isso resultaria em uma sociedade ideal, que teria apenas uma classe social, que compra sem vender, e outra classe social, que somente consome sem produzir (não enfatizaremos a problemática do mais-valor devido ao recorte da pesquisa). Para o pensador alemão isso não é possível na circulação simples, pois nesta forma de circulação a troca será uma troca de equivalente. E, logo, Marx conclui que:

Pode-se virar e revirar como se queira, e o resultado será o mesmo. Da troca de equivalentes não resulta mais-valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum. (MARX, 2017, p. 238).

Então, para Marx, na esfera da circulação simples, a troca de mercadoria sempre será igual, que ocorre uma troca de mercadoria por valores de uso diferentes. Portanto, para o pensador alemão, na circulação simples o dinheiro não se transforma em capital, pois os produtores e os consumidores são somente vendedores e compradores. Portanto, o processo de troca e a circulação simples são partes do processo social de produção e de reprodução, com relações sociais determinadas em que ocorre a produção e distribuição das mercadorias. Sendo esta a relação com a categoria trabalho, pois esta troca de equivalente na circulação simples demonstra o câmbio entre a quantidade de tempo de trabalho expresso entre a troca de mercadorias.

## 5.5 Relação social de produção

Para compreender a categoria trabalho na relação social de produção, vamos entender como Marx observa a relação social de produção e sua relação com o caráter fetichista da mercadoria e qual a relação com a categoria trabalho, utilizamos o item 4 do capítulo 1 e o item 3 do capítulo 4 do Livro 1 de O Capital.

Marx, para explicar o que é relação social de produção, busca fazer uma analogia da satisfação das necessidades humanas com a história de Robinson Crusóe em seu naufrágio numa ilha. Quando Robinson naufraga com seu barco em uma ilha, ele tem que satisfazer suas necessidades para sua existência material, para isso, realiza trabalhos úteis de diferentes tipos. Robinson faz ferramentas, fabrica móveis, domestica animais, caça, pesca, entre outras atividades. Ao exercer várias atividades, que são funções produtivas, tem a consciência de que ele próprio produz diferentes coisas, ou seja, distintas formas de trabalho humano. Com isso, a necessidade faz com que o tempo de trabalho do Robinson seja dividido para a execução das diferentes atividades, pois cada tipo de atividade requer um dispêndio de tempo maior ou menor, dependendo do seu grau de complexidade, tendo que ser este trabalho uma superação para alcançar um efeito útil. (MARX, 2017, p. 151).

Antes de começar seu processo de produção, Robinson contabiliza o tempo de trabalho que em média levará para produzir quantidades de diferentes produtos. Sendo as relações entre Robinson e as coisas, em que ele produz e são criadas, como forma de sua riqueza, logo, nessas coisas estão contidas tempo de trabalho. Com esse exemplo, Marx nos mostra que todos os produtos são atividades humanas para satisfazer necessidades da vida material e, que ao serem produzidos, esses produtos possuem um valor, que é o dispêndio de energia da quantidade de tempo de trabalho humano em que foi utilizado para realizar o produto. (MARX, 2017, p. 152).

Após o exemplo de Robinson Crusóe, Marx observa a Idade Média em sua relação de produção, na qual apresenta relações pessoais de dependência dos servos e dos senhores feudais nas relações sociais de produção material. Sendo essas relações de dependência da terra a base social, em que essa terra pertencia ao senhor feudal.

Na organização do trabalho na forma de servidão, os camponeses arrendavam a terra do senhor feudal para o cultivo, tendo obrigações para este senhor, no qual esse camponês criava uma parcela da produção para si e outra parcela, denominada corveia, para o senhor feudal. Com isso, quando se cobrava a corveia, esta era medida pelo tempo de trabalho na produção de mercadorias e serviços prestados, na qual o servo despende uma quantidade determinada de seu tempo de trabalho para o senhor feudal. Assim, na Idade Média, em que o modo de produção

era o feudalismo, as relações sociais de trabalho se apresentam como relações políticas, visto que os servos estavam ligados diretamente a gleba. (MARX, 2017, p. 152).

Para compreender o trabalho coletivo nas relações de produção, Marx utiliza o exemplo da indústria rural e patriarcal de uma família camponesa, que busca seu próprio sustento, produzindo cereais, gado, fios, linho e roupas. Esses artefatos produzidos em família não se apresentam como mercadorias, pois são trabalhos de diferentes formas, como, por exemplo, a lavoura, a pecuária, a fiação, a tecelagem e a alfaiataria, para o próprio sustento da família.

De essas funções sociais aparecem como uma própria divisão natural-espontânea do trabalho, em que dividem o trabalho e organizam suas funções por sexo e idade, condições naturais do trabalho e estação do ano. Essa divisão do trabalho na família regula a distribuição e o tempo de trabalho entre as pessoas pertencentes à própria família. Sendo que, a soma dos membros da família une o dispêndio das forças individuais de trabalho que é medido pelo tempo de trabalho das atividades realizadas, isso aparece como uma determinação social dos familiares, em que cada indivíduo é um órgão do trabalho coletivo da família.

Assim, a família, para Marx, é uma divisão natural-espontânea do trabalho, que necessita do trabalho total de seus membros para satisfazer as necessidades de todos, sendo os vários tipos de trabalho distribuídos entre todos. Portanto, para o pensador alemão, a família é um conjunto de pessoas que em suas relações sociais produzem aquilo que é necessário para satisfação das necessidades. Visto que, cada qual exerce uma função e depois esse trabalho total é somado e distribuído entre os membros da família. (MARX, 2017, p. 153).

Marx faz um caminho para compreender as diversas formas de relações sociais de produção, no qual passa pelo exemplo de um trabalho realizado por um único indivíduo, que distribui seu próprio tempo de trabalho para conseguir realizar todas as atividades e produzir seus próprios objetos úteis. E depois passa pela relação de dependência entre o senhor feudal e o servo, em que o servo cede uma parte de seu tempo de trabalho para o senhor feudal. No exemplo da indústria rural e patriarcal do trabalho coletivo da família, o tempo de trabalho é somado para satisfazer as necessidades de todos. Marx chega ao exemplo imaginário de uma associação de trabalhadores livres com meios de produção coletivos:

Por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalhem com meios de produção coletivos e que conscientemente despendam suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. Todas as determinações do trabalho de Robinson reaparecem aqui, mas agora como determinações sociais, e não mais individuais. Todos os produtos de Robinson eram seus produtos pessoais exclusivos e, por isso, imediatamente objetos de uso para ele. O produto total da associação é um produto social, e parte desse

produto serve, por sua vez, como meio de produção. Ela permanece social, mas outra parte é consumida como meios de subsistência pelos membros da associação, o que faz com que tenha de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição será diferente de acordo com o tipo peculiar do próprio organismo social de produção e o correspondente grau histórico de desenvolvimento dos produtores. Apenas para traçar um paralelo com a produção de mercadoria, suponhamos que a cota de cada produtor nos meios de subsistência seja determinada por seu tempo de trabalho, que, assim, desempenharia um duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a correta proporção das diversas funções de trabalho de acordo com as diferentes necessidades. Por outro lado, o tempo de trabalho serve simultaneamente de medida da cota individual dos produtores no trabalho comum e, desse modo, também na parte a ser individualmente consumida do produto coletivo. As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho permanecem aqui transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição. (MARX, 2017, p. 153).

Marx, ao elaborar a abstração de uma associação de trabalhadores livres, salienta vários elementos do processo de trabalho e produção que são determinados por relações sociais. Ele parte do pressuposto de essa associação possuir meios de produção coletivos e que os associados unem suas forças de trabalho individual de forma consciente para formar uma única força social de trabalho como força produtiva. Com isso, os produtos produzidos por essa força social de trabalho, ou seja, este produto total torna-se um produto social.

Entretanto, esse produto social possui duas funções na associação, uma parcela é para reutilizar como meio de produção, e a outra parcela é para ser consumida como meios de subsistência, que é distribuída conforme as necessidades particulares entre os membros da associação. Essa distribuição será de acordo com o organismo social de produção e o grau histórico de desenvolvimento dos produtores. Assim, cada produtor recebe uma cota da produção pelo tempo de trabalho que esse despendeu para realizar a produção do produto social.

Deste modo, a distribuição possui um duplo papel, primeiro, quando socialmente planejada, essa distribuição regula os produtos e o trabalho pelas diferentes necessidades. E segundo, o tempo de trabalho, que vai ser a medida da cota individual dos produtos, dos meios de produção comum e do consumo individual do produto coletivo. Com isso, quando se tem a produção e a distribuição planejada das relações sociais entre os trabalhos e os produtos dos produtores, isso se torna um trabalho simples. (MARX, 2017, p. 153).

Podemos observar que o desenvolvimento da produção e distribuição, para o pensador alemão, se faz perante uma economia planificada com meios de produção coletivos, em que os produtos realizados satisfaçam as necessidades de cada produtor particular de acordo com o dispêndio de tempo de trabalho em que esse objetivou na produção, ou seja, toda produção e distribuição pertencem a determinadas relações sociais de produção.

Em oposição a essa forma planejada das relações sociais de produção, Marx apresenta como foi se definindo uma sociedade de produtores de mercadoria, em que as relações sociais de produção têm sua base na troca de produtos como mercadorias, na qual toda mercadoria vai possuir valor, e as relações entre as pessoas se transformam em relações reificadas. Sendo que essa forma social busca uma igualdade entre todos os trabalhos privados. (MARX, 2017, p. 154).

Para Marx, essas sociedades antigas se constituem por um vínculo natural entre os membros de suas próprias comunidades, ou por relações de dominação e de servidão, que são condicionadas devido a um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e por relações sociais limitadas no processo material de produção da vida, na qual essas relações se tornam limitações entre o ser humano e a natureza.

Essa limitação real se reflete idealmente nas antigas religiões naturais e populares. O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer quando as relações cotidianas da vida prática se apresentam diariamente para os próprios homens como relações transparentes e racionais que eles estabelecem entre si e com a natureza. A configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural-espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento. (MARX, 2017, p. 154).

Para Marx, a limitação entre o ser humano e a natureza ocorre na mistificação das relações cotidianas na produção da vida material, pois as reflexões ideais das religiões antigas, em que mistifica as relações de produção, somente desaparecem quando o ser humano compreende de forma transparente e racional sua relação com a natureza. A mistificação do processo material de produção é rompida quando os seres humanos, de forma livremente associados, são produtores conscientes para planejar a forma de como realizam os produtos sociais. Assim, o ser humano em seu desenvolvimento histórico necessita de condições materiais de existência para realizar o produto social, que nesta base material da sociedade se torna algo natural-espontâneo.

Portanto, para o pensador alemão, o processo social de vida consiste na busca do ser humano em sua ação consciente na transformação da natureza para satisfazer suas necessidades, no qual este processo material de produção ocorre por associações livres com meios de produção coletivos. Porém, quando os produtores livres se tornam produtores de mercadorias

essas mercadorias vão possuir valor e grandeza de valor, mistificando suas relações sociais de produção. (MARX, 2017, p. 154).

Deste modo, Marx faz uma crítica à economia política clássica por não compreender como o trabalho se representa no valor e como a grandeza de valor do produto do trabalho é medida pela duração do tempo de trabalho. Sendo para Marx características primordiais para se entender as relações sociais de produção.

Uma das insuficiências fundamentais da economia política clássica está no fato de ela nunca ter conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especificamente, do valor das mercadorias, a forma de valor que o converte precisamente entre valor de troca. Justamente em seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, ela trata a forma de valor como algo totalmente indiferente ou exterior à natureza do próprio valor. A razão disso não está apenas em que a análise da grandeza do valor absorve inteiramente sua atenção. Ela é mais profunda. A forma de valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mas também mais geral do modo burguês de produção, que assim se caracteriza como um tipo particular de produção social e ao mesmo tempo, um tipo histórico. Se tal forma é tomada pela forma natural e eterna da produção social, também se perde de vista necessariamente a especificidade não só da forma de valor, como também da forma-mercadoria e, num estágio mais desenvolvido, da forma-dinheiro, da forma-capital etc. Por isso, dentre os economistas que aceitam plenamente a medida da grandeza de valor pelo tempo de trabalho encontram-se as mais variadas e contraditórias noções do dinheiro, isto é, da forma pronta do equivalente geral. (MARX, 2017, p. 155).

Para Marx (2017, p.157) fica nítido que o valor e a grandeza do valor pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os seres humanos. E que a consciência burguesa não compreende o próprio trabalho produtivo e naturaliza as relações reificadas de produção. Com isso, a consciência burguesa é mistificada pelo fetichismo produzido pelo mundo das mercadorias, em que os economistas burgueses pensam que a taxa de câmbio possui mais matéria natural do que a maneira social determinada de expressar o trabalho incorporado em uma coisa.

Portanto, na sociedade burguesa, a forma-mercadoria é a forma geral e menos desenvolvida da produção, se apresentando em suas relações de troca o caráter fetichista. Esse caráter fetichista nas relações de troca de mercadorias possui uma aparência no processo social, com ilusões do sistema monetário. Sendo neste sistema monetário o ouro e a prata, quando possuem a função de dinheiro, tornam-se coisas naturais com propriedades sociais estranhadas, não demonstrando sua verdadeira relação social de produção. (MARX, 2017, p. 157).

[...] o valor de uso das coisas existe independentemente de suas propriedades materiais, ao contrário de seu valor, que lhes seria inerente como coisas. Para eles, a confirmação disso está na insólita circunstância de que o valor de uso das coisas se realiza para os homens sem a troca, ou seja, na relação imediata entre a coisa e o homem, ao passo que seu valor, ao contrário, só se realiza na troca, isto é, num processo social. (MARX, 2017, p. 158).

Deste modo, Marx observa que a economia política clássica compreende que, independente das propriedades materiais, as coisas possuem valor de uso, porém, a reificação faz, que ela não compreenda que a produção de valor dessas coisas é realizada por um processo de troca determinado por um processo social de produção. Entretanto, Marx explica que as relações sociais de produção vão ser determinadas historicamente e que as categorias econômicas para essa compreensão se consolidam conforme o processo histórico. Tendo essas determinações históricas expressões na realização do produto social e na produção de mercadorias. Como o pensador alemão explica:

Uma coisa, no entanto, é clara: a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadoria, de um lado e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro. Essa não é uma relação histórico-natural, tampouco uma relação social comum a todos os períodos históricos, mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.

Também as categorias econômicas que consideramos anteriormente trazem consigo as marcas da história. Na existência do produto como mercadoria estão presentes determinadas condições históricas, pois, para se tornar mercadoria, o produto não pode ser produzido como meio imediato de subsistência para o próprio produtor. Se tivéssemos avançado em nossa investigação e posto a questão “sob que circunstâncias todos os produtos – ou apenas a maioria deles – assumem a forma da mercadoria?”, teríamos descoberto que isso só ocorre sobre a base de um modo de produção específico, o modo de produção capitalista. No entanto, tal investigação estaria distante da análise da mercadoria. A produção e a circulação de mercadorias podem ocorrer mesmo quando a maior parte dos produtos é destinada à satisfação das necessidades imediatas de seus próprios produtores, não é transformada em mercadoria e, portanto, o valor de troca ainda não dominou o processo de produção em toda sua extensão e profundidade. A apresentação do produto como mercadoria pressupõe uma divisão do trabalho tão desenvolvida na sociedade que a separação entre valor de uso e troca, que tem início no escambo, já tem de estar realizada. No entanto tal grau de desenvolvimento é comum às mais diversas e historicamente variadas formações econômicas da sociedade.

Por outro lado, se considerarmos o dinheiro, vemos que ele pressupõe um estágio definido da troca de mercadorias. As formas específicas do dinheiro, como meio de pagamento, tesouro ou dinheiro mundial, remetem, de acordo com a extensão e a preponderância relativa de uma ou outra função, a estágios muito distintos do processo social de produção. (MARX, 2017, p. 244-245).

Para Marx, nem o trabalho e nem as relações sociais são algo definido por natureza, em que já existem possuidores de dinheiro e mercadoria ou simplesmente possuidores de força de trabalho. As relações sociais existem de forma determinada em cada período histórico, que se constitui devido a um período histórico anterior de revoluções econômicas de distribuição e de produção social. Com isso, toda categoria econômica traz em si determinações históricas anteriores. Como no caso do produto, em que se torna uma mercadoria devido as condições históricas determinadas para atender uma certa necessidade, na qual esse produto, ao ser produzido, não atende a subsistência do próprio produtor e sim de outro.

Devido a isso, a produção e a circulação de mercadoria podem ocorrer mesmo quando é para satisfazer as necessidades imediatas dos produtores. Assim, o produto somente se apresenta como mercadoria quando pressupõe uma divisão social do trabalho desenvolvida, em que já está consolidado na mercadoria o valor de uso e o valor, no qual os possuidores de mercadoria realizam o processo de troca. Esse grau de desenvolvimento, para o pensador alemão, está presente nas mais variadas formações históricas e econômicas da sociedade. (MARX, 2017, p. 244).

Quando se observa o dinheiro nas relações sociais, este já se apresenta como estágio definido para a troca de mercadorias. O dinheiro nos diversos estágios do processo social de produção se mostra de diferentes formas, como, equivalente geral, meio de circulação, meio de pagamento e tesouro mundial. Assim, em uma circulação de mercadorias pouco desenvolvida o dinheiro pode apresentar todas essas formas, pois o dinheiro expressa o valor de todas as mercadorias, mesmo ele sendo uma mercadoria. (MARX, 2017, p. 245).

Deste modo, Marx, ao compreender a mercadoria em sua relação social de produção e distribuição, percebe que uma mercadoria nos apresenta ser uma coisa óbvia, porém, carrega em si muitas metafísicas e teologias. Como o autor explica:

Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos. Quando é valor de uso, nela não há nada de misterioso, seja do ponto de vista de que ela satisfaz necessidades humanas por meio de suas propriedades, seja do ponto de vista de que ela só recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. (MARX, 2017, p. 146)

Essa mercadoria, quando é valor de uso, não possui esse caráter místico, pois somente recebe propriedades como produto do trabalho humano para satisfazer as próprias necessidades humanas, ou seja, o ser humano por meio de sua atividade modifica a forma da matéria natural

e a transforma em um objeto útil. Para exemplificar, Marx salienta que ao incorporar trabalho humano na madeira, essa se transforma em mesa, contudo, a mesa continua sendo madeira, embora modifique sua forma e utilidade, esta continua a ter a madeira como essência. Entretanto, quando este produto se torna mercadoria, este apresenta elementos “suprassensíveis”, que resultam em um caráter místico.

Este caráter místico da mercadoria não surge do seu valor de uso e nem das determinações do valor, pois, em primeiro lugar, os trabalhos concretos e as atividades produtivas são de origens fisiológicas, por constituírem funções do organismo humano, que são dispêndio de cérebro, nervos, músculos e órgãos sensoriais. E, em segundo lugar, se encontra a base da grandeza de valor, que é o dispêndio de quantidades de tempo de trabalho. Assim, a qualidade e a quantidade constituem o trabalho despendido na mercadoria. (MARX, 2017, p. 146).

Dessa maneira, os diferentes estágios do desenvolvimento das relações sociais geram condições sociais de tempo de trabalho, para os seres humanos se integrarem na produção dos seus meios de subsistência, em que os trabalhos de todos são integrados uns aos outros, no qual esses trabalhos se transformam em uma forma social. (MARX, 2017, p. 147).

Entretanto, quando o produto do trabalho assume a forma-mercadoria, surge um caráter enigmático e místico. Qual a origem desse caráter enigmático e místico? Para Marx, esse caráter enigmático surge da sua própria forma, pois a forma material, quando possui uma igualdade dos trabalhos humanos incorporados, vai conter igual objetividade de valor entre os produtos. Devido a isso, o dispêndio de força humana de trabalho é medido pela sua duração, isso faz assumir na mercadoria a grandeza de valor dos produtos do trabalho. Quando um produtor coloca seu artigo em comparação com o artigo de outro produtor forma-se relações as quais são determinações sociais de trabalho, que se transformam em uma relação entre estes produtos do trabalho humano, ou seja, relações sociais de produção. (MARX, 2017, p. 147).

Portanto, o caráter misterioso da forma-mercadoria é reflexo do próprio trabalho humano na mercadoria como objetivações humanas, no qual externaliza os produtos do trabalho, e tomam essas propriedades modificadas da matéria como propriedades sociais. Assim, para o pensador alemão, as mercadorias refletem a relação social de produção dos produtores com o trabalho total, que, por sua vez, refletem como uma relação social de troca de mercadoria, ou seja, uma relação social entre objetos.

Perante isso, os produtos do trabalho, ao terem essa relação de troca, se tornam mercadorias, que possuem relações sociais determinadas socialmente pelos próprios seres humanos. Portanto, a mercadoria ao se apresentar nos dá a impressão pela sua aparência,

negando sua essência, pois não capitamos sua relação física entre coisas, mas o que realmente essas mercadorias nos apresentam é uma relação social determinada entre os seres humanos, que possui a ilusão de ser uma relação entre coisas.

Esse fenômeno em que os produtos do trabalho humano possuem vida própria, como um mundo das mercadorias, Marx chama de fetichismo da mercadoria, na qual as mercadorias são produzidas para atender suas necessidades próprias de serem mercadorias, e não mais a satisfação das necessidades humanas. (MARX, 2017, p. 148).

Para Marx, o caráter fetichista do mundo das mercadorias aparece devido ao próprio caráter social do trabalho que produz mercadoria. E, para surgir essas mercadorias, antes elas são objetos de uso, que são produtos de trabalhos privados independentes entre si. Quando se juntam esses trabalhos privados formam o trabalho social total, pois o contato social desses produtores privados se realiza por meio da troca, no câmbio entre os diversos produtos do trabalho. Por isso, somente na troca se expressa as características sociais privadas do trabalho particular, ou seja, o trabalho social total é uma relação de troca entre os produtos de trabalhos particulares. (MARX, 2017, p. 148).

Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas e seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 2017, p. 148).

Para Marx, as relações sociais são relações de troca de mercadoria, sendo nestas mercadorias que se expressa o trabalho humano privado, pois as relações sociais não são relações diretas entre os seres humanos, mas relações entre seus artefatos produzidos socialmente, em que na aparência se apresentam como relações entre coisas, porém, essas coisas possuem trabalho humano incorporado. Devido a isso, essas relações sociais obtêm um caráter reificado entre as pessoas, na qual mistifica o trabalho humano.

No entanto, Marx (2017, p. 148) demonstra que os produtos do trabalho buscam duas objetividades. A objetividade de uso, que torna o produto do trabalho em coisa útil e sensível, e objetividade de valor socialmente igual, em que torna o produto do trabalho numa coisa de

valor, porém, essa coisa de valor somente se realiza na troca de longo alcance, nas quais as coisas úteis são destinadas para a troca. Sendo assim, as coisas possuem um caráter de valor no próprio ato de sua produção. Isso faz com que os produtores tenham em seu trabalho privado um duplo caráter social, duplo, porém uno, que é o trabalho concreto e o trabalho abstrato.

Portanto, quando o ser humano utiliza meios para transformar a natureza em objeto útil, este realiza o trabalho concreto, que é constituído por trabalhos úteis determinados para satisfazer uma necessidade social específica, porém, este trabalho parte de uma divisão social do trabalho de forma natural-espontânea independente, mas que em sua totalidade social constitui o trabalho total. Esse trabalho total é um trabalho social, pois é definido socialmente pela mediação entre as trocas de mercadoria dos produtores particulares. (MARX, 2017, p. 148).

Entretanto, as múltiplas necessidades dos produtores particulares só são satisfeitas pela divisão social do trabalho em que o trabalho privado e útil particular fazem uma transição comercial por outro tipo de trabalho privado e útil, se equivalendo entre estes trabalhos e buscando uma igualdade plena. Essa igualdade plena somente ocorre em abstração de sua desigualdade real, quando ocorre um caráter comum aos diversos trabalhos, que é o dispêndio de força humana de trabalho, ou seja, o trabalho humano abstrato. (MARX, 2017, p. 149).

O cérebro dos produtores privados reflete esse duplo caráter social de seus trabalhos privados apenas nas formas em que este se manifesta no intercâmbio prático, na troca dos produtos: de um lado, o caráter socialmente útil de seus trabalhos privados na forma de que o produto do trabalho tem de ser útil, e precisamente para outrem; de outro, o caráter social da igualdade dos trabalhos de diferentes tipos na forma do caráter de valor comum a essas coisas materialmente distintas, os produtos do trabalho. (MARX, 2017, p. 149).

Para Marx (2017, p. 149), na orientação para um fim, a produção de mercadorias destes produtores privados é determinada para troca, em que manifesta o duplo caráter social dos trabalhos privados. Perante isso, os produtos destinados para troca, ou seja, as mercadorias têm que possuir um caráter socialmente útil para outro e um caráter social de igualdade dos diferentes trabalhos, no qual os produtos do trabalho em suas formas materiais distintas têm que possuir um valor comum entre esses produtos.

Portanto, quando o ser humano equipara seus produtos do trabalho de diferentes tipos, esses, na troca vão possuir o mesmo valor, ou seja, os trabalhos são diferentes, porém todos são trabalho humano abstrato incorporado na mercadoria. Segundo o pensador alemão, isso não é realizado de forma consciente, pois o valor não se mostra como trabalho humano, mas ao ser

incorporado no produto do trabalho torna-se algo indecifrável na mercadoria perante as relações sociais.

Devido a isso, os seres humanos buscam decifrar o sentido do seu próprio produto social. Marx observa que a determinação dos objetos de uso como valor é uma linguagem, em que o produto social possui valor. Salienta ainda que os produtos do trabalho, ao expressar seu valor, estão representando de forma material o trabalho humano despendido para a produção de um objeto. Assim, em cada época histórica do desenvolvimento da humanidade, o caráter social do trabalho vai conter uma aparência objetiva, que somente é válida na produção de mercadorias, sendo esse o caráter social dos trabalhos privados que são independentes entre si, porém, possuem uma igualdade como trabalho humano abstrato, e essa igualdade se transforma em valor dos produtos do trabalho, ou seja, expressa as relações de produção das mercadorias. (MARX, 2017, p. 149).

Os homens não se relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Pois na testa do valor não vai escrito o que ele é. O valor converte, antes todo produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens tentam decifrar o sentido desse hieróglifo, desvelar o segredo do seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores é seu produto social tanto quanto a linguagem. A descoberta científica tardia de que os produtos do trabalho, como valores, são meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção fez época na história do desenvolvimento da humanidade, mas de modo algum elimina a aparência objetiva do caráter social do trabalho. O que é válido apenas para essa forma particular de produção, a produção de mercadorias – isto é, o fato de que o caráter especificamente social dos trabalhos privados, independentes entre si, consiste em sua igualdade como trabalho humano e assume a forma do caráter do valor dos produtos do trabalho –, continua a aparecer, para aqueles que se encontram no interior das relações de produção das mercadorias, como algo definitivo, mesmo depois daquela descoberta, do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea. (MARX, 2017, p. 149).

O importante para os possuidores de mercadoria são as relações de troca de seus produtos, e nessa troca, quantos outros produtos esse possuidor de mercadoria pode adquirir através da troca entre seu próprio produto. E quando essas trocas se transformam em hábitos, cria-se a aparência de que o valor dos produtos do trabalho surge da própria natureza da mercadoria.

Porém, embora as mercadorias possuam propriedades físicas e químicas distintas, o que as assemelha é o caráter de valor dos produtos do trabalho, pois nessas relações de troca entre esses produtos se fixa a grandeza do valor na mercadoria. Deste modo, independente das pessoas que realizam a troca de mercadorias, o próprio movimento do processo social se transforma em movimento de coisas, na qual essas coisas regem o controle das relações entre os seres humanos.

Com isso, quando ocorre a divisão social do trabalho em forma de uma divisão natural-espontânea dos trabalhos particulares na produção de mercadoria, os trabalhos são independentes e interdependentes ao mesmo tempo, pois são determinados socialmente por sua medida proporcional. Como isso acontece? Segundo Marx, nas relações de troca de mercadoria, os produtos do trabalho são medidos pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção, isso se transforma em uma lei reguladora, ou seja, a lei do valor. O pensador alemão, para exemplificar esse fenômeno da lei do valor, faz uma analogia com a lei da gravidade, pois, assim como não vemos a lei do valor, também não vemos a lei da gravidade, mas o fato de não vermos a lei da gravidade isso não impede com que uma casa desabe em nossas cabeças. Como Marx explica:

É preciso que a produção de mercadorias esteja plenamente desenvolvida antes que da própria experiência emergja a noção científica de que os trabalhos privados, executados independentemente uns dos outros, porém universalmente interdependentes como elos naturais-espontâneos da divisão social do trabalho, são constantemente reduzidos a sua medida socialmente proporcional, porquanto nas relações de troca contingentes e sempre oscilantes de seus produtos o tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção se impõe com a força de uma lei natural reguladora, assim como a lei da gravidade se impõe quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém. A determinação da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho é, portanto, um segredo que se esconde sob os movimentos manifestos dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta elimina dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente contingente das grandezas de valor, mas não elimina em absoluto sua forma reificada. (MARX, 2017, p. 150).

Desta forma, Marx desvenda a aparência das mercadorias, identifica que estas são produtos do trabalho humano e, sua medida de valor é determinada pelo tempo de trabalho social, ou seja, pela grandeza do valor que é inserido nas relações sociais de produção e distribuição. Para o pensador alemão, os seres humanos exercem relações reificadas por não compreenderem o segredo da mercadoria, que é a determinação da grandeza de valor que contém em todas as mercadorias.

Entretanto, o ser humano somente reflete sobre as formas da vida humana, depois de consolidada as relações reificadas perante a troca de mercadoria. Portanto, o ser humano vai considerar como algo imutável as relações sociais de troca de mercadorias, aceitando que os produtos do trabalho são mercadorias, naturalizando esse caráter histórico da produção de mercadorias. Assim, ao se depararem com os preços das mercadorias, não entendem sua determinação e nem compreendem a grandeza do valor, tendo a visão de que o caráter do valor é simplesmente a expressão monetária, ou seja, o dinheiro. Devido a isso, a forma-dinheiro no mundo das mercadorias vai possuir um caráter de poder e mistificação, no qual torna-se velado o caráter social entre as relações sociais dos trabalhadores privados. (MARX, 2017, p. 150).

Ora, são justamente essas formas que constituem as categorias da economia burguesa. Trata-se de formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias. Por isso, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção. (MARX, 2017, p. 151).

Deste modo, para Marx, os economistas burgueses não compreendem a dimensão da grandeza de valor, pois as relações de produção pertencem a um modo de produção social que é determinado historicamente. Assim, toda produção de mercadorias carrega consigo uma construção histórica determinada, e a não compreensão destas relações sociais de produção gera um misticismo da produção dessas mercadorias.

O próprio ser humano ao exteriorizar o produto de seu trabalho e ao trocá-lo, não mais se reconhece na coisa que ele produziu e se transformou em mercadoria. Embora essa mercadoria contenha incorporado o trabalho concreto e o trabalho abstrato, ao ser trocada, essa mercadoria cria uma mistificação ao ser humano. Portanto, o ser humano não compreende a origem da produção de mercadorias e as relações sociais que as englobam, isso torna a satisfação da vida material em relações reificadas. Essa determinação reificada de produção para troca não faz com que a produção de mercadoria satisfaça as necessidades humanas, e sim, somente as necessidades da mercadoria. Assim, as relações sociais de produção e de distribuição são relações entre as mercadorias, que determinam a finalidade pretendida da produção do ser humano, que em sua ação busca a produção de mercadorias para a troca e não satisfazer as necessidades sociais.

Sendo o oposto, quando os meios de produção não pertencem aos produtores particulares, mas aos trabalhadores associados de forma livre, as relações sociais não se

constituem por base na propriedade privada e nem suas relações são as trocas de mercadoria. Visto que, esses meios de produção, quando coletivos, buscam pertencer a todos, com um planejamento consciente para a produção e aquilo que é produzido e distribuído será para a necessidade social, pois a base da propriedade é social e não privada, na qual cada trabalhador receberá sua cota do produto social de acordo com o seu tempo de trabalho social despendido na produção, pois o tempo de trabalho socialmente necessário é determinado pela forma social que se configura as relações sociais de produção. Com isso, as relações sociais de produção se tornam algo essencial para as condições do trabalho humano, materializando a produção e a reprodução da existência das condições da vida material.

### **5.6 Acumulação primitiva e trabalho livre**

Para concluir as ideias de Marx para um trabalho livre, utilizamos os capítulos 24 e 25 do Livro 1 de O Capital. Buscamos compreender o segredo da acumulação primitiva e sua contradição. Fatores de extrema importância para entender a categoria trabalho e sua libertação e emancipação.

Para Marx (2017, p. 785), a acumulação primitiva é o ponto de partida para a acumulação capitalista. O autor demonstra que o pensamento burguês se utilizou de mecanismos para esconder que a acumulação primitiva foi algo socialmente determinado de um contexto histórico, e definiu que os proprietários eram por natureza proprietários e os trabalhadores por natureza trabalhadores, como que se esta relação sempre tivesse existido. Velando a expropriação de terras da classe trabalhadora.

Assim, a ideologia burguesa defende que os proprietários dos meios de produção são merecedores destas terras, escondendo a origem da acumulação de capital. Na sociedade burguesa a propriedade se torna algo sagrado. E os capitalistas vão utilizar todos os seus recursos para manter a propriedade privada, tanto recursos ideológicos ou da própria violência, sempre com o aparato jurídico do Estado, que legitima as ações desta classe burguesa.

Deste modo, para que a mercadoria e o dinheiro se transformem em capital se faz necessário a expropriação de terra, para o surgimento da propriedade privada, em que constitui, por um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência; e do outro lado, os vendedores de força de trabalho livre. Como define Marx:

[...] é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de

valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 2017, p. 786).

Esta separação histórica entre os trabalhadores livres assalariados e os proprietários dos meios de produção é que origina e desenvolve a acumulação primitiva. Este processo da acumulação primitiva modifica a estrutura econômica do feudalismo para dar origem a pré-história do capital e ao modo de produção capitalista. Sendo o que define a diferença entre os trabalhadores no modo de produção feudal e o modo de produção capitalista, é que os trabalhadores no feudalismo eram servos da gleba, e agora no capitalismo estes trabalhadores se tornam livre da gleba e vendedores da sua força de trabalho, dando origem ao trabalho assalariado. (MARX, 2017, p. 787).

Portanto, para Marx, o cercamento de terras e a separação dos trabalhadores desta terra, expropria o acesso desses trabalhadores a produzirem livremente na terra, são fatores determinantes para ocorrer a acumulação primitiva de capital. Em que se funda a propriedade privada no contraponto da propriedade social e coletiva. Com isso, o trabalhador ao se tornar livre dos meios de subsistência, se torna livre para vender sua força de trabalho. Assim, o trabalhador, ao perder a terra, e o artesão, ao perder os instrumentos de trabalho, transformam-se em trabalhadores assalariados, dos detentores dos meios de produção.

No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho.

A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas. Mas, conforme essas pessoas sejam os trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada tem também outro caráter. Os infinitos

matizes que ela exhibe à primeira vista refletem apenas os estágios intermediários que existem entre esses dois extremos.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso. (MARX, 2017, p. 830).

E para afirmar a expropriação das massas para ocorrer a pré-história do capital, Marx continua a explicar:

[...] portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 2017, p. 831).

Deste modo, a expropriação dos produtores diretos dos meios de subsistência ocorre de forma violenta e cruel para originar a propriedade privada e a concentração de terra, para assim o capitalista explorar a força de trabalho e suscitar a acumulação de capital.

Marx percebe que a expropriação de terra da massa da população forma a base do modo de produção capitalista. Porém, o pensador alemão observa que nas colônias, os capitalistas se deparam com os produtores que são possuidores de suas próprias condições de trabalho. Com isso, os capitalistas nas colônias vão buscar expropriar os trabalhadores e gerar o trabalho assalariado. Como Marx (2017, p. 836) afirma, “sabemos que os meios de produção e de subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital”. E complementa:

Vimos que a expropriação da massa do povo, que é despojada de sua terra, constitui a base do modo de produção capitalista. A essência de uma colônia livre consiste, por outro lado, em que a maior parte do solo continua a ser propriedade do povo e que cada povoador pode transformar uma parte desse solo em sua propriedade privada e em meio individual de produção, sem impedir, com isso, que os colonos posteriores realizem essa mesma operação.

Esse é o segredo tanto do florescimento das colônias quanto do câncer que as arruína: sua resistência à radicação do capital. (MARX, 2017, p. 838).

O pensador alemão observa que à princípio as colônias tiveram uma resistência ao processo de acumulação capitalista devido aos produtores direto da terra. Mas, o capital mantém a classe trabalhadora na condição de explorado, sendo o capital um câncer que arruína essa resistência dos produtores. Como o capital mantém os trabalhadores na condição de explorados? Marx salienta que é devido ao Estado e seus aparatos jurídicos de lógica burguesa. E explica:

Como curar, então, o câncer anticapitalista das colônias? Se se quisesse transformar de um só golpe toda a terra que hoje é propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia a raiz da doença, mas também... a colônia. A proeza está em matar dois coelhos de uma só cajadada. O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior, antes que este possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra e transformar-se num camponês independente. O fundo resultante da venda das terras a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, isto é, esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e da demanda, deve ser usado pelo governo, por outro lado, para importar – numa quantidade proporcional ao crescimento do próprio fundo – pobres-diabos da Europa para as colônias e, assim, manter o mercado de trabalho assalariado sempre abastecido para o senhor capitalista. (MARX, 2017, p. 842).

E continua:

Naturalmente, o preço da terra imposto pelo Estado tem de ser “suficiente” (*sufficient price*), isto é, tão alto “que impeça os trabalhadores de se tornarem camponeses independentes até que outros cheguem para preencher seu lugar no mercado de trabalho assalariado”. Esse “preço suficiente da terra” não é mais do que um circunlóquio eufemístico para descrever o resgate que o trabalhador paga ao capitalista para que este lhe permita retirar-se do mercado de trabalho assalariado e estabelecer-se no campo. Primeiro, ele tem de criar “capital” para o senhor capitalista, para que este possa explorar mais trabalhadores e pôr no mercado de trabalho um substituto, que o governo, à custa do trabalhador que se retira, manda buscar para o senhor capitalista do outro lado do oceano. (MARX, 2017, p. 843).

Porém, para Marx, essa expropriação capitalista contém em si mesma sua própria contradição para sua superação. Como o próprio pensador alemão explica:

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da

propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho. (MARX, 2017, p. 832).

Portanto, Marx afirma que a propriedade privada capitalista é a negação da propriedade individual, pois a propriedade privada capitalista busca a concentração e centralização da propriedade para o monopólio do capital. Ao decorrer deste processo produtivo do capital, isto gera uma necessidade da própria negação do modo de produção capitalista, pois se a base da acumulação capitalista é a propriedade privada, este processo capitalista transforma os meios de trabalho em uso coletivo, devido ao trabalho social e combinado nos meios de produção.

Com isso, a classe trabalhadora é organizada em cooperação pela produção capitalista, que aglomera e uni esta classe trabalhadora no mesmo local para ser explorada. E a propriedade que era individual e fundada no próprio trabalho dos produtores diretos se transforma na produção social. Isto resulta na revolta dos trabalhadores contra essa exploração, que agora estão no mesmo espaço.

Sendo assim, este processo de produção capitalista gera sua própria destruição quando a classe trabalhadora percebe que a propriedade privada individual se tornou a grande propriedade do capital, que em sua contradição, fez com que os meios de produção se tornassem coletivos, e o trabalho social e combinado, para a cooperação de toda a classe trabalhadora. Assim, tendo a superação do modo de produção capitalista em seu próprio processo de acumulação capitalista em sua própria organização do trabalho. (MARX, 2017, p. 832).

A origem da acumulação de capital é a privatização da terra na expropriação dos trabalhadores, tornando-os em trabalhadores livres, para vender sua força de trabalho em troca de salário, para conseguir satisfazer suas necessidades, pois esses não teriam outra forma de manter sua subsistência, por não possuírem mais a terra e os meios de subsistência. A acumulação originária transformou o trabalho livre em assalariado para ser explorado e gerar valor para o capitalista.

Perante a lógica do capital, o trabalho livre é o trabalho livre dos meios de produção, em que passa a ser vendido de forma livremente para o capitalista. Ou seja, este trabalho se torna força de trabalho como mercadoria para o processo produtivo do capital. Deste modo, a classe trabalhadora deve se inverter a essa lógica do trabalho livre para o capital, e ir de encontro aos meios de produção novamente, para que o próprio trabalho se torne livre, pleno e

autodeterminado. Visto que, sem o acesso à terra e aos meios de produção, o trabalho dificilmente se torna livre, pleno e autodeterminado na busca de um sentido. O trabalho se transforma em emancipado quando a classe trabalhadora acessa os meios de produção e de subsistência, isso seria a própria negação da propriedade privada na busca do trabalho livre de fato.

Desta forma, a classe trabalhadora, como princípio de sua luta, tem que buscar o próprio trabalho nos meios de produção coletivo, na inversão da expropriação de terra e da propriedade privada. A propriedade privada é que faz com que o trabalhador, por não conseguir meios de subsistência, troque o seu tempo de trabalho por salário, para comer, beber, morar, vestir e outras coisas mais. Com acesso à terra essa lógica se torna outra.

Portanto, a libertação e a emancipação da classe trabalhadora se fazem com o fim da propriedade privada e a inversão da acumulação primitiva. Se Marx termina o Livro 1 de *O Capital* com a acumulação primitiva como origem do capital, evitar essa acumulação primitiva, inverter a acumulação primitiva que já ocorreu, e buscar a coletividade dos meios de produção, se tornam o início e a finitude da luta da classe trabalhadora contra o capital.

O trabalho é livre do capital quando esta atividade tem acesso à terra, e incorpora trabalho nos meios de subsistência, em uma vontade orientada a um fim, para satisfazer as necessidades de toda a classe trabalhadora, e por fim de toda a humanidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa, apresentamos resumidamente os elementos da categoria trabalho em Marx, no Livro 1 de *O Capital*, no qual está sendo exposto um sentido de um trabalho livre, pleno e autodeterminado de atividade vital com potencial emancipador. Para refletirmos sobre esses elementos, partimos do processo de trabalho, o duplo caráter do trabalho representado na mercadoria, a divisão social do trabalho e o trabalho social, o processo de troca e a circulação simples, a relação social de produção, e por fim, a acumulação primitiva e o trabalho livre.

Com isso, buscamos entender o que seria a categoria trabalho em Marx e como ela se torna algo que humaniza o ser humano e o transforma em ser social. No entanto, cabe destacar que no modo de produção capitalista com sua exploração o que ocorre é a desumanização da força de trabalho e conseqüentemente a presença do estranhamento e alienação do ser social. Assim, compreender os elementos da categoria trabalho que busquem ir na direção da superação

da exploração do trabalho no capitalismo é fundamental para as bases teóricas do Serviço Social e o seu trabalho profissional.

Perante a isso, partimos da análise da compreensão da categoria trabalho e sua relação com o debate do Serviço Social. Em seguida buscamos compreender o autor da obra estudada, Karl Marx, para entendermos quais foram os objetivos e contexto histórico do Livro 1 de *O Capital*. A partir disso, pudemos analisar melhor as ideias e as categorias apresentadas pelo pensador alemão, e assim, fechamos a primeira parte da pesquisa.

Na segunda parte da pesquisa partimos para a compreensão das categorias da obra *O Capital* no Livro 1. Observamos as categorias que se ligam à categoria trabalho numa perspectiva de um trabalho livre, pleno e autodeterminado. Para iniciar a análise de *O Capital*, primeiro buscamos entender como analisar o modo de produção com as ideias apresentadas na “Introdução”, texto que se encontra como anexo no livro “Contribuição à Economia Política”. E ao analisar os elementos da categoria trabalho no Livro 1 de *O Capital*, buscamos entender as categorias que estão entrelaçadas com o trabalho livre, pleno e autodeterminado na busca da libertação e da emancipação da classe trabalhadora.

Iniciamos a análise categorial com a compreensão da categoria “processo de trabalho”, pois esse processo de trabalho se encontra em todas as formas sociais. Portanto, o trabalho é a ação humana que utiliza meios para transformar a natureza em objetos para a satisfação das necessidades, numa relação metabólica entre ser humano e natureza. Assim, do processo de trabalho resulta um produto. E quando o ser humano transforma a natureza, este transforma-se a si mesmo, ou seja, o trabalho é o que constitui o ser humano enquanto ser humano.

Seguimos com a análise da “mercadoria”, pois esta contém a representação do duplo caráter do trabalho. A mercadoria é um produto do trabalho humano que com suas propriedades satisfaz necessidades físicas e/ou mentais. E essa mercadoria pode ser meio de subsistência ou meio de produção. Com isso, Marx apresenta esse duplo caráter do trabalho incorporado na mercadoria: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Trabalho concreto é a representação da transformação material da natureza em um objeto com valor de uso para satisfazer as necessidades humanas. E o trabalho abstrato representa o dispêndio de energia da ação humana pelo tempo de trabalho socialmente necessário na produção da mercadoria, que resulta no valor. Isso possibilita a igualdade entre todas as mercadorias.

Em seguida, buscamos compreender a relação da produção das mercadorias com as categorias “divisão social do trabalho” e “trabalho social”. A divisão social do trabalho é a separação entre os ramos das atividades de trabalho entre determinados grupos, para ocorrer às trocas entre aquilo que é produzido. Porém, esta divisão do trabalho não se constitui pelo

produtor individual, mas como um todo formado pelo trabalho social. O trabalho social se configura pela cooperação, atividade conjunta de várias forças de trabalho em um mesmo processo de trabalho ou em operações laborais diferentes, mas ligadas entre si, em que combinam o trabalho para atingir um efeito útil. Com isso, todo trabalho produtivo se torna social, entre produção e consumo num ciclo contínuo, em um processo de reprodução da vida material.

Adiante, entendemos o “processo de troca” e a “circulação simples”. No processo de troca é que os seres humanos se apresentam de acordo com os ramos da divisão do trabalho para trocar objetos que produziram por objetos que necessitam. Sendo essa relação econômica pertencente à um processo social. Para que as mercadorias sejam trocadas, essas necessitam de uma terceira mercadoria, que equivale como medida de valor entre as mercadorias de diferentes formas. E essa mercadoria como equivalente geral é o dinheiro. Definindo a forma M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), na qual Marx chama de circulação simples. Diferente da forma D-M-D’ (dinheiro-mercadoria-dinheiro com excedente), processo que define a circulação no modo de produção capitalista.

Portanto, a circulação simples seria a contradição desta circulação capitalista, em que se busca satisfazer as necessidades humanas, pois trocam mercadorias de diferentes tipos, sendo o dinheiro que possibilita a troca entre essas diferentes mercadorias. Assim, essa troca por base na circulação simples ocorre para satisfazer as necessidades dos seres humanos, os quais trocam o excedente de sua produção, que possui valor de uso para outro, por aquilo que possui valor de uso para eles.

E para abranger a categoria trabalho na divisão social e no processo de troca, buscamos entender a “relação social de produção”. Partimos da explicação de Marx em relação ao trabalho realizado por Robinson Crusóe (trabalho “individual”), na Idade Média (corveia), por uma família camponesa patriarcal e por fim, por uma associação de trabalhadores livres. Em síntese, o pensador alemão demonstra que toda produção da vida material pertence a determinada relação social de produção, que organiza as formas de trabalho na realização do produto total. Sendo essa produção planejada quando os meios de produção são coletivos e a distribuição é realizada pela cota do dispêndio de trabalho para a necessidade do grupo.

E em contradição, temos a produção dos possuidores de mercadoria, em que os meios de produção são privados, e aquilo que é produzido se torna mercadoria, na qual as relações sociais de produção se transformam em relações reificadas. Este processo faz com que na produção de mercadorias apareça uma mistificação da própria mercadoria. Na qual se torna um caráter místico da mercadoria, em que o ser humano não se reconhece na produção da própria

mercadoria, pois essas relações sociais de troca de mercadoria vão apresentar a ilusão de uma relação entre coisas. Com isso, observamos que a categoria relação social de produção se apresenta de forma contraditória. Representa a relação social para organizar a produção para satisfazer as necessidades humanas ou gera o fetichismo da mercadoria, que mistifica a relação entre ser humano e natureza.

E por fim, para entendermos o que é o “trabalho livre” temos que entender a “acumulação primitiva”. Para Marx a acumulação primitiva é a origem do modo de produção capitalista, pois através da expropriação de terras surgem os proprietários e os expropriados. Os proprietários obtêm os meios de produção para aplicar o capital e gerar a acumulação capitalista, mas para eles obterem mais-valor para a autovalorização do capital necessitam explorar a força de trabalho da classe trabalhadora. A classe trabalhadora, ao ser expropriada da terra, torna-se “livre” para vender sua força de trabalho em troca de salário e poder satisfazer suas necessidades materiais.

A acumulação primitiva transforma os meios de produção em propriedade privada e torna os trabalhadores em livres. Mas para este trabalhador se tornar livre do modo de produção capitalista, a classe trabalhadora deve reverter a origem da acumulação primitiva, buscando a retomada dos meios de produção e reverter a acumulação primitiva, para ocorrer a libertação de todos os povos. Somente assim libertará a humanidade e o trabalho se transformará em livre, pleno e autodeterminado.

Portanto, podemos perceber que o processo de trabalho carrega consigo a humanização e a alienação. Ao realizar a ação da atividade do trabalho, nós aprendemos algo todos os dias e nos transformamos e nos desenvolvemos. Porém, esse mesmo processo de trabalho nos exterioriza do que produzimos e cria uma alienação. Deste modo, com esta dissertação, buscamos compreender essa forma de trabalho que nos liberta e emancipa.

Esta pesquisa resulta em uma importância para a área do conhecimento do Serviço Social, pois na categoria profissional de assistentes sociais se fala muito em emancipação humana, mas, muitas vezes, não se discute que essa emancipação vem da busca por um trabalho associado, livre, pleno e autodeterminado. Porque se o modo de produção capitalista desumaniza o trabalho, a luta de resistência é a busca por essa humanização do trabalho. Sendo o trabalho que estrutura o capital, desestrutura a humanidade; busquemos compreender o trabalho que estrutura a humanidade e desestrutura o capital.

Visto que, se a categoria profissional de assistentes sociais na sua atuação profissional lida com as políticas sociais para viabilizar direitos sociais, estas políticas sem a superação do modo de produção capitalista, vão se tornar “direitos sociais e políticas sociais mitigadoras”,

pois a luta se faz na superação da propriedade privada e a busca por direito ao trabalho associado e livre. Como ressalva a assistente social brasileira:

A segunda ressalva é quanto as políticas sociais são mitigadoras frente as opressões no modo de produção capitalista para os povos indígenas, uma vez que a origem da acumulação de capital é a expropriação de terras. Apesar dos direitos indígenas serem fundamentais neste modo de produção para garantia de permanência, reitero que sua efetivação não é eficaz, uma vez que há explicitamente estratégias e projetos para manutenção da grande burguesia. Neste sentido, o Nhandereko significa a resistência ao modo de produção capitalista, portanto, mesmo que os indígenas estejam no mesmo modo de produção, seu modo de vida não condiz com a organização societária atual, por isso, sua resistência se dá frente à acumulação originária de capital, [...] Assim, observa-se que o capitalismo tem uma tendência para sua acumulação na expropriação de terra, em que separa os produtores de sua terra e os tornam trabalhadores assalariados para a reprodução do capital. Com isso, percebemos que a população indígena a mais de 500 anos está em resistência à acumulação originária de capital na América Latina. É essencial para o modo de produção capitalista expropriar as terras destes povos, com a legitimação do Estado, que busca impor aos indígenas a separação de suas terras através de limitações territoriais, criando uma dependência que não permita a possibilidade de serem produtores de seus meios de subsistência a partir de seu modo de vida, por isso, o Nhandereko é também a resistência a este processo de exploração que é incorporado pelos Juruá Kuery e materializado através das opressões e negação dos direitos previstos advindos da luta dos povos indígenas. (GUERRA, 2021, p. 58).

Como no exemplo da luta por demarcação de terra indígena, pode-se fazer a política social que for para o indígena, mas se os indígenas não tiverem acesso à terra nada adianta, pois eles precisam preservar sua cultura no território ancestral, ou seja, tem que superar o modo de produção capitalista para ocorrer uma emancipação humana de fato. Sendo a lógica do modo de vida indígena diferente da lógica do modo de produção capitalista.

A luta pela terra se faz a primeira luta como forma de libertação da classe trabalhadora, pois é através da luta pela terra que a classe trabalhadora pode ter acesso aos meios de subsistência ou aos meios de produção e se tornarem não apenas trabalhadores assalariados, mas sim, livres de fato e satisfazer suas próprias necessidades pela coletivização da terra. Pois todo trabalho assalariado no capitalismo está preso por essa lógica do capital, todos nós consumimos mercadorias para satisfazer nossas necessidades, mas sem o acesso aos meios de produção, sempre teremos que consumir e não produzir, atendendo essa lógica do capital, em que trocamos o tempo de trabalho por salário.

Como exemplo, suponhamos que um governo fascista tome o controle total das universidades públicas e obrigue os professores a criarem técnicas de destruição em massa. Como os professores vão resistir a isso se estes são assalariados e precisam de seu salário para

comprar as mercadorias para satisfazer suas necessidades, e não possuem meios de subsistência e de produção? Ao contrário, quando os trabalhadores possuem os meios de produção para satisfazer suas necessidades e produzir os produtos para isso, conseguem ter uma maior resistência em relação ao fascismo. Devido a esse exemplo, a luta pela terra se faz necessária nesta busca do trabalho livre, pleno e autodeterminado na coletividade dos meios de produção para a transformação da sociedade.

Portanto, o Serviço Social em sua atuação na relação capital *versus* trabalho precisa ter a abstração necessária deste confronto para buscar uma emancipação real da classe trabalhadora. Para isso, fomos ao encontro das categorias econômicas apresentadas no Livro 1 de O Capital, na qual buscamos encontrar os elementos da categoria trabalho como atividade vital com potencial emancipador para o sentido do trabalho livre, pleno e autodeterminado.

Ao caminhar por essas categorias e tendo como fio condutor a categoria trabalho, encontramos vários elementos para a emancipação do trabalho em que nos orientam para a libertação da classe trabalhadora. Uma vez que, a categoria trabalho é a categoria fundante do ser social, porém no modo de produção capitalista é negado a classe trabalhadora em exercer sua atividade de trabalho de forma livre, plena e autodeterminada devido a acumulação originária de capital, que tem a tendência em desapropriar continuamente o acesso da classe trabalhadora aos meios de produção. Sendo possibilitado a concentração e a centralização dos meios de produção pela classe burguesa, com o Estado para legitimar essa desigualdade. Esse processo define a acumulação capitalista.

Perante a isso, o grande desafio do Serviço Social é efetivar acessos, direitos e políticas para a classe trabalhadora, em uma sociedade que essa mesma classe trabalhadora tem seus direitos negados e principalmente, a impossibilidade de exercer a atividade de trabalho como livre, plena e autodeterminada. Sendo o que define a classe trabalhadora no modo de produção capitalista é esta viver da venda da sua força de trabalho, ou seja, a “classe-que-vive-do-trabalho”, contudo, a classe burguesa, por meio de seus mecanismos para manter o capital, mantém a contínua transformação da classe trabalhadora em explorada sem acesso aos meios de produção.

Em meio a essa contradição capital/trabalho, temos que buscar elementos para a emancipação da classe trabalhadora, em que visa uma emancipação para a atividade de trabalho, que em sua perspectiva revolucionária se torne uma atividade vital para o ser humano, com os instrumentos de trabalho, que transforme a natureza em coisas úteis para a satisfação de suas necessidades e as necessidades de toda a sociedade. Deste modo, a relação com a natureza seja

de harmonia e de reposição do meio ambiente, pois esse ao transformar a natureza, transforma a si e ao todo da humanidade.

Devido a isso, ocorre a divisão social do trabalho, em que são separados os ramos específicos do trabalho para cada qual produzir algo necessário para a sociedade. E ao gerar esses produtos para o todo da sociedade, esses são levados para a troca na esfera da circulação, que se utiliza o dinheiro somente como equivalente geral para medir o valor do produto total a equivaler o tempo de trabalho dessa produção. Sendo isso uma relação social de produção, com o objetivo da produção e da distribuição sejam para o todo das necessidades da humanidade. Para o exercício de trabalho livre, pleno e autodeterminado com os meios de produção coletivos, em que todo trabalho se torne social e emancipado. Visto que, essas são orientações para uma finitude de ação política encontradas no Livro 1 de *O Capital*.

Assim, através destas categorias pesquisadas (processo de trabalho simples, mercadoria, divisão social do trabalho, trabalho social, processo de troca, circulação simples, relação social de produção, acumulação primitiva e trabalho livre), no Livro 1 de *O Capital*, podemos observar elementos da categoria trabalho para a libertação do trabalho e forma de emancipação humana para outra forma de sociedade. Sendo essas categorias essenciais para entendermos a sociedade do modo de produção capitalista, e pensar na sua superação, para o sentido de um trabalho livre, pleno e autodeterminado.

Ao estudar as categorias da obra de *O Capital*, percebemos que todas elas têm um fio condutor com a categoria trabalho e todas as categorias estudadas apresentam contradições, pois Marx nos mostra a formação e expressão do modo de produção capitalista e as categorias vão nos dando essa compreensão para entendermos as relações sociais no capitalismo. Porém, essas categorias trazem em si sua própria contradição para subvertermos a lógica do modo de produção capitalista, na perspectiva de luta da classe trabalhadora. Assim, todas as categorias contêm contradições em que nos dão elementos para compreender o capital e elementos para superar o capital.

Por exemplo, se o capital gera o trabalho social e combinado para a acumulação de capital e exploração da classe trabalhadora, também é pelo trabalho social e combinado que compreendemos formas de resistir ao capital. Esse entendimento pode ser utilizado para todas as categorias do Livro 1 de *O Capital*.

Deste modo, pela pesquisa, pudemos observar que o Livro 1 de *O Capital* nos oferece dois movimentos. Primeiro, compreender o modo de produção capitalista. E segundo, nos dar elementos e formas de resistência à exploração capitalista. Assim, temos que ler essa obra na

perspectiva da classe trabalhadora, pois se não tivermos esse viés, a leitura será simplesmente para alimentar egos e corações, e não nos fará buscar a emancipação da classe trabalhadora.

Sendo *O Capital* uma obra para a classe trabalhadora, que organiza e teoriza as lutas da classe trabalhadora no sentido de transformação da sociedade, pois para destruir o modo de produção capitalista, somente é possível entendendo como esse se apresenta, e tendo sempre em nossa ação profissional e política uma relação entre teoria e prática, no caminho da transformação contínua da sociedade. Porque “tudo o que é sólido desmancha no ar”.

E para finalizar essa dissertação, se Karl Marx busca a compreensão do capital, sendo que para ocorrer a reprodução da autovalorização do capital necessita-se da exploração força de trabalho. Para se compreender a categoria trabalho, num sentido de emancipação, necessitamos inverter essa própria lógica do capital, assim exercendo uma atividade vital de trabalho livre, plena e autodeterminada. O que só é possível em uma sociedade emancipada que segundo Nogueira (2004) “a *emancipação parcial* é possível nos marcos do capitalismo, a *emancipação universal* só é realizável através da completa superação do capital”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. S. *A Escola Do Trabalho: a formação humana em Marx*. Campinas: Unicamp, 2016.

ANTUNES, R. (Org). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARISTÓTELES. *Aristóteles*. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Coleção Os Pensadores.

CADERNOS DIREITO GV. *O método de leitura estrutural*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, ano 4, n. 2, março. 2007.

CAFIERO, C. *Compêndio de O Capital*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

DEVILLE, G. *O Capital: edição condensada*. 3. ed. Bauru: Edipro, 2008.

ENGELS, F. *Comentários sobre a Contribuição à crítica a economia política, de Karl Marx*. IN: MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- ENGELS, F. *Uma breve biografia de Karl Marx*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ERMAKOVA, A.; V. RATNIKOV. *Que são as classes e a luta de classes?* Moscou: Progresso, 1986.
- FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GUERRA, P. S. *Território e políticas sociais na tekoá Paranapuã*. Santos: Universidade Federal de São Paulo, 2021.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IANNI, O. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- IASI, M. *Trabalho como meio de vida ou como primeira necessidade da existência?* IN: *Argumentum*, 2(2), p. 16–22, 2011.
- ILINE, S.; MOTILIOV, A. *Que é a economia política?* Moscou: Progresso, 1986.
- KORSHUNOVA, L.; KIRILENKO, G. *Que é a filosofia?* Moscou: Progresso, 1986.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LARA, R. *A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*. Franca: UNESP, 2008.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANZANO, S. *Economia política para trabalhadores*. 2 ed. São Paulo: ICP, 2019.
- MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. *Crítica ao programa de Gotha*. IN: ANTUNES, R (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MARX, K. *El Capital: cuadernos didácticos*. Lima: Cultura Peruana, 2007.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. *Os despossuídos: debate sobre a lei referente ao furto de madeira*. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MARX, K. *Marx*. São Paulo: Nova Cultura, 1999. Coleção Os Pensadores.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NIKITIN, P. *Fundamentos de economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.

NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. M.; LARA, R.; SILVA, M. I. *Trabalho e Serviço Social: contribuições para o debate*. IN: NOGUEIRA, C. M.; GONÇALVES, R.; NOZABIELLI, S. (Org.). *Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social*. São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

ROMERO, D. *Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTANA, R. S.; SILVA, J. F. S. *O método na Teoria Social de Marx e o Serviço Social?*. IN: *Temporalis*, Brasília, ano 13 n°25, p.181-203, jan/jun, 2013.

SOTELO, A. V. *Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo*. IN: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. Especial, p.3-15, mai.2009 - ISSN: 1676-2584.